JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.02.28 06:12:10 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 28 de fevereiro de 2024 • Nº 1751 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

PROPOSTA APROVADA

Igrejas terão mais isenção de impostos

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou ontem, parecer de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária de entidades religiosas. De acordo com o relator, deputado Dr. Fernando Máximo (União-RO), o texto final foi acordado com o governo. A matéria segue agora para apreciação no plenário da Casa, onde precisa de três quintos dos votos, ou seja, 308 votos para ser aprovada, em cada um dos dois turnos de votação. A PEC é de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), pastor licenciado e ex-prefeito do Rio de Janeiro. A Constituição já prevê isenção ao patrimônio, à renda e aos serviços "relacionados às finalidades essenciais" de templos religiosos. A proposta de Crivella estende o benefício à aquisição de bens e serviços. PÁGINA 19

MARINA SILVA

Mudança do clima pode afetar produção de alimentos

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, alertou ontem que as mudanças climáticas podem impactar a capacidade do Brasil de produzir alimentos. "Nós acabamos de identificar, por estudos científicos, áreas de deserto já no Brasil. Expansão da área de baixa umidade em várias regiões do nosso país. Ou seja, para o Brasil continuar ajudando na segurança alimentar do planeta, nós vamos precisar fazer o dever de casa em relação ao clima", disse ao participar de um evento organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil, parte da programação paralela ao encontro do G20. A ministra participou de uma mesa com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen. Segundo Marina, a falta de alimentos pode ser um fator de desregulação da economia global e gerador de instabilidades geopolíticas. "Nós temos também outro problema, que é a questão do risco de uma inflação global que pode ser causada também por insegurança alimentar", disse Marina. PÁGINA 2

MENOS TRIBUTOS

Governo Lula edita MP que reverte reoneração da folha

RAFA NEDDERMEYER/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) assinou ontem à noite, uma medida provisória revertendo a reoneração da folha de pagamentos que havia sido imposta na véspera do Ano Novo, também por MP. A reversão atende a acordo político firmado pelo governo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A nova MP torna sem efeitos todo o trecho contido na anterior que previa a reoneração dos 17 setores da economia atendidos pelo benefício. Este trecho gerou forte reação negativa do Congresso e de representantes do setor privado, que se queixaram de o governo ter editado uma MP revertendo uma decisão dos parlamentares de estender o benefício até 2027. PÁGINA 9

GENOCÍDIO EM GAZA

Embaixador pede que mídia mostre a verdade

PÁGINA 20

ISP

Uso de câmera corporal reduz violência policial no RJ

PÁGINA 20

FEVEREIRO

Prévia da inflação oficial sobe para 0,78%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, ficou em 0,78% em fevereiro deste ano. A taxa é superior ao 0,31% de janeiro deste ano e ao 0,76% de fevereiro do ano passado. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 acumula 1,09% no ano e 4,49% em 12 meses. O principal impacto na prévia da inflação de fevereiro veio dos aumentos das taxas dos cursos regulares, que subiram 6,13% no período. PÁGINA 2

REAÇÃO

AGÊNCIA CÂMARA

Retaliação do governo ao impeachment afeta 49 deputados da 'base'

A reação do governo aos deputados de partidos que compõem a sua base na Câmara e assinaram pedido de impeachment contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode afetar 49 deputados. Agora, como sinalizou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) (**foto**), podem ser punidos. "Formou-se um consenso entre nós de que é incompatível o parlamentar ser da base do governo, ter relação com o governo e assinar pedido de impeachment", escreveu Guimarães no X (antigo Twitter). PÁGINA 19

INDICADORES

IBOVESPA: 1,61% / 131.689,37 / 2.080,32 / Volume: R$ 21.951.644.292 / Negócios: 3.898.961

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	3.94	+12.57	+0.44
BRF SA ON NM	15.15	+8.14	+1.14
DEXCO ON NM	8.16	+7.65	+0.58
PETZ ON NM	4.14	+7.25	+0.28
AZUL PN N2	12.57	+7.16	+0.84

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
BTGP BANCO UNT N2	36.56	–1.06	–0.39
PETRORIO ON NM	45.40	–1.00	–0.46
TOTVS ON NM	31.26	–0.82	–0.26
SABESP ON NM	79.64	–0.77	–0.62
CIELO ON NM	5.40	–0.55	–0.03

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	67.48	+2.63	+1.73
PETROBRAS PN ATZ N2	42.63	–0.14	–0.06
BRADESCO PN N1	14.02	+1.59	+0.22
ITAUUNIBANCOPN ED N1	34.78	+1.22	+0.42
B3 ON NM	12.75	+2.16	+0.27

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.972,41	-0,25
NASDAQ Composite	16.035,3	+0,37
CAC 40	7.948,4	+0,23
FTSE 100	7.683,02	-0,02
DAX	17.556,49	+0,76
Ftse Mib	32.706,44	+0,46

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/02)	11,25%
Poupança 3 (28/02)	0,5412%
TR (28/02)	0,0410%
IGP-M	0,07% (jan.)
IPCA	0,42% (jan.)
CDI (01/02)	11,15%
OURO BM&F/grama	R$ 323,51
EURO Comercial	Compra: 5,3481 Venda: 5,3487
EURO turismo	Compra: 5,4076 Venda: 5,5876
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9575 -0,49%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9323 Venda: 4,9329
DÓLAR turismo	Compra: 4,9565 Venda: 5,1365

MERCADOS

Com Vale e IPCA-15, Bolsa sobe 1,61% e volta a 131 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL

Com leitura do IPCA-15 bem absorvida pelo mercado, e recuperação de preços do minério após o tombo do dia anterior na China, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) seguiu em alta ontem, em que avançou 1,61%, aos 131.689,37 pontos, no que foi seu maior ganho diário desde 6 de fevereiro (+2,21%) e também o maior nível de fechamento desde 8 de janeiro, então aos 132.426,54 pontos.

Ontem, descolada de Nova York - que fechou sem sinal único -, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou de mínima a 129.612,94, na abertura, até os 131.696,37 pontos (também +1,61%), na máxima do dia, com giro a R$ 21,9 bilhões. Nessas duas primeiras sessões da semana, o Ibovespa sobe 1,75%, colocando os ganhos do mês a 3,08% e limitando as perdas do ano a 1,86%.

Com alta de pouco mais de 1% para o minério de ferro em Dalian, após a queda de 3% nos preços da commodity no dia anterior, Vale ON, a ação de maior peso no Ibovespa, subiu ontem 2,63%, mais do que recuperando a queda de 2,42% registrada no dia anterior. As demais ações de maior liquidez também foram bem nesta terça-feira, com os ganhos entre os grandes bancos chegando a 2,08% (Santander Unit) no fechamento. Mais cedo, Petrobras ON e PN acompanhavam ao longe novo avanço nas cotações do petróleo, que recolocou o Brent a US$ 83 por barril - mas a ON virou e caiu 0,25% e a PN cedeu 0,14%, no fechamento.

Na ponta do Ibovespa, destaque para Pão de Açúcar (+12,57%), BRF (+8,14%) e Dexco (+7,65%). No lado oposto, BTG (-1,06%), Prio (-1%) e Totvs (-0,82%). Com o recuo na curva de juros doméstica, induzido na sessão pela leitura abaixo do esperado para o IPCA-15 de fevereiro, o índice de consumo foi destaque nesta terça-feira, em alta de 3,28%, à frente do índice de materiais básicos (+1,85%), mais correlacionado ao exterior.

DÓLAR CAI 0,97%

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em queda firme no mercado doméstico de câmbio.

No fim do dia, o dólar à vista recuava 0,97%, cotado a R$ 4,933. Com queda de 1,2% nos dois primeiros pregões desta semana, a moeda passou a apresentar leve baixa em fevereiro, de 0,09%.

MARINA SILVA

Mudança climática pode afetar produção de alimentos

DANIEL MELLO/ABRASIL

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, alertou ontem que as mudanças climáticas podem impactar a capacidade do Brasil de produzir alimentos. "Nós acabamos de identificar, por estudos científicos, áreas de deserto já no Brasil. Expansão da área de baixa umidade em várias regiões do nosso país. Ou seja, para o Brasil continuar ajudando na segurança alimentar do planeta, nós vamos precisar fazer o dever de casa em relação ao clima", disse ao participar de um evento organizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), parte da programação paralela ao encontro do G20.

A ministra participou de uma mesa com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen.

Segundo Marina, a falta de alimentos pode ser um fator de desregulação da economia global e gerador de instabilidades geopolíticas. "Nós temos também outro problema, que é a questão do risco de uma inflação global que pode ser causada também por insegurança alimentar em função da mudança climática. Geralmente, se faz a associação, muito rapidamente, entre risco de inflação e risco de instabilidade econômica, geopolítica, associado à energia. Mas vamos pensar também que esse risco talvez seja até maior em relação à segurança alimentar", enfatizou.

SINERGIA

No Brasil, a ministra avalia que existe uma convergência de interesses entre a área econômica e as propostas para o meio ambiente. "Eu acho que é a primeira vez na história do Brasil que a gente conseguiu uma sinergia muito grande entre a área econômica e a área ambiental. O plano de transformação ecológica está sendo coordenado pelo ministro da Fazenda (Fernando Haddad). Com certeza é o melhor lugar para que ele seja elaborado, porque a partir daí ele pode ser transversalizado (repassado para as outras áreas do governo)", disse.

A ministra destacou ainda a parceria assinada na segunda-feira passada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para dar garantias cambiais a projetos de desenvolvimento de economia verde no país.

O BID vai oferecer US$ 3,4 bilhões em contratos de derivativos que serão repassados, a partir do Banco Central, para instituições financeiras brasileiras.

Os derivativos são contratos que podem ser usados para reduzir o risco de operações financeiras, sendo vinculados a outros ativos, como commodities, moeda estrangeira ou taxas de juros.

IPCA-15

Prévia da inflação oficial sobe para 0,78% em fevereiro

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, ficou em 0,78% em fevereiro deste ano. A taxa é superior ao 0,31% de janeiro deste ano e ao 0,76% de fevereiro do ano passado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA-15 acumula 1,09% no ano e 4,49% em 12 meses.

O principal impacto na prévia da inflação de fevereiro veio dos aumentos das taxas dos cursos regulares, que subiram 6,13% no período. Os reajustes de preços são habitualmente praticados no início do ano.

Entre os cursos com maiores reajustes destacam-se ensino médio (8,58%), ensino fundamental (8,23%) e pré-escola (8,14%). Com essas altas de preços, o grupo de despesas com educação registrou inflação de 5,07% na prévia do mês. Na prévia de janeiro, o grupo educação tinha variado apenas 0,39%.

INFLAÇÃO

Oito dos nove grupos de despesa apresentaram inflação na prévia de fevereiro. Além de educação, destacou-se o de alimentação e bebidas, com inflação de 0,97% no período.

Entre os itens com maiores altas de preços estão cenoura (36,21%), batata-inglesa (22,58%), feijão-carioca (7,21%), arroz (5,85%) e frutas (2,24%).

Outros grupos com inflação na prévia de fevereiro foram saúde e cuidados pessoais (0,76%), comunicação (1,67%), despesas pessoais (0,46%), transportes (0,15%), habitação (0,14%) e artigos de residência (0,45%).

O único grupo de despesas com deflação (queda de preços) na prévia de fevereiro foi vestuário, com -0,39%.

PROJETOS

BB espera conceder R$ 100 bilhões em financiamentos do PAC

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Banco do Brasil espera conceder mais de R$ 100 bilhões em financiamentos para projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos próximos quatro anos. Serão investimentos públicos e privados no âmbito da nova edição do programa, que prevê ao todo R$ 1,7 trilhão em investimentos.

O número foi informado pelo diretor de Corporate e Investment Banking do BB, João Fruet, em seu perfil no Linkedin. De acordo com ele, o banco atua na assessoria em leilões, estruturação de financiamentos e também de operações no mercado de capitais.

"Neste contexto, o Banco do Brasil, dentro de seu segmento de Atacado, vem apoiando seus clientes e registrou contratações de R$ 4,1 bilhões no ano de 2023, nos diversos eixos do PAC", afirmou ele no texto.

Em agosto do ano passado, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, estimou que os bancos públicos poderiam financiar até R$ 440 bilhões em investimentos do novo PAC, uma das apostas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para destravar obras de infraestrutura no País.

O BB tem buscado fortalecer a atuação junto ao segmento corporativo, de olho tanto nas operações de financiamento quanto na prestação de outros serviços às empresas. Em dezembro do ano passado, a carteira de crédito para empresas do banco somava R$ 390,786 bilhões, alta de 8,9% em um ano, sendo que 54,8% do crédito era destinado a empresas de grande porte, e 30%, a pequenas e médias empresas.

PORTARIA

Governo adia por 3 meses portaria sobre trabalho aos feriados

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Sem acordo entre o governo, trabalhadores e patrões, o Ministério do Trabalho e Emprego adiou por 3 meses a publicação da portaria que restringe o trabalho no comércio aos feriados para os trabalhadores com convenção coletiva. As novas regras, que entrariam em vigor em 1º de março, ficará para junho.

Em nota, o Ministério do Trabalho e Emprego informou que a decisão foi tomada em reunião entre o ministro Luiz Marinho; o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; representantes das centrais sindicais e das frentes parlamentares do Comércio e Serviços e do Empreendedorismo.

"Nós temos certeza de que as partes chegarão a um texto que contemplará o funcionamento do nosso comércio na sua plenitude, respeitando sempre o direito às negociações, o direito dos empregados e protegendo cada trabalhador", destacou Luiz Marinho no comunicado.

No fim de janeiro, Marinho havia dito que cerca de 200 atividades consideradas essenciais ficariam de fora da norma e não precisariam de convenção coletiva para trabalharem aos feriados.

Em novembro, o Ministério do Trabalho publicou a portaria que obrigava a convenção coletiva para o trabalho aos feriados a todos os setores do comércio. Uma semana mais tarde, o texto foi revogado, após a Câmara dos Deputados ameaçar aprovar um decreto legislativo cancelando a portaria.

SAQUE-ANIVERSÁRIO

Logo após a cerimônia de anúncio da versão digital do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Marinho disse que o governo está finalizando o projeto de lei que muda as regras do saque-aniversário do FGTS.

"Estamos amarrando os últimos detalhes, participando juntos, os Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Casa Civil, para poder encaminhar um projeto de lei ao Congresso", declarou Marinho depois de uma entrevista coletiva.

O ministro disse não descartar a possibilidade de enviar a proposta por medida provisória. De acordo com Marinho, as regras atuais de saque-aniversário prejudicam parte dos trabalhadores porque quem saca o benefício no aniversário tem dificuldades de acesso ao fundo em uma eventual demissão.

Nota

IGP-M PARA 2024 PASSA DE 3,3% PARA 3,22%, PROJETA FOCUS

O Relatório de Mercado Focus divulgado ontem, mostrou nova redução na inflação esperada para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) este ano. A mediana para o IGP-M em 2024 passou de alta de 3,3% para 3,22%. Há um mês, a projeção era de 4,02%. Para 2025, a estimativa passou de 3,81% para 3,80%, ante 3,99% de quatro semanas atrás. Calculados pela Fundação Getulio Vargas (FGV), os Índices Gerais de Preços (IGPs) são bastante afetados pelo desempenho do câmbio e pelos valores dos produtos de atacado, como as commodities. A projeção de avanço para os preços administrados em 2024 ficou estável no Relatório de Mercado Focus.

BC

Banco Central adia de fevereiro para março divulgação do balanço de 2023

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Tradicionalmente divulgado em fevereiro, o balanço anual do Banco Central (BC) vai atrasar em um mês, informou ontem a instituição. Os números só serão aprovados e apresentados na reunião ordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) de março.

A reunião de fevereiro, prevista para esta quinta-feira, não ocorrerá. Segundo o BC, o cancelamento ocorreu por "falta de assuntos". Nesta semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, que compõem o CMN, participam da reunião de ministros das Finanças do G20, em São Paulo.

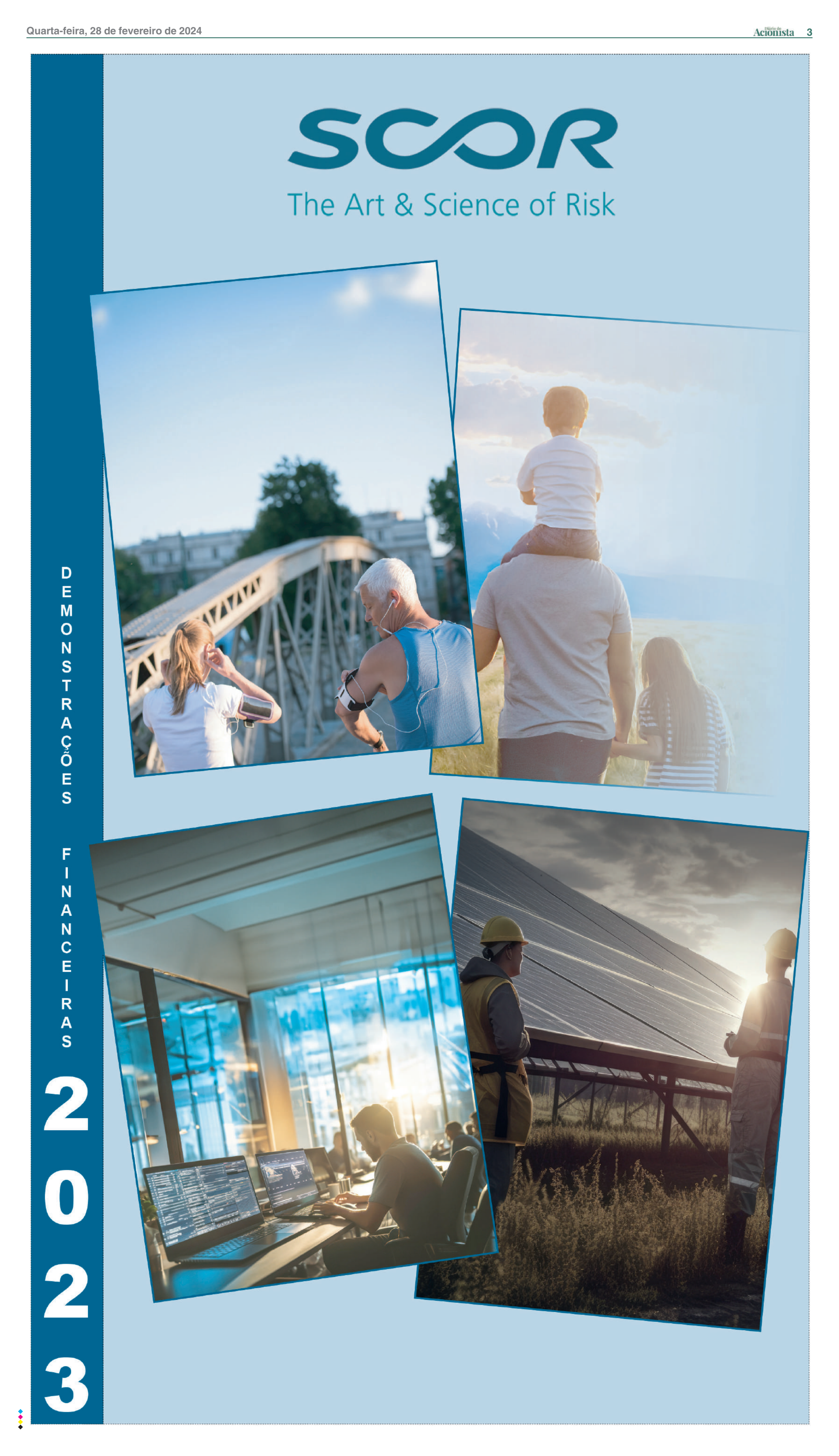
A legislação não estabelece uma data exata para a aprovação e divulgação do balanço do Banco Central. Até 2021, os números eram aprovados e apresentados semestralmente, nas reuniões ordinárias do CMN de fevereiro e de agosto. Com a lei que concedeu autonomia ao BC, o Conselho Monetário passou a divulgar o balanço apenas uma vez por ano, em fevereiro.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE


SCOR
The Art & Science of Risk
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2023

SCOR
The Art & Science of Risk

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

1/4

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer dos Atuários Auditores Independentes da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **A Companhia:** A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("SCOR Brasil"), empresa do Grupo SCOR sediado em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da SUSEP para operar com resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais. O Grupo SCOR é a quinta maior resseguradora do mundo, atendendo mais de 5.200 clientes ao redor do globo. Como líder global em resseguros, a SCOR oferece a seus clientes uma diversificada e inovadora gama de soluções em seguros e resseguros e serviços de controle e gerenciamento de riscos. A Companhia usa sua reconhecida experiência no setor para atender seus clientes e contribuir para o bem-estar e a resiliência da sociedade. O Grupo SCOR possui também autorizações para operar no Brasil através de resseguradoras admitidas e seguradora. **Políticas de reinvestimento de lucros e de distribuição de dividendos:** O Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro líquido do exercício seja destinado da seguinte forma: (a) 5% para a reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do Capital Social; (b) 5%, no mínimo, ao pagamento de dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do artigo 202 da Lei n°. 6.404/76; e (c) o lucro que não for destinado na forma dos itens (a) e (b) seja distribuído de acordo com o que for decidido pela Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável. **Plano Estratégico: 2026 Foward:** Em setembro de 2023, no Investor Day em Paris, o Grupo SCOR apresentou seu novo plano estratégico para 2024-2026, "Foward 2026". O novo plano estratégico estabeleceu algumas metas ambiciosas e igualmente ponderadas ao longo da duração do plano, tendo como meta financeira o crescimento do valor econômico e meta de solvência na faixa de 185% a 220%. A SCOR impulsionará a criação de valores para seus acionistas, clientes, funcionários e para a sociedade como um todo. O Grupo SCOR mantém o controle por apetite ao risco controlada e uma subscrição disciplinada à medida que aproveita as oportunidades de negócios criadas pelas condições favoráveis do mercado, alimentando o crescimento e diversificando suas carteiras de P&C (*Property and Casualty*) e L&H (*Life & Health*) Forward 2026, combinará a arte e a ciência do risco para proteger as sociedades, ao mesmo tempo que manterá firmemente a sustentabilidade no centro do coração do Grupo SCOR, *raison d'être*. **Resultado do exercício:** A Companhia encerrou o ano de 2023 com um lucro líquido de R$ 20,7 milhões, crescimento de 86% (R$ 9,6 milhões de reais) na comparação com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento do prêmio ganho de 12,6%, principalmente para os ramos de motor e propriedades, impulsionado pela estratégia de diversificação das carteiras, melhora na sinistralidade na operação de resseguro, resultado financeiro devido a marcação positiva nas posições dos títulos e na manutenção das despesas administrativas, que em ambos os períodos permaneceram em R$ 24,4 milhões, chegando a um patamar de índice de despesa administrativa de 3,5%. **Conjuntura Econômica:** Num ano de choques gerados por guerras na asia e no oriente médio, a economia brasileira deve fechar o ano de 2023 com uma alta de 2,9% no PIB. O IPCA acumulado em 2023 totalizou 4,6% frente aos 5,8% de 2022. A Selic meta fechou o ano em 11,75%, dois pontos percentuais abaixo do que 2022. Outros fatores que contribuíram para um menor índice de inflação no ano foi a queda do preço das commodities, que em 2022 sofreram com choque de preços, além do aumento na oferta de alimentos e da valorização da moeda nacional. A expectativa é que a economia brasileira continue crescendo em 2024, principalmente pelo consumo e pelo investimento, em razão da tendência de queda das taxas de juros. **Perspectivas:** O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter uma política prudente de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controle efetivo das despesas administrativas, focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global. **Outras Informações:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Scor SE (Paris-França). **Agradecimentos:** A SCOR Brasil Resseguros agradece a seus acionistas, parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, bem como a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoio dedicados à Companhia. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

A Diretoria

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Dez-2023	Dez-2022
Circulante		**1.087.464**	**2.251.656**
Disponível	4	**21.154**	**18.653**
Caixa e Bancos		13.429	9.165
Equivalente de Caixa		7.725	9.488
Aplicações	5	**274.989**	**201.838**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	7	**375.326**	**1.082.023**
Operações com Seguradoras		352.846	1.070.849
Operações com Resseguradoras		22.480	11.174
Ativos de Resseguro e Retrocessão	9	**396.924**	**930.559**
Títulos e Créditos a Receber		**11.426**	**14.443**
Títulos e Créditos a Receber		927	1.157
Créditos Tributários e Previdenciários	6a	10.091	12.911
Outros Créditos		408	375
Despesas Antecipadas		**38**	**54**
Custos de Aquisição Diferidos		**7.607**	**4.086**
Resseguros		7.607	4.086
Ativo não Circulante		**231.278**	**222.724**
Realizável a Longo Prazo		**228.604**	**219.876**
Aplicações	5	**107.961**	**102.592**
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	7	**41**	**4.059**
Operações com Seguradoras		41	4.059
Ativos de Resseguro e Retrocessão	9	**107.851**	**95.578**
Títulos e Créditos a Receber		**12.751**	**17.647**
Créditos Tributários e Previdenciários	6a	12.751	17.647
Outros Valores e Bens		**614**	**1.058**
Ativos de direito de uso		614	1.058
Imobilizado	8	**2.056**	**1.772**
Bens Móveis		2.056	1.772
Intangível	8	**4**	**18**
Outros Intangíveis		4	18
TOTAL DO ATIVO		**1.318.742**	**2.474.380**

PASSIVO	Nota	Dez-2023	Dez-2022
Circulante		**980.643**	**2.208.909**
Contas a Pagar		**21.897**	**17.660**
Obrigações a Pagar		4.857	4.970
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		3.866	2.447
Encargos Trabalhistas		1.133	940
Impostos e Contribuições	6b	12.041	9.303
Débitos de Operações Com Seguros e Resseguros	10	**183.196**	**984.474**
Operações com Resseguradoras		138.078	454.414
Corretoras de Seguros e Resseguros		7.308	4.511
Outros Débitos Operacionais		37.810	525.549
Depósitos de Terceiros	12	**2.600**	**16.427**
Provisões Técnicas - Resseguradoras	13	**772.950**	**1.190.348**
Passivo não Circulante		**197.518**	**149.403**
Contas a pagar		**1.062**	**310**
Tributos Diferidos		**1.413**	**-**
Provisões Técnicas - Resseguradoras	13	**195.043**	**149.093**
Patrimônio Líquido	17	**140.581**	**116.068**
Capital Social		100.000	100.000
Reservas de Lucros		38.498	28.410
Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.083	(2.263)
Prejuízos Acumulados		-	(10.079)
TOTAL DO PASSIVO		**1.318.742**	**2.474.380**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos/ Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	100.000	1.676	26.734	(7.766)	(21.167)	99.477
Ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	5.503	-	5.503
Lucro do exercício	-	-	-	-	11.088	11.088
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100.000	1.676	26.734	(2.263)	(10.079)	116.068
Ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	-	-	-	4.346	-	4.346
Lucro Líq. no exercício	-	-	-	-	20.670	20.670
Reserva Legal	-	530	-	-	(530)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(503)	(503)
Reservas Estatutárias	-	-	9.558	-	(9.558)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100.000	2.206	36.292	2.083	-	140.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Dez-2023	Dez-2022
Prêmios Emitidos	20.a	595.401	702.583
(-) Variações das Provisões Técnicas		98.325	(86.714)
(=) Prêmios Ganhos		**693.726**	**615.869**
(-) Sinistros Ocorridos	20.b	(584.959)	(1.411.851)
(-) Custos de Aquisição		(7.301)	(3.584)
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		1.624	(7.577)
(-) Resultado com Retrocessão	20.c	(69.818)	840.329
(-) Despesas Administrativas	20.d	(24.408)	(24.492)
(-) Despesas com Tributos	20.e	(13.935)	(7.866)
(+) Resultado Financeiro	20.f	**39.750**	**17.936**
(+) Receitas Financeiras		40.765	23.861
(-) Despesas Financeiras		(1.015)	(5.925)
(=) Resultado Operacional		34.679	18.764
(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações		**34.679**	**18.764**
(-) Imposto de Renda	16	(8.578)	(4.600)
(-) Contribuição Social	16	(5.162)	(2.807)
(-) Participações sobre o Lucro		(269)	(269)
(=) Lucro do exercício		**20.670**	**11.088**
(/) Quantidade de Ações		100.000	100.000
(=) Lucro por ação - R$		**206,70**	**110,87**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	Dez-2023	Dez-2022
Lucro do exercício	**20.670**	**11.088**
Variação no valor justo de ativo financeiros disponíveis para venda	(7.304)	9.158
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado abrangente	2.958	(3.655)
Resultado abrangente	(4.346)	5.503
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**16.324**	**16.591**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto

	Dez-2023	Dez-2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	20.670	11.088
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	377	335
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	2.495	3.161
Provisões Técnicas Líquidas de Ativos de Retrocessão	150.240	27.995
Ativos de direito de uso	444	557
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(75.589)	(19.722)
Tributos diferidos	1.413	-
Créditos das operações de seguros e resseguros	708.220	(362.428)
Ativos de Resseguro	373.519	(245.503)
Créditos Tributários e Previdenciários	16.827	7.387
Despesas antecipadas	16	64
Outros Ativos	198	(1.146)
Impostos e contribuições	11.108	6.655
Outras contas a pagar	3.781	2.193
Débitos de operações com seguros e resseguros	(809.439)	334.794
Depósitos de terceiros	(13.827)	2.579
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(377.366)	243.689
Caixa Gerado pelas Operações	**13.087**	**11.698**
Impostos sobre lucros pagos	(9.319)	(5.933)
Pagamentos da parcela dos juros - passivo de arrendamento	(194)	(285)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**3.574**	**5.480**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(647)	(234)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(647)**	**(234)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos da parcela do principal - passivo de arrendamento	(426)	(673)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(426)**	**(673)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.501**	**4.573**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	18.653	14.080
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	21.154	18.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de março de 2014 e em 26 de agosto de 2014 obteve a homologação da SUSEP, tendo assim iniciado as suas operações de contratos de resseguros a partir de 1º de novembro de 2014. A Companhia tem sua sede e escritório localizados na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, 15º andar, sala 1501, Centro, CEP 20091-007, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e filial localizada na Rua James Joule, nº 65, 7º andar, Cidade Monções, CEP 04576-080, São Paulo, ambos no Brasil. O capital social da Companhia é constituído por 100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da SCOR Brasil é de 99,999% da M&S Brazil Participações Ltda., subsidiária indireta da SCOR SE, sediada em Paris–França, e 0,001% pertencente a Scor Brasil Participações. A Companhia tem autorização da SUSEP para operar com resseguros e retrocessão em todos os grupos e em todo o território nacional. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". a. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. b. Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. d. Estimativas contábeis críticas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Avaliação de ativos e passivos de contratos de resseguros e provisões técnicas (*notas explicativas 7, 9, 10 e 13*); • Avaliação da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar (*nota explicativa 7*); • Provisão para contingências (*nota explicativa 22*); • Teste de adequação dos passivos (*nota explicativa 3.h*); e • Prêmios a receber e retrocedidos (*nota explicativa 7.c*). e. Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. f. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: • **CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros**: A partir de 1º de janeiro de 2024, entra em vigor a circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 que, entre outras providências aprova a norma emitida pelo comitê de pronunciamentos contábeis CPC 48 - Instrumentos financeiros, em substituição ao pronunciamento CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, com algumas adaptações. O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** O modelo estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas. Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de prêmios não ganhos de resseguro, onde: (a) A redução ao valor recuperável de Prêmios a receber deverá ser constituída: • Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou • A partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada. (b) A redução ao valor recuperável da Provisão de prêmios não ganhos de resseguro deverá ser constituída se: • Houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e • O impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador pode ser mensurado de forma confiável. Com exceção da conta de Provisão de prêmios não ganhos, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, o qual deverá considerar, no mínimo: • O histórico de perdas com o ressegurador; • Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e • Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 2024, o estudo técnico passa a ser exigido para todas as supervisionadas. **Classificação dos instrumentos financeiros:** As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros: • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Para a publicação das demonstrações financeiras de 2024, a companhia fez um estudo e identificou que o impacto trazido pelo CPC 48 / IFRS 9 está relacionado à classificação dos ativos financeiros. **3. Principais práticas contábeis: Informação de políticas contábeis materiais:** O Grupo Scor também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: a. Caixa e equivalentes de caixa (disponível): Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis de alta liquidez, compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aplicação e vencimento, e com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado. b. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros: A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. *Determinação do valor justo:* O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pela instituição financeira administradora desse fundo. Os títulos públicos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A Companhia classifica os ativos financeiros de acordo com as categorias a seguir: i. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado* Os instrumentos financeiros desta categoria são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas são reconhecidas no "Resultado financeiro". Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. ii. *Ativos financeiros mantidos até o vencimento:*Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável (*impairment*). A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria em 31 de dezembro de 2023 e 2022. iii. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são classificados como mantidos até o vencimento ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras e os ganhos ou perdas não realizadas reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido de efeitos tributários). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda ou depreciação significativa do valor de mercado (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". iv. *Hierarquia de mensuração do valor justo:* Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; Nível 3: Modelos de precificação nos quais as transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. c. Prêmios de resseguros e custo de aquisição diferidos: Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data de início de vigência dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes auferidos pela cedente (*EPI*), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos no momento em que são recebidas as prestações de contas com os valores efetivos enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados ao resultado ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados. d. Mensuração dos contratos de retrocessão: Os prêmios de retrocessão são registrados na data de início de vigência dos contratos, normalmente no mesmo período dos prêmios de resseguro referentes, e são contabilizados no resultado, na rubrica "Resultado com Operações de Retrocessões". Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição da Companhia. e. Redução ao valor recuperável: i. *Operações de resseguro e de retrocessão:* A metodologia para apuração da provisão de redução ao valor recuperável consiste em provisionar a perda esperada relativa aos prêmios a receber efetivos e é aplicada a cada encerramento de trimestre. A redução ao valor recuperável será contabilizada no ativo considerando-se o valor bruto do prêmio efetivo deduzido dos passivos diretamente relacionados aos prêmios de resseguro. A Companhia atualiza anualmente o estudo técnico com base no histórico do prazo médio de recebimento e, para efeito de constituição de redução ao valor recuperável, foi considerado o período de 3 exercícios anteriores ao ano corrente, segregado por linha de negócio. Com base nesse estudo técnico, a Companhia efetua provisão de valor recuperável acima de 120 dias para segmento de não vida e de 90 dias para o segmento de vida. A Companhia estende aos demais saldos em aberto do mesmo devedor com atraso superior a faixa de atraso definida no estudo vigente do prazo médio de recebimento, de acordo com o estudo interno de risco de crédito da cedente. ii. *Ativos financeiros:* A Companhia avalia no final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado, observando se o valor de mercado atual dos ativos financeiros é substancialmente inferior ao valor de custo amortizado, e se há evidência objetiva de deterioração do valor recuperável para os ativos classificados como disponíveis para venda ou como mantidos até o vencimento. Caso o instrumento financeiro esteja deteriorado ou "*impaired*", a Companhia avaliará se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros, o prejuízo cumulativo será imediatamente contabilizado no resultado do período. iii. *Ativos não financeiros:* Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. f. Contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido em até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. Os valores de contas a pagar são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, é normalmente reconhecido pelo valor das faturas correspondentes. g. Provisões técnicas - Resseguradoras: As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP 648/21 e da Resolução CNSP 432/21 e respectivas alterações vigentes, que dispõem sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradoras. i. *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):* É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos de riscos não decorridos dos contratos. Esta provisão é calculada levando em consideração o tipo de contrato de resseguro e segue as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. Contratos Facultativos:: • O cálculo da PPNG para os contratos facultativos é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro. O prêmio é

SCOR
The Art & Science of Risk

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

ganho em função da data-base, da data de início de vigência do contrato e do tempo de cobertura do contrato. Contratos Proporcionais: • *Risk Attaching* ou *Riscos Iniciados*: o cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo *Risk Attaching* consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. Para efetuar o cálculo, enquanto não estiverem disponíveis informações efetivas dos riscos assumidos, são utilizadas estimativas de prêmio total e do prêmio emitido mensal (prêmio total dividido pelo número de meses do contrato). A vigência das apólices de seguro adotada para o cálculo é informada pela cedente para cada contrato. Esta vigência padrão é utilizada como prazo de diferimento do prêmio de resseguro emitido em cada mês. • *Loss Occurring* ou Base de Ocorrência de Sinistros: o prêmio emitido dos contratos proporcionais do tipo *Loss Occurring* é definido em função da parcela do prêmio estimado total de cada contrato relativa à exposição a que está sujeito, com base nas apólices de seguros emitidas até o mês de cálculo. A PPNG é calculada de forma que os prêmios de resseguro sejam ganhos homogeneamente durante a vigência dos contratos. Contratos Não Proporcionais: • *Risk Attaching* ou *Riscos Iniciados:* o prêmio de resseguro para os contratos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro emitido. O prêmio ganho é determinado com base na duração do contrato e das apólices cobertas. O prêmio não é ganho linearmente, mas em função da evolução da exposição ao risco (método de "1/N avos"), uma vez que as apólices adicionadas ao contrato são consideradas emitidas linearmente ao longo da sua duração. • *Loss Occurring* ou Base de Ocorrência de Sinistros: o cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo *Loss Occurring* é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, neste caso pelo prazo de vigência do contrato. O prêmio de resseguro é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. ii. *Provisão de Prêmios Não Ganhos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):* A Companhia, através de análise individual dos contratos, tem a informação dos prêmios vigentes e não emitidos a cada mês. Este prêmio é contabilizado como prêmio RVNE. A PPNG relativa a estes prêmios é calculada conforme descrito no item i - *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)*. iii. *Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):* A provisão é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. Os valores são provisionados da seguinte forma: (a) pela parcela de responsabilidade da Resseguradora relativa ao valor informado pela cedente; (b) pelo valor resultante de sentença transitada em julgado, para os casos de sinistros judiciais quando a Resseguradora participar da ação judicial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Resseguradora não tomou conhecimento de envolvimento em processos judiciais. iv. *Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):* A provisão é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. As estimativas atuariais do IBNR são baseadas nos métodos da sinistralidade inicial esperada (SIE), do desenvolvimento de sinistros e de Bornhuetter-Ferguson ("BF"). Pelo método da sinistralidade inicial esperada, multiplica-se premissa de sinistralidade esperada pelo prêmio ganho do período, referente aos riscos vigentes, emitidos e não emitidos, para a obtenção do sinistro final esperado. O método do desenvolvimento de sinistros utiliza a experiência histórica de sinistros pagos ou avisados de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para estimar valores de sinistros finais. Os padrões de desenvolvimento de sinistros são determinados com base em negócios de características semelhantes onde o Grupo SCOR possui experiência por mais tempo. O método de BF utiliza dados de sinistros pagos e avisados existentes, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial, para determinar a estimativa de sinistro final. São feitas estimativas de sinistros finais por ano de subscrição com base em mais de um método atuarial e os valores dos sinistros finais são selecionados com base em julgamento atuarial. Os valores efetivamente pagos e a reserva de PSL são subtraídos das estimativas de sinistros finais para se determinar a IBNR. As premissas de sinistralidade adotadas são inicialmente baseadas na precificação de cada contrato e sumarizadas por grupo contábil e ano. Estas premissas podem ser ajustadas com base na análise da experiência da Companhia. Em situações específicas, como em caso de catástrofes, o valor da provisão refletirá a melhor estimativa final da Resseguradora. A provisão de IBNR pode ser segmentada em IBNYR (parcela relativa a casos ainda não avisados) e IBNER (parcela relativa à deficiência da PSL para casos já avisados). Estas parcelas são chamadas na Circular SUSEP nº. 648/21, de IBNR e IBNER, respectivamente. A Circular SUSEP nº. 648/21 diz que a PSL deve contemplar, quando necessário, ajuste de IBNER. Devido às limitações no tipo de informação disponível em resseguro, é difícil separar os componentes IBNR e IBNER. A Companhia estima a provisão de IBNR em base total e o IBNER é contemplado na IBNR. v. *Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):* Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº. 648/21, a Companhia deve adotar a PDR para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas próprias relacionadas a sinistros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foi identificada necessidade de constituição de PDR. vi. *Outras provisões - Provisão de Excedente Técnico (PET):* É constituída para garantir pagamentos de excedentes decorrentes de superávit técnico e é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusulas específicas de contratos de resseguro que tenham previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos. h. Teste de Adequação de Passivos (TAP): O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de verificar a adequação dos passivos de resseguro, líquidos dos custos de aquisição diferidos e eventuais ativos intangíveis relacionados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21. A administração da Companhia utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa de prêmios futuros de contratos proporcionais vigentes, sinistros, despesas administrativas, impostos e outras receitas e despesas operacionais. Qualquer deficiência é contabilizada como uma provisão no passivo ou tendo contrapartida no resultado. Foram projetados os fluxos associados com os passivos atuariais brutos de retrocessão nos segmentos de riscos operados e trazidos a valor presente considerando a projeção de taxa a termo de juros livre de risco. Na avaliação dos passivos atuariais, foram contempladas as receitas e despesas esperadas com a carteira em vigor bruta de retrocessão. Os passivos atuariais foram comparados com as provisões técnicas constituídas e não foi identificada necessidade de ajuste nas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxas de juros livre de risco pré-fixada e de cupom cambial, disponibilizadas pela SUSEP, conforme especificação do contrato de resseguro.
Grupo	**Sinistralidade projetada (varia conforme o grupo contábil/ano)**
Patrimonial	de 38,69% a 80,46%
Responsabilidades	de 6,48% a 36,12%
Automóvel	de 42,06% a 74,05%
Transportes	De 3,74% a 60,64%
Riscos Financeiros	de 0,82% a 44,28%
Pessoas Coletivo	de 81,11%
Rural	de 0,89% a 141,68%
Marítimos	de 25,89% a 120,42%
Aeronáuticos	de 26,02% a 60,22%
Riscos Especiais	de 55,00%
Outros	de 49,58% a 94,55%

i. Contingências ativas e passivas: As contingências passivas são identificadas por uma obrigação presente resultante de um evento passado, e são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. As provisões são contabilizadas quando há uma expectativa de perda "provável" em cada processo. Para processo com expectativa de perda "remota" ou "possível" não é registrada provisão. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa. Porém, a divulgação é requerida, conforme item 89 do CPC 25, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. j. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. k. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. i. *Reconhecimento de prêmio emitido de contrato de resseguro:* As receitas de prêmio dos contratos de resseguro são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de vigência do risco das respectivas apólices. ii. *Receita de juros:* As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado), são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. iii. *Despesas com sinistros:* As despesas com sinistros são reconhecidas em contrapartida à Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL), com base nas informações recebidas das cedentes. A Companhia pode considerar alguma informação adicional, como, por exemplo, se for parte de ação judicial. iv. *Depreciação:* A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: 10% para móveis, máquinas e equipamentos; e 20% para *hardwares* e *softwares*.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo desta rubrica refere-se, basicamente, a depósitos em conta corrente, conta corrente em moeda estrangeira e aplicações em fundos de investimentos atrelados à taxa CDI.

	Dez-2023	Dez-2022
Bancos	13.429	9.165
Fundos de investimentos	7.725	9.488
	21.154	**18.653**

A Companhia registra em equivalentes de caixas os fundos de investimentos não exclusivos , que possuem alta liquidez e são efetivamente utilizados para gestão do fluxo de caixa. Os fundos já estão registrados ao valor de mercado.

5. Aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos, por: a. Composição:

	Dez-2023	Dez-2022
Títulos disponíveis para venda		
Tesouro Pós-fixado – LFT	53.457	-
Tesouro Pré-fixado – LTN	329.493	304.430
Total de aplicações	**382.950**	**304.430**
Total circulante	274.989	201.838
Total não circulante	107.961	102.592

b. Movimentação das aplicações financeiras

	Dez-2022	Aplicações	Rendimentos/ Atualizações	Resgates	Marcação a Mercado	Dez-2023
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro Pós-fixado - LFT	-	92.022	1.988	(40.553)	-	**53.457**
Tesouro Pré-fixado - LTN	304.430	193.515	32.889	(208.645)	7.304	**329.493**
Total	**304.430**	**285.537**	**34.877**	**(249.198)**	**7.304**	**382.950**

Títulos disponíveis para venda	Dez-2021	Aplicações	Rendimentos/ Atualizações	Resgates	Marcação a Mercado	Dez-2022
Tesouro Pós-fixado - LFT	-	-	-	-	-	-
Tesouro Pré-fixado - LTN	**279.205**	102.970	20.891	(107.808)	9.172	**304.430**
Total de aplicações	**279.205**	**102.970**	**20.891**	**(107.808)**	**9.172**	**304.430**

c. Classificação dos ativos financeiros

	Dez-2023				Dez-2022			
	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Valor de mercado	%	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Valor de mercado	%
Títulos disponíveis para venda								
Tesouro Pós-fixado - LFN	53.457	-	53.457	14%	-	-	-	-
Tesouro Pré-fixado – LTN	325.961	3.532	329.493	86%	308.202	(3.772)	304.430	100%
Total de ativos financeiros	**379.418**	**3.532**	**382.950**	**100%**	**308.202**	**(3.772)**	**304.430**	**100%**

d. Taxas de juros contratadas

Título	Classe	Taxa de juros contratada	Valor de mercado	Dez-2023 %
LFT	Títulos públicos pós-fixados	SELIC + Ágio/Deságio	53.457	14,0%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 8% a 10% a.a.	29.616	7,7%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 10% a 12% a.a.	120.182	31,4%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 12% a 14% a.a.	179.695	46,9%
			382.950	**100%**

Título	Classe	Taxa de juros contratada	Valor de mercado	Dez-2022 %
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 4% a 6% a.a.	62.445	20,5%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 6% a 8% a.a.	107.931	35,5%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 8% a 10% a.a.	26.157	8,6%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 10% a 12% a.a.	10.056	3,3%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 12% a 14% a.a.	97.841	32,1%
			304.430	**100%**

e. Composição por prazo e por título: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título.

	Sem vencimento	Em até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Dez-2023 Total
Títulos disponíveis para venda					
Tesouro Pós-fixado - LFT	-	41.967	-	11.490	53.457
Tesouro Pré-fixado - LTN	-	233.022	96.471	-	329.493
Total	-	**274.989**	**96.471**	**11.490**	**382.950**

	Sem vencimento	Em até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Dez-2022 Total
Títulos disponíveis para venda					
Tesouro Pósfixado - LFT	-	-	-	-	-
Tesouro Prefixado - LTN	-	201.838	102.592	-	304.430
Total	-	**201.838**	**102.592**	-	**304.430**

f. Hierarquia do valor justo: A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos instrumentos financeiros registrados pelo valor justo:

	Nível 1	Nível 2	Dez-2023
Títulos disponíveis para venda			
Tesouro Pósfixado – LFT	53.457	-	53.457
Tesouro Prefixado – LTN	329.493	-	329.493
Total	**382.950**	**-**	**382.950**

	Nível 1	Nível 2	Dez-2022
Títulos disponíveis para venda			
Tesouro Pósfixado – LFT	-	-	-
Tesouro Prefixado – LTN	304.430	-	304.430
Total	**304.430**	**-**	**304.430**

6. Créditos tributários e previdenciários e impostos e contribuições: a. Créditos Tributários e previdenciários: i. Composição dos créditos tributários

	Dez-2023	Dez- 2022
Tributos a compensar		
IRPJ recolhido a maior	273	1.890
CSLL recolhido a maior	186	1.716
	459	**3.606**
Antecipações 2023 IRPJ/CSLL		
IRPJ antecipação 2023	6.392	3.460
CSLL antecipação 2023	3.240	2.191
	9.632	**5.651**
Crédito Prejuízo Fiscal		
IRPJ diferido	4.564	7.347
CSLL diferido	3.788	5.458
	8.352	**12.805**
Crédito de diferenças temporárias		
IRPJ diferido	2.027	5.235
CSLL diferido	**2.372**	**3.261**
	4.399	**8.496**
Total	**22.842**	**30.558**
Total ativo circulante	10.091	12.911
Total ativo não circulante	12.751	17.647

ii. Movimentação dos créditos tributários

	Dez-2022	Constituições	Atualizações	Baixas	Dez-2023
Tributos a compensar					
IRPJ recolhido a maior	1.890	164	109	(1.890)	273
CSLL recolhido a maior	1.716	98	88	(1.716)	186
	3.606	**262**	**197**	**(3.606)**	**459**
Antecipações IRPJ/CSLL					
IRPJ antecipação 2023	3.460	6.470	-	(3.538)	6.392
CSLL antecipação 2023	2.191	3.897	-	(2.848)	3.240
	5.651	**10.367**	**-**	**(6.386)**	**9.632**
Crédito Prejuízo fiscal					
IRPJ diferido	7.347	-	-	(2.783)	4.564
CSLL diferido	5.458	-	-	(1.670)	3.788
	12.805	**-**	**-**	**(4.453)**	**8.352**
Crédito de diferenças temporárias					
IRPJ diferido	5.235	675	-	(3.883)	2.027
CSLL diferido	3.261	405	-	(1.294)	2.372
	8.496	**1.080**	**-**	**(5.177)**	**4.399**
Total	**30.558**	**11.709**	**197**	**(19.622)**	**22.842**

	Dez-2021	Constituições	Atualizações	Baixas	Dez-2022
Tributos a compensar					
IRPJ recolhido a maior	3.738	3.723	613	(6.184)	1.890
CSLL recolhido a maior	1.645	2.248	306	(2.483)	1.716
	5.383	**5.971**	**919**	**(8.667)**	**3.606**
Antecipações IRPJ/CSLL					
IRPJ antecipação 2022	2.449	3.723	-	(2.712)	3.460
CSLL antecipação 2022	1.474	2.278	-	(1.561)	2.191
	3.923	**6.001**	**-**	**(4.273)**	**5.651**
Crédito Prejuízo fiscal					
IRPJ diferido	8.953	-	-	(1.606)	7.347
CSLL diferido	6.434	-	-	(976)	5.458
	15.387	**-**	**-**	**(2.582)**	**12.805**
Crédito de diferenças temporárias					
IRPJ diferido	4.506	729	-	-	5.235
CSLL diferido	2.814	447	-	-	3.261
	7.320	**1.176**	**-**	**-**	**8.496**
Total	**32.013**	**13.148**	**919**	**(15.522)**	**30.558**

(i) Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal são de exercícios anteriores. Os registros desses créditos estão suportados por todos os requisitos determinados na subseção XI Art. 118 da circular SUSEP 648/21. A Companhia apurou lucro antes dos impostos no exercício atual, compensando 30% ao ano do crédito tributário. A expectativa da Companhia é de que o saldo registrado será consumido até o ano de 2025.

b. Impostos e Contribuições	Dez/2023	Dez/2022
IRPJ a recolher	6.470	3.723
CSLL a recolher	3.897	2.278
Cofins a pagar	1.440	2.446
PIS a pagar	234	856
	12.041	**9.303**

7. Crédito das operações com seguros e resseguros:

a. Composição	Dez-2023	Dez-2022
Prêmios efetivos de resseguros	64.572	43.693
Prêmios estimados de resseguros	351.408	786.479
(-) Comissões efetivas de resseguros	(849)	(363)
(-) Comissões estimadas de resseguros	(65.373)	(188.389)
Redução ao valor recuperável	(5.655)	(3.161)
Subtotal	**344.103**	**638.259**
Outros créditos (i)	31.264	447.823
Total	**375.367**	**1.086.082**
Total circulante	375.326	1.082.023
Total não circulante	41	4.059

(i) Refere-se basicamente a antecipação de pagamento de sinistros (*cash call*) pago para a Essor Seguros, principalmente do ramo de segura rural, aguardando a prestação de contas para liquidação.

b. Movimentação dos prêmios a receber e EPI (*Estimate Premium Income*)

	Dez-2023	Dez-2022
Saldo inicial	638.259	534.111
Constituição	595.401	702.583
(-) Recebimento / Variação EPI	(887.063)	(597.476)
(-) Redução ao valor recuperável	(2.494)	(959)
Total	**344.103**	**638.259**

Os valores apresentados estão líquidos de comissão da cedente.

c. Composição dos prêmios a receber e retrocedidos

	Dez-2023		Dez-2022	
	Prêmios a receber (*)	Prêmios retrocedidos	Prêmios a receber (*)	Prêmios retrocedidos
Patrimonial	81.558	(21.402)	47.867	(2.318)
Responsabilidades	15.293	(1.695)	9.719	-
Automóvel	75.207	(1.688)	70.124	-
Cargo	835	(44)	41	-
Riscos Financeiros	35.769	(59.709)	25.345	(18.362)
Pessoas Coletivo	27.547	-	16.529	-
Rural	94.436	(51.074)	462.548	(433.734)
Pessoas individual	1.013	(44)	435	-
Marítimos	15.737	(459)	8.534	-
Aviação	174	-	4	-
Estrangeiro Assumido	2.189	-	274	-
	349.758	**(136.115)**	**641.420**	**(454.414)**

(*) Valor de Prêmios a Receber não contempla RVR no valor de R$ 5.655 em 2023 (R$ 3.161 em 2022). d. Prêmios a receber por prazo de vencimento

	Dez-2023	Dez-2022
Vencido:		
de 0 a 90 dias	11.759	2.836
de 91 a 180 dias	1.501	137
de 181 a 360 dias	557	610
de 1 a 2 anos	850	64
A vencer:		
de 0 a 90 dias	306.197	633.513
de 91 a 180 dias	11.141	3.606
de 181 a 360 dias	17.712	124
Acima de 360 dias	41	530
Total	**349.758**	**641.420**
Redução ao valor recuperável		
Vencido:		
de 0 a 90 dias	(445)	(267)
de 91 a 180 dias	(3.370)	(2.022)
de 181 a 360 dias	(984)	(710)
de 1 a 2 anos	(856)	(162)
Total	**(5.655)**	**(3.161)**

O prêmio da Companhia é registrado em bases estimadas e efetivas e liquidado pelas cedentes por meio de prestações de contas, em sua maioria, trimestrais, sendo este o período médio de parcelamento dos prêmios e outros recebíveis operacionais. Cada contrato tem o prazo de um ano, a partir de sua primeira prestação de contas, para liquidação de todas suas operações.

8. Ativo Imobilizado e intangível: Composto principalmente por móveis, equipamento de escritórios e benfeitorias em imóveis de terceiros alocados nos dois escritórios da Companhia, nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, os ativos imobilizados estão valorizados ao custo de aquisição e depreciação calculada segundo o método linear conforme o período de vida útil estimada dos ativos, mencionada na nota explicativa 3.k.iv.

a. Composição	Dez-2023	Dez-2022
Bens móveis		
Equipamentos	1.351	1.127
Móveis, máquinas e utensílios	239	239
Outras imobilizações	5.867	5.444
(-) Depreciação acumulada	(5.401)	(5.038)
Intangível	74	74
(-) Amortização Acumulada	(70)	(56)
Total	**2.060**	**1.790**

b. Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Dez-2022	Entradas	Depreciação/ Amortização do período	Dez-2023
Bens móveis				
Equipamentos	563	224	(191)	596
Móveis, máquinas e utensílios	150	-	(24)	126
Outras imobilizações	1.059	423	(148)	1.334
Intangível	18	-	(14)	4
Total	**1.790**	**647**	**(377)**	**2.060**

	Dez-2021	Entradas	Depreciação/ Amortização do período	Dez-2022
Bens móveis				
Equipamentos	500	234	(171)	563
Móveis, máquinas e utensílios	174	-	(24)	150
Outras imobilizações	1.184	-	(125)	1.059
Intangível	33	-	(15)	18
Total	**1.891**	**234**	**(335)**	**1.790**

9. Ativos de Resseguro e Retrocessão – Provisões Técnicas – Resseguradoras: a. Composição dos ativos de retrocessão

	Dez-2023	Dez-2022
Provisão para prêmio não ganho	245.950	455.280
(-) Comissões diferidas de retrocessão cedida	(85.788)	(122.322)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	220.743	159.256
Sinistros pendentes de pagamento retrocessão	123.870	533.923
Total de ativos de retrocessão	**504.775**	**1.026.137**

b. Movimentação dos ativos de retrocessão

Ativos de retrocessão cedida	Dez-2022	Constituição / (Reversão)	(Pagamento) / (Apropriação)	Dez-2023
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	332.958	(172.796)	-	160.162
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	159.256	61.487	-	220.743
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	533.923	319.864	(729.917)	123.870
Total	**1.026.137**	**208.555**	**(729.917)**	**504.775**

Ativos de retrocessão cedida	Dez-2021	Constituição / (Reversão)	(Pagamento) / (Apropriação)	Dez-2022
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	278.400	54.558	-	332.958
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	170.394	(11.138)	-	159.256
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	288.420	1.235.685	(990.182)	533.923
Total	**737.214**	**1.279.105**	**(990.182)**	**1.026.137**

10. Débitos de Operações Com Seguros e Resseguros: a. Composição

	Dez-2023	Dez-2022
Prêmio retrocedido a pagar	149.415	657.780
(-) Comissões retrocedidas	(11.337)	(203.366)
Subtotal	**138.078**	**454.414**
Corretagem de resseguros a pagar	7.308	4.511
Outros débitos operacionais (i)	37.810	525.549
Total	**183.196**	**984.474**
Total circulante	183.196	984.474

(i) Refere-se basicamente a cash call – adiantamento de sinistro do contrato de retrocessão para o ramo de rural, a ser liquidado após prestação de conta recebida pelas cedentes. b. Movimentação dos débitos de operações com seguros e resseguros

	Dez-2023	Dez-2022
Saldo inicial	**454.414**	**366.146**
Constituição	280.859	504.341
(-) Pagamento	(597.195)	(416.073)
Saldo final	**138.078**	**454.414**

11. Transações com partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: SCOR Brasil Participações Ltda., SCOR Reinsurance Company, SCOR Global Life Americas Company, SCOR SE e Essor Seguros S.A, além de seus administradores, conselheiros da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

SCOR
The Art & Science of Risk

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

a. Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dez-2023			Dez-2022		
	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita/(Despesa)
Administradores (i)	-	(499)	(5.985)	-	(801)	(8.726)
SCOR Reinsurance Company	3.012	4.492	(6)	8.974	(20.873)	(43.605)
Cost sharing agreement (ii)	-	(187)	(146)	-	-	(123)
Operações de retrocessão (iii)	3.012	4.679	140	8.974	(20.873)	(43.482)
SCOR Global Life Americas Company	-	-	51	30	-	124
Cost sharing agreement (ii)	-	-	51	30	-	164
Operações de retrocessão (iii)	-	-	-	-	-	(39)
SCOR Brasil Participações Ltda.	449	-	116	195	-	86
Cost sharing agreement (ii)	449	-	116	195	-	86
SCOR SE (Paris)	499.902	(306.131)	(69.279)	1.017.143	(434.194)	884.194
Cost sharing agrément (ii)	1.573	(2.486)	(913)	-	-	-
Operações de resseguro (v)	297.917	(766.276)	(13.125)	805.620	(1.885.305)	964.580
Total	802.853	(1.070.900)	(89.141)	1.831.962	(2.341.173)	1.796.654

(i) Remuneração a pagar. (ii) Corresponde ao acordo de compartilhamento de custos entre as empresas, a partir do qual são rateadas as despesas relativas à infraestrutura administrativa considerando um critério preestabelecido entre as partes. (iii) Refere-se a transações de retrocessão. (iv) Refere-se ao programa de bonificação de funcionários através da concessão de ações da SCOR SE (Paris). O valor será reembolsado pela Companhia à sua matriz. (v) Refere-se a transações de resseguro. (vi) Refere-se a garantia alocada pela SCOR SE (Paris) à Companhia. b. Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades supervisionadas pela SUSEP não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

12. Depósitos de Terceiros: Os valores recebidos das cedentes referentes a créditos não baixados e conciliados em 31 de dezembro de 2023, estão registrados nesta rubrica. Para os Contratos Proporcionais, os valores recebidos estão líquidos das respectivas comissões e, eventualmente, dos sinistros pagos.

	Dez-2023	Dez-2022
Até 30 dias	2.261	14.357
Entre 31 e 60 dias	-	40
Entre 61 e 90 dias	28	1.234
Entre 91 e 180 dias	309	539
Entre 181 e 365 dias	-	38
Acima de 365 dias	2	219
	2.600	16.427

13. Provisões Técnicas - Resseguradoras: a. Composição

	Dez-2023	Dez-2022
Provisões técnicas		
(+) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	364.737	473.804
(+) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	354.355	239.370
(+) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	242.166	618.838
(+) Provisão de excedentes técnicos (PET)	6.735	7.429
Total das provisões técnicas	967.993	1.339.441
Total circulante	772.950	1.190.348
Total não circulante	195.043	149.093

b. Movimentação das reservas técnicas

Provisões técnicas - resseguro aceito	Dez-2022	Movimento	Pagamento	Dez-2023
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	473.804	(109.067)	-	364.737
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	239.370	114.985	-	354.355
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	618.838	469.974	(846.646)	242.166
Provisão de excedentes técnicos (PET)	7.429	9.575	(10.269)	6.735
Total	1.339.441	485.467	(856.915)	967.993

Provisões técnicas - resseguro aceito	Dez-2021	Movimento	Pagamento	Dez-2022
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	393.793	80.011	-	473.804
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	248.316	(8.946)	-	239.370
Provisão de sinistros a liquidar (PSL) (*)	379.465	1.420.693	(1.181.320)	618.838
Provisão de excedentes técnicos (PET)	3.113	4.969	(653)	7.429
Total	1.024.687	1.496.727	(1.181.973)	1.339.441

(*) Movimentação referente aos sinistros de agro ocorridos no período.

14. Desenvolvimento de sinistros ocorridos: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Valores brutos de retrocessão

UWY	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Incorrido mais IBNR										
Até a data base:	155	111.444	93.160	83.079	122.945	76.398	125.786	430.544	280.760	153.398
Um ano mais tarde:	1.625	179.400	146.520	120.561	309.568	294.557	300.670	1.585.657	631.305	
Dois anos mais tarde:	3.340	231.515	185.552	131.650	327.710	300.721	313.238	1.718.773		
Três anos mais tarde:	5.611	217.538	183.703	133.884	306.764	291.118	281.382			
Quatro anos mais tarde:	2.556	213.251	175.416	132.056	300.817	275.196				
Cinco anos mais tarde:	3.903	212.249	180.474	115.956	293.949					
Seis anos mais tarde:	2.875	209.499	179.749	115.688						
Sete anos mais tarde:	(357)	205.162	176.973							
Oito anos mais tarde:	(235)	209.255								
Nove anos mais tarde:	1.252									
Posição em 31/12/2023	1.252	209.255	176.973	115.688	293.949	275.196	281.382	1.718.773	631.305	153.398
Pagamento acumulado										
Até a data base:	-	65.630	44.378	35.456	42.333	6.530	9.249	4.817	1.837	3.308
Um ano mais tarde:	1.518	133.586	113.785	99.093	150.823	208.659	136.031	932.939	306.142	
Dois anos mais tarde:	3.233	166.000	130.495	112.625	172.107	210.138	129.949	1.268.878		
Três anos mais tarde:	6.002	174.724	139.655	113.679	166.308	206.690	116.002			
Quatro anos mais tarde:	7.151	177.919	143.191	110.418	164.043	199.457				
Cinco anos mais tarde:	8.053	180.727	147.687	105.859	155.768					
Seis anos mais tarde:	8.698	172.614	141.412	101.508						
Sete anos mais tarde:	5.503	163.515	132.636							
Oito anos mais tarde:	4.652	160.520								
Nove anos mais tarde:	3.805									
Posição em 31/12/2023	3.805	160.520	132.636	101.508	155.768	199.457	116.002	1.268.878	306.142	3.308
Provisão de sinistros em 31/12/2023	1.527	6.489	8.571	2.504	8.937	12.372	17.801	184.950	203.279	150.091

Valores de retrocessão

UWY	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Incorrido mais IBNR										
Até a data base:	111	82.197	38.327	64.803	92.997	40.755	33.969	53.500	(8.063)	68.720
Um ano mais tarde:	1.645	148.806	59.562	74.011	182.744	101.331	118.813	161.460	71.159	
Dois anos mais tarde:	3.360	196.460	99.021	82.912	202.351	101.882	117.333	222.442		
Três anos mais tarde:	5.264	183.870	97.926	83.119	179.349	97.162	119.005			
Quatro anos mais tarde:	4.091	181.242	89.276	83.887	184.518	88.758				
Cinco anos mais tarde:	5.650	180.756	100.364	81.803	183.075					
Seis anos mais tarde:	4.799	177.072	106.432	82.015						
Sete anos mais tarde:	2.582	177.964	103.671							
Oito anos mais tarde:	3.923	181.845								
Nove anos mais tarde:	5.398									
Posição em 31/12/2023	5.398	181.845	103.671	82.015	183.075	88.758	119.005	222.442	71.159	68.720
Pagamento acumulado										
Até a data base:	0	65.630	(4.519)	35.149	42.333	6.530	9.249	1.863	(76.231)	(2.555)
Um ano mais tarde:	1.518	132.239	27.249	99.069	88.934	111.495	(20.974)	(379.583)	(1.217.121)	
Dois anos mais tarde:	3.233	154.349	45.354	111.558	39.847	34.599	(37.094)	(57.570)		
Três anos mais tarde:	5.955	164.517	55.976	112.492	98.879	30.483	(51.285)			
Quatro anos mais tarde:	7.104	167.910	60.991	108.729	103.003	22.983				
Cinco anos mais tarde:	7.998	171.329	65.353	106.125	100.985					
Seis anos mais tarde:	8.641	162.884	57.519	103.703						
Sete anos mais tarde:	5.446	153.404	47.052							
Oito anos mais tarde:	4.595	149.367								
Nove anos mais tarde:	3.737									
Posição em 31/12/2023	3.737	149.367	47.052	103.703	100.985	22.983	(51.285)	(57.570)	(1.217.121)	(2.555)
Provisão líquida de Retrocessão em 31/12/2021	10	1.660	254	466	570	3.052	(8.332)	142.444	124.488	80.018

15. Cobertura das provisões técnicas

	Dez-2023	Dez-2022
Provisões técnicas		
(+) Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	364.737	473.804
(+) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	354.355	239.370
(+) Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	242.166	618.838
(+) Provisão de excedentes técnicos (PET)	6.735	7.429
Total das provisões técnicas	967.993	1.339.441
(-) Ativos de Retrocessão Redutores de PPNG	88.067	931
(-) Ativos de Retrocessão Redutores de IBNR	220.743	159.256
(-) Ativos de Retrocessão Redutores de PSL	123.870	533.923
(-) Direitos creditórios	257.221	429.280
(-) Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	1.581	1.903
Total das provisões técnicas a ser coberto	276.511	214.148
Ativo garantidor		
LFT – Letra Financeira do Tesouro	53.457	-
LTN – Letra do Tesouro Nacional	329.493	304.430
Fundos	3.238	-
Total ativos garantidores	386.188	304.430
Suficiência	109.677	90.282
Suficiência %	39,66%	42,16%

16. Imposto de renda e contribuição social

	Dez-2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	34.410	34.410
Adições (exclusões) temporárias:		
(+) Provisão para fornecedores	512	512
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-
(+) Despesas Dedutíveis	(746)	(746)
(-) Despesas Indedutíveis	2.935	2.935
Lucro tributável	37.111	37.111
(-) Compensação com prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	(11.133)	(11.133)
Lucro tributável após compensação	25.978	25.978
Imposto de renda / Contribuição social sobre o lucro	(6.470)	(3.897)
Imposto Diferido originado de diferenças temporárias	675	405
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre base negativa	(2.783)	(1.670)
Resultado imposto de renda e contribuição social	(8.578)	(5.162)
Taxa efetiva	25%	15%

	Dez-2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	18.495	18.495
Adições (exclusões) temporárias:		
(+) Provisão para fornecedores	387	387
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	3.459	3.459
(+) Despesas Dedutíveis	(929)	(929)
(-) Despesas Indedutíveis	-	-
Lucro tributável	21.411	21.411
(-) Compensação com prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	(6.423)	(6.423)
Lucro tributável após compensação	14.988	14.988
Imposto de renda / Contribuição social sobre o lucro	(3.723)	(2.278)
Imposto Diferido originado de diferenças temporárias	729	447
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre base negativa	(1.606)	(976)
Resultado imposto de renda e contribuição social	(4.600)	(2.807)
Taxa efetiva	25%	15%

17. Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R$ 100.000 e está dividido em 100.000 ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido contábil. A destinação relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada.

18. Capital Mínimo Requerido, de Risco e Liquidez em Relação ao Capital: Em 12 de novembro de 2021 o CNSP publicou a Resolução 432/21 relativa ao cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento dos resseguradores locais e ao cálculo do capital de risco. A Resolução, complementada pela Circular SUSEP nº 648/21, dispõe sobre o cálculo de capital de risco baseado no risco de subscrição, capital de risco baseado no risco de crédito, capital de risco baseado em risco operacional e capital de risco baseado no risco de mercado. Em atendimento à Resolução SUSEP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia apresenta suficiência do patrimônio líquido ajustado em relação ao capital mínimo requerido calculado considerando a metodologia estabelecida pelo órgão regulador. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

	Dez-2023	Dez-2022
Patrimônio Líquido	140.581	116.068
Despesas antecipadas	(37)	(54)
Créditos tributários com prejuízos fiscais	(8.352)	(12.805)
Ativos intangíveis	(4)	(18)
Ajustes contábeis	(8.393)	(12.877)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	14.704	13.801
PLA - nível I	132.188	103.191
PLA - nível II	14.704	13.876
PLA - nível III	-	-
PLA (Total) = PL + Ajus. cont. + Ajus. Do Exc. De Nível II e III (*) (a)	146.892	117.067
Capital mínimo requerido		
Capital base (CB)	60.000	60.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)	74.704	73.876
Capital de risco de subscrição	52.707	27.777
Capital de risco de crédito	23.369	47.049
Capital de risco operacional	4.870	5.562
Capital de risco de mercado	7.107	8.213
Correlação entre os riscos	(13.349)	(14.725)
Capital mínimo requerido (b)	74.704	73.876
Suficiência de capital (c = a - b)	72.188	43.191
Suficiência de capital (c / b)	96,6%	58,5%
Índice de solvência (d = a / b)	196,6%	158,5%

19. Estrutura de gerenciamento de riscos: a. Estrutura de Gestão de Riscos: A Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia possibilita a identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento de seus principais riscos. O Gestor de Riscos da Companhia é responsável por supervisionar continuamente a Estrutura de Gestão de Riscos, cabendo à Diretoria e ao Conselho de Administração zelar pela sua adequação. A Estrutura de Gestão de Riscos alinha-se ao Sistema de Controles Internos da Companhia, de forma a garantir o adequado tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar suas operações, incluindo mecanismos para prevenção a fraudes e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A área de Controles Internos da Companhia realiza a revisão periódica dos processos e seus controles-chave, assim como a área de *Compliance* monitora o cumprimento das normas e procedimentos vigentes. Suas recomendações são implementadas pelas diversas áreas da Companhia, incluindo a adequação a novas normas e exigências legais. b. Gestão de risco de resseguro: A Companhia oferece no mercado segurador brasileiro coberturas de resseguros para as carteiras de todos os ramos. Os canais de distribuição compreendem a intermediação de corretores de resseguros, bem como de forma direta com as seguradoras. Os contratos de resseguros proporcionais (cota-parte e excedente de responsabilidades) compreendem a aceitação de uma porção proporcional dos riscos relacionados às apólices emitidas pelas cedentes. Os contratos de resseguros não proporcionais (excesso de danos por risco e por evento, ou por "*stop loss*") compreendem a aceitação da porção do risco acima de uma prioridade previamente acordada. Concentração de Riscos: Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo.

Grupo de Ramos	Descrição	Dez-2023	Dez-2022
1	Patrimonial	142.977	49.693
3	Responsabilidades	15.297	7.328
5	Automóvel	159.306	65.375
6	Transportes	1.230	(65)
7	Riscos Financeiros	49.471	34.091
9	Pessoas Coletivo	30.788	3.814
11	Rural	169.808	530.902
13	Pessoas Individual	748	455
14	Marítimos	20.347	10.479
15	Aeronáuticos	428	129
17	Riscos Especiais	2.224	63
20	Outros (*)	2.777	319
Total de prêmios emitidos de resseguro aceito		595.401	702.583

(*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, principalmente do ramo "Pessoas Coletivo". *Resultados da análise de sensibilidade:* Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teria sido afetado caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Em atendimento ao Artigo 126, Inciso XI da Circular SUSEP nº 648/2021, a análise de sensibilidade foi realizada com base nos cálculos e premissas do teste de adequação de passivos, e aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros e sinistralidade, para todos os grupos da Companhia. O impacto no resultado e patrimônio líquido decorrente dos testes de sensibilidade estão apresentados abaixo:

Dez-2023	Valor	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Impacto (%)
Base TAP	806.100		
Aumento 5% Sinistralidade	825.785	(19.686)	-2,4%
Redução 5% Sinistralidade	786.532	19.567	2,4%
Aumento 5% Taxa de Desconto	801.122	4.978	0,6%
Redução 5% Taxa de Desconto	811.183	(5.084)	-0,6%

Dez-2022	Valor	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Impacto (%)
Base TAP	1.075.784		
Aumento 5% Sinistralidade	1.169.861	(94.077)	-8,7%
Redução 5% Sinistralidade	984.419	91.366	8,5%
Aumento 5% Taxa de Desconto	1.066.346	9.438	0,9%
Redução 5% Taxa de Desconto	1.085.497	(9.712)	-0,9%

c. Gestão de risco de subscrição: Conforme padrão do Grupo SCOR, os critérios de subscrição para a Companhia estão definidos internamente e são rigorosamente seguidos. Esses critérios determinam as classes de negócio em que se poderão aceitar riscos, as exclusões básicas, os limites de aceitação e as alçadas, dispondo ainda sobre os seguintes temas: • Estrutura interna de subscrição: funções de cada área, níveis de responsabilidade e alçadas; • Formulários padrões para coleta de dados por segmento de negócio; • Regras de subscrição: regras gerais, condições específicas por segmento de negócio, alçadas de decisão e ferramentas de precificação para cada segmento; • Controles de gerenciamento de riscos e acúmulos; • Requisitos de auditorias periódicas internas; • Requerimentos de governança para subscrição; • Preenchimento de formulários de análise de riscos antes da aceitação, e em conformidade com padrões internos estabelecidos. O departamento de Subscrição analisa uma série de fatores, incluindo, mas não limitado ao tipo de risco a ser assumido, o ramo, a avaliação atuarial da adequação do prêmio, a subscrição técnica da cedente e os resultados técnicos da mesma, a condição financeira da cedente, a reputação do departamento de Sinistros da cedente e a exposição que o contrato agrega à carteira da Companhia. d. Retrocessão: A Companhia utiliza a compra de retrocessão para suportar suas operações de subscrição e para gerenciar sua retenção por risco e por evento ante uma ocorrência. A cobertura de retrocessão é comprada de acordo com o tipo de riscos assumidos. Os benefícios de ceder a outros resseguradores incluem a redução da exposição, a proteção contra riscos catastróficos, a proteção contra a perda de capital inesperado e permite a subscrição de negócios adicionais. Contratos de retrocessão não eximem, legalmente, a Companhia de suas obrigações em relação ao risco ressegurado.

Resseguradora Admitida	Rating(*)	Tipo contrato	Prêmio retrocedido líquido de comissão Dez-2023	Dez-2022
SCOR SE	A+			
Patrimonial		Não proporcional	(2.041)	(8.080)
Patrimonial		Proporcional	(31.784)	(645)
Responsabilidades		Não proporcional		(180)
Responsabilidades		Proporcional	(18.661)	-
Automóvel		Não proporcional	-	(400)
Automóvel		Proporcional	(27.229)	-
Cargo		Proporcional	(44)	-
Riscos Financeiros		Não proporcional	-	143
Riscos Financeiros		Proporcional	(43.152)	(30.972)
Rural		Não proporcional	(3.759)	1.559
Rural		Proporcional	(151.075)	(465.220)
Pessoas Coletivo		Não proporcional	(37)	(44)
Marítimos		Não proporcional	-	(502)
Marítimos		Proporcional	(2.809)	-
Aviação		Proporcional	(100)	-
Estrangeiro Assumido		Proporcional	(168)	-
Total – vide nota explicativa 20.c.			(280.859)	(504.341)

(*) Última avaliação disponível da Standard&Poor's. e. Administração de sinistros: A Companhia utiliza a política de regulação de sinistros adotada pelo Grupo SCOR. O controle da regulação de sinistros é responsabilidade do departamento de sinistros, apoiado tecnicamente pelas diversas áreas de subscrição especializadas em cada ramo. A descrição dos procedimentos operacionais e processos de regulação de sinistros consta na política interna de sinistros do Grupo, a qual requer avaliação de: • coberturas contratadas em relação à reclamação do sinistro; • exclusões aplicáveis (legitimidade de cobertura); • valores reclamados em relação à franquia aplicável e limites contratados; • tipo de ocorrência, providências tomadas, dimensões dos danos; • contratação de peritos ou envolvimento de especialistas ou advogados nos casos necessários. Respeitada a legislação brasileira, a Companhia determina para cada um dos seus contratos as cláusulas relacionadas às definições de sinistros, assim como valores e limites para a notificação de sinistros, cláusula de liquidação e cooperação de sinistros, despesas e honorários de regulação. Os prêmios ganhos dos grupos de ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	Dez/23 Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)	Dez/22 Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Corretagem (%)
Patrimonial	105.141	73%	5,1%	25.682	94%	-0,5%
Riscos Especiais	408	54%	9,1%	90	80%	1,3%
Responsabilidades	8.718	(18%)	(0,5%)	6.697	63%	3,5%
Automóvel	134.896	86%	0,1%	50.600	86%	0,2%
Transportes	500	(10%)	18,8%	277	(4%)	22,3%
Riscos Financeiros	40.733	(26%)	1,6%	26.030	(41%)	1,7%
Pessoas Coletivo	10.562	43%	4,6%	33.116	100%	6,2%
Rural	382.433	104%	0,1%	464.746	282%	0,1%
Pessoas Individual	135	1.111%	0,0%	623	25%	0%
Marítimos	14.336	31%	1,7%	5.320	66%	3,4%
Aeronáuticos	245	17%	8,7%	168	88%	6,6%
Outros (*)	(4.381)	92%	(0,9%)	2.520	95%	0%
Total	693.726	84%	1,1%	615.869	229%	0,6%

(*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, principalmente do ramo "Pessoas Coletivo". f. Gestão de riscos financeiros: A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam estabelecidos e seguidos, para evitar que perdas decorrentes de riscos financeiros venham a impactar os resultados de forma adversa. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, os requerimentos regulatórios locais e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos de alta liquidez. O Grupo SCOR possui uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites, principais critérios e restrições de investimentos, considerando também as exigências da regulamentação local. O gerenciamento de risco de crédito nas operações de resseguro, retrocessão e aplicações financeiras inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's. *Risco de mercado:* O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que diminuam as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, muito embora adote uma posição conservadora de suas aplicações financeiras. *Resultados da análise de sensibilidade:* Na presente análise de sensibilidade consideramos uma sensibilidade de 100 pontos-base para taxa de juros pré-fixada, a qual teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e expectativas de mercado para as variações dessa taxa, refletindo sobre o saldo dos instrumentos financeiros.

SCOR
The Art & Science of Risk

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.

CNPJ nº 19.851.775/0001-07

4/4

	Impacto no patrimônio Líquido /resultado	
Fator de risco	**Dez-2023**	**Dez-2022**
Elevação da taxa de juros	1.634	912
Redução da taxa de juros	(1.634)	(912)

Parâmetro: - 100 pontos-base na estrutura de taxas de juros SELIC vigente em 31 de dezembro de 2023. *Risco de crédito:* É o risco que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de resseguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área financeira da Companhia. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela Administração da Companhia.

				Dez-2023
	Moody's	**Fitch**	**S&P**	**Total**
Banco BNP Paribas Brasil S.A.				
Caixa e Equivalentes de caixa	Aa3	AA-	A+	21.154
Títulos Públicos Federais				
LFT	Ba2	BB	BB	53.457
LTN	Ba2	BB	BB	329.493
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros				
Prêmios a Receber (*)	Sem rating	Sem rating	Sem rating	344.103
Sinistro Pendente de Pagamento Retrocessão (**)	A+	A+	A+	123.870
				872.077

				Dez-2022
	Moody's	**Fitch**	**S&P**	**Total**
Banco BNP Paribas Brasil S.A.				
Caixa e Equivalentes de caixa	Aa3	AA-	A+	18.653
Títulos Públicos Federais				
LFT	Ba2	BB-	BB-	-
LTN	Ba2	BB-	BB-	304.430
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros				
Prêmios a Receber (*)	Sem rating	Sem rating	Sem rating	628.289
Sinistro Pendente de Pagamento Retrocessão (**)	A+	A+	A+	533.923
				1.485.295

(*) Prêmios a Receber refere-se basicamente à cedentes/resseguradoras no Brasil, a qual não possuem *rating*. (**) Sinistro Pendente de Pagamento de Retrocessão refere-se à Scor SE. Obs: última avaliação das agências de rating *Standard&Poor's*, Moody's e Fitch Ratings disponível para o Banco BNP Paribas S.A. e República Federativa do Brasil. *Risco de liquidez:* É o risco da Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A política de liquidez da Companhia possui diretrizes para o adequado planejamento e gerenciamento do risco de liquidez, de forma a garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de resseguro detidos pela Companhia e seus passivos, por vencimento:

	Dez-2023			Dez-2022		
	Até 1 ano	**Acima de 1 ano**	**Total**	**Até 1 ano**	**Acima de 1 ano**	**Total**
Ativos financeiros e de contratos de resseguro						
Pré-fixados						
- Ativos financeiros	274.989	107.961	**382.950**	201.838	102.592	**304.430**
Títulos Públicos	274.989	107.961	**382.950**	201.838	102.592	**304.430**
Pós-fixados						
- Ativos de contratos de resseguro	783.666	120.643	**904.309**	2.126.662	17.647	**2.142.931**
Prêmios a receber	344.062	41	**344.103**	634.201	4.059	**628.260**
Outros créditos	31.264	-	**31.264**	447.823	-	**447.823**
Ativos de resseguro	396.924	107.851	**504.775**	930.559	95.578	**1.026.137**
Títulos e créditos a receber	11.416	12.751	**24.167**	12.965	17.647	**30.612**
- Ativos financeiros	21.154	-	**21.154**	18.653	-	**18.653**
Equivalentes de caixa	7.725	-	**7.725**	9.488	-	**9.488**
Depósitos Bancários	13.429	-	**13.429**	9.165	-	**9.165**
Total de ativos	**1.079.809**	**228.604**	**1.308.413**	**2.246.038**	**219.876**	**2.465.914**
Passivos financeiros e de contratos de resseguro						
Pós-fixados						
- Passivos financeiros	21.897	1.062	**22.959**	18.187	310	**18.497**
Contas a pagar	21.897	1.062	**22.959**	18.187	310	**18.497**
- Passivos de contratos de resseguro	956.146	195.043	**1.151.189**	1.580.781	149.093	**2.340.342**
Prêmio de retrocessão e corretagem a pagar	183.196	-	**183.196**	631.449	-	**984.474**
Provisões técnicas - Resseguradoras	772.950	195.043	**967.993**	1.190.348	149.093	**1.339.441**
- Depósitos de terceiros	2.600	-	**2.600**	16.427	-	**16.427**
Total de passivos	**980.643**	**196.105**	**1.176.748**	**1.856.411**	**149.403**	**2.005.814**
Liquidez total	**99.166**	**32.499**	**131.665**	**389.627**	**70.473**	**460.100**

Conforme descrito na nota explicativa 3.b, a Companhia mantém instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda também para viabilizar uma rápida resposta à eventual necessidade de liquidez.

20. Detalhamento de contas da demonstração de resultado: a. Prêmios de resseguro

	Dez-2023	Dez-2022
Prêmio emitido de resseguro aceito	745.024	994.760
(-) Comissão sobre prêmio emitido	(149.623)	(292.177)
	595.401	**702.583**

b. Sinistros ocorridos	Dez-2023	Dez-2022
Variação de IBNR	(114.987)	8.842
Sinistros incorridos por grupo contábil:		
Patrimonial	(46.448)	(23.333)
Responsabilidades	(838)	(490)
Automóvel	(98.540)	(41.287)
Riscos Financeiros	4.447	(5.871)
Pessoas Coletivo	(2.434)	(33.303)
Rural	(326.447)	(1.306.247)
Outros (*)	-	-
Pessoas Individual	(941)	72
Marítimos	(3.627)	(7.754)
Aeronáuticos	(2)	(94)
Aceitação no Exterior	4.858	(2.386)
	(584.959)	**(1.411.851)**

(*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, principalmente do ramo "Pessoas Coletivo

c. Resultado com retrocessão	Dez-2023	Dez-2022
Receita com retrocessão	208.241	1.343.660
Despesa com retrocessão	(280.858)	(504.341)
Outros Resultados com Operação de Retrocessão (*)	2.799	1.010
	(69.818)	**840.329**

(*) Receita de retrocessão de corretagem e variação da despesa de retrocessão.

d. Despesas administrativas	Dez-2023	Dez-2022
Pessoal próprio	(16.452)	(17.614)
Serviços de terceiros	(3.689)	(3.148)
Localização e funcionamento	(3.970)	(3.109)
Publicidade e Propaganda	(86)	(6)
Outras despesas administrativas	(211)	(615)
	(24.408)	**(24.492)**

e. Despesas com tributos	Dez-2023	Dez-2022
Impostos Sobre Operações de Resseguros	(10.946)	(4.506)
Taxa de Fiscalização Susep	(1.308)	(1.241)
Impostos Federais e Municipais	(1.681)	(2.119)
	(13.935)	**(7.866)**

f. Resultado financeiro	Dez-2023	Dez-2022
Receitas Financeiras – LFT	1.988	-
Receitas Financeiras – LTN	32.889	20.891
Receitas Financeiras	5.373	2.310
Variação Cambial Operacional	(251)	(343)
Outras Receitas Financeiras	515	660
Despesas Financeiras (*)	(764)	(5.582)
	39.750	**17.936**

(*) refere-se basicamente a despesa de IOF devido as movimentações financeiras com contrato de câmbio. **21. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **22. Contingências:** Em 31 de dezembro de 2023, a companhia é parte de oito processos administrativos em andamento na Receita Federal do Brasil (RFB) envolvendo questões fiscais, um processo administrativo contra a SUSEP, além de um processo judicial de execução fiscal, todas classificadas como possíveis de perda , totalizando R$ 1.096 mil. A classificação das contingências é baseada na opinião dos advogados contratados pela Companhia, que por sua vez monitoram a evolução dos temas envolvendo as respectivas ações. **23. Eventos Subsequentes:** Não houve evento subsequente após o fechamento até a data da publicação destas demonstrações financeiras.

Membros da Diretoria

Gilberto Kaoru Fujita
Fernando Viana dos Reis
Rafael Zimmer Polking
Dafne Coutinho Santos

Contador responsável

Marcelo Aparecido Bueno Francisco
CRC nº 1SP-300736/O-3 "RJ"

Atuário responsável

Isabella Silva de Oliveira
MIBA nº 1138

Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Membros da Diretoria Executiva e Acionistas da SCOR Brasil Participações Ltda. e aos Conselheiros de Administração da SCOR Brasil Resseguros S.A.. O Comitê de Auditoria Único ("Comitê") da SCOR Brasil Participações Ltda. ("SBP"), instituído na reunião do Conselho Consultivo realizada em 4 de março de 2020, possui caráter permanente e atuação única para todas as suas controladas, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, em atendimento à Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e é composto por três membros. Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da SCOR Brasil Participações Ltda. e de suas controladas, pelo cumprimento das exigências legais e regulatórias, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Conglomerado. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Em relação a SCOR Brasil Resseguros S.A., no ano de 2023, o Comitê de Auditoria desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades relevantes, tais como (a) acompanhamento e análise das atividades da Auditoria Interna e Auditoria Independente, bem como dos Controles internos e Gestão de Riscos; (b) reunião com Diretorias e outras áreas da SCOR Brasil Participações Ltda. e de suas controladas; (c) avaliação da qualidade dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente; (d) análise do cumprimento das normas aplicáveis aos seus segmentos de atuação. **Controles internos:** O Comitê avaliou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos e, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, considera como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos. **Auditoria interna:** O Comitê avaliou positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, cujos resultados mostraram que o ambiente de controles internos é compatível com a natureza, complexidade, risco da operação e apetite de risco adotado pela Companhia, não havendo evidência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade dos negócios. **Auditores independentes:** O Comitê avaliou como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e independência dos auditores externos. **Relatório financeiro:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras e das notas explicativas. A respeito, debateu com os auditores da KPMG Auditores Independentes e com executivos da SCOR Brasil Resseguros S.A. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que, de fato, estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como aplicáveis pela Superintendência de Seguros Privados. **Conclusão:** O Comitê não teve conhecimento de nenhum evento relevante envolvendo o relato de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão de administração que indique a existência ou indício de fraude, erros ou falhas que pudessem comprometer a continuidade dos negócios. O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras individuais da SCOR Brasil Resseguros S.A. referente à data-base de 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2024.
Comitê de Auditoria
Catherine Estelle Fassi - Presidente
Rodolphe Hervè
Maria Pilar Santamaria Cases

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Scor Brasil Resseguros S.A.** - Rio de Janeiro – RJ. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Scor Brasil Resseguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Scor Brasil Resseguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Scor Brasil Resseguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Scor Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.
Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo – SP – Brasil

Anexo I

1. Provisões Técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessionários	**31/12/2023**
Total de provisões técnicas auditadas	**967.993**
Total de ativos de retrocessão	**504.775**
Total de créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**8.200**

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	**31/12/2023**
Provisões Técnicas auditadas (a)	967.993
Valores redutores auditados (b)	691.482
Total a ser coberto (a-b)	**276.511**

3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2023**
Capital Base (a)	60.000
Capital de Risco (CR) (b)	74.704
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**74.704**

4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2023**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	146.892
Ajustes Econômicos do PLA	14.704
Exigência de Capital (CMR) (b)	74.704
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**72.188**
Ativos Garantidores (d)	386.188
Total a ser Coberto (e)	276.511
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**109.677**

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	**31/12/2023**
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 20	5.000
09, 13	10.000

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCOR Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Resseguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Resseguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Claudio Costa
Contador - CRC 1SP167720/O-1

Driving value creation.
Shaping the reinsurer of tomorrow.

FORWARD
20
26

SCOR's Strategic Plan for 2024-2026

www.scor.com

SCOR
The Art & Science of Risk

MENOS TRIBUTOS

Governo Lula edita MP que reverte reoneração da folha

MARIANA CARNEIRO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem à noite, uma medida provisória revertendo a reoneração da folha de pagamentos que havia sido imposta na véspera do Ano Novo, também por MP. A reversão atende a acordo político firmado pelo governo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A nova MP torna sem efeitos todo o trecho contido na anterior que previa a reoneração dos 17 setores da economia atendidos pelo benefício. Este trecho gerou forte reação negativa do Congresso e de representantes do setor privado, que se queixaram de o governo ter editado uma MP revertendo uma decisão dos parlamentares de estender o benefício até 2027.

O governo, porém, não desistiu da reoneração. Um projeto de lei será publicado no Diário Oficial com conteúdo idêntico ao da MP - ainda que parlamentares tenham avisado ao governo de que não há chance de a proposta de reoneração como está avançar no Congresso. Um projeto de lei, no entanto, dá margem maior de participação ao Legislativo em relação a uma MP, ampliando a possibilidade de o Congresso mudar o texto.

No ano passado, os parlamentares aprovaram a prorrogação da desoneração até 2027 e criaram, ainda, um benefício a prefeituras de pequenas cidades. Com isso, o impacto fiscal estimado ficou em R$ 20 bilhões por ano. O projeto, porém, foi vetado pelo presidente Lula e, após o Congresso derrubar o veto, foi revogado por uma MP - irritando os parlamentares, que viram um desrespeito à decisão do Legislativo.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 e vem sendo prorrogada desde então. No auge, chegou a atender 56 setores, mas atualmente são 17 os beneficiados pelo programa. Ele permite que empresas substituam a contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos por uma tributação de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

O restante do conteúdo da MP que provocou controvérsia segue valendo. Ou seja, está mantida a extinção do programa de incentivo tributário ao setor de eventos e turismo, o Perse, e a limitação às compensações tributárias feitas pelas empresas em caso de vitória contra o Fisco na Justiça.

A extinção do Perse é importante para a equipe econômica porque vai produzir uma economia de R$ 6 bilhões neste ano. Este valor é a fonte de compensação do projeto de lei que será enviado para o Congresso propondo a reoneração da folha de pagamentos. O governo não desistiu do que considera ser um desmame gradual dos setores atendidos pelo programa e pretende fazer a discussão por meio de um projeto de lei, como sugeriu Pacheco.

NOVO PROJETO DE LEI

Uma das possibilidades de negociação que se tenta costurar é criar uma espécie de prazo de carência para o início da reoneração, transferindo esse início da mudança para 2025 ou 2026. No entanto, ainda não há acordo entre governo e parlamentares sobre isso. Como mostrou o *Estadão*, a Fazenda também aceitaria esticar o prazo da reoneração total por um ano - de 2028 para 2029.

A extinção do Perse, no entanto, ainda enfrenta resistências na Câmara. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apresentará dados aos deputados mostrando que as renúncias produzidas pelo programa superaram e muito o que havia sido acordado quando o programa foi aprovado.

O objetivo inicial era que a renúncia ficasse em R$ 4 bilhões por ano, por quatro anos, mas só em 2023 o valor alcançou R$ 16 bilhões.

IMPACTO POSITIVO

Diretora do FMI elogia 'reforma tributária histórica' do Brasil

GABRIEL BUENO DA COSTA/AE

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, elogiou a "reforma tributária histórica" aprovada pelo Brasil, e considerou que a mudança terá impacto positivo nos próximos anos, o que no longo prazo "será potencialmente significativo". O comentário foi feito em entrevista exclusiva da autoridade à GloboNews.

Georgieva afirmou que a reforma pode elevar o potencial de crescimento do Brasil, com impactos decorrentes positivos para a população. Ela também defendeu um esforço de revisão das despesas, a fim de melhorar a eficiência do gasto público, e argumentou contra um "teto rígido" para se atingir déficit zero no balanço fiscal.

Em outro trecho da entrevista, a diretora-gerente do FMI se disse "otimista" sobre o quadro na Argentina. Na visão dela, o País havia acumulado desequilíbrios muito significativos, o que agora o governo de Javier Milei busca corrigir. Além do combate à inflação, há um esforço para remover barreiras artificiais à economia, como as múltiplas taxas de câmbio, notou. "Temos nos envolvido estreitamente com a Argentina, para cuidar das pessoas mais afetadas", disse. Georgieva defendeu que seja possível "reestruturar a economia, mas não à custa dos pobres". E recordou a própria biografia, ao lembrar que em seu país de origem, a Bulgária, enfrentou um quadro econômico difícil, com inflação muito elevada e outros problemas econômicos. "Desejamos o melhor para todos os argentinos", comentou.

MINERAÇÃO

Fundo de incentivo a transição energética terá R$ 1 bilhão

LUIZ ARAÚJO/AE

O Ministério de Minas e Energia (MME) anunciou que o fundo de incentivo à mineração com foco na transição energética contará com R$ 1 bilhão em recursos. O Fundo de Investimento em Participações (FIP) Minerais Estratégicos no Brasil será lançado na próxima semana durante o Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC) - principal convenção de mineração e exploração mineral do mundo.

O objetivo é incentivar projetos de mineração de elementos considerados críticos para transição energética - aqueles demandados para energia eólica e fotovoltaica, por exemplo. Os recursos poderão ser utilizados por empresas júnior e de médio porte que enquadrem na tese de investimentos do fundo e que será colocada em prática pelo gestor a ser selecionado por meio de chamada pública. Do volume total de recursos, R$ 250 milhões serão do BNDES, com participação limitada a 25% do total, sendo esperados outros investidores nacionais e internacionais. Há ainda previsão de emissão de debêntures.

"Não há transição energética sem mineração e sabemos que o Brasil, com seu amplo território, diversidade geológica e riqueza mineral, será o protagonista e grande alicerce mundial na transição energética", avalia o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. "Dessa forma, lançaremos, junto com o presidente Aloizio Mercadante, o fundo que irá alavancar o setor e atrair ainda mais investimentos para a cadeia dos minerais estratégicos", completa.

"A transição energética é uma prioridade do governo do presidente Lula. A iniciativa contribui para o aproveitamento do vasto potencial geológico brasileiro, permitindo que o país se posicione como fornecedor de minerais estratégicos para atender à demanda mundial por tecnologias de energia limpa", destaca o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O FIP Minerais Estratégicos irá viabilizar o desenvolvimento de projetos de minerais considerados estratégicos para a transição energética, descarbonização e produção sustentável de alimentos. Segundo o plano de trabalho desenvolvido pelo BNDES, espera-se que o Fundo invista em 15 a 20 empresas com projetos de pesquisa mineral, desenvolvimento e implantação de novas minas de minerais estratégicos no Brasil.

"Ao criar esse fundo, estamos viabilizando que empresas menores consigam acessar o mercado ao mesmo tempo que garantimos uma atividade mais sustentável", explica o ministro. "O Brasil já é o maior produtor mundial de nióbio, o segundo maior de ferro, magnesita e tântalo, o terceiro de bauxita e o quarto maior em vanádio. Somos o país com a quinta maior reserva de lítio, com 1,2 milhão de toneladas. Com esse incentivo, iremos crescer ainda mais e nos tornar o maior fornecedor de minerais estratégicos do mundo", destaca Silveira.

O fundo irá priorizar os minerais para transição energética e descarbonização, sendo eles, cobalto, cobre, estanho, grafita, lítio, manganês, minério de terras raras, minérios do grupo da platina, molibdênio, nióbio, níquel, silício, tântalo, titânio, tungstênio, urânio, vanádio e zinco. Fosfato, potássio e remineralizadores, minerais fundamentais para a fertilidade do solo, também estão no rol de elementos abrangidos pelo fundo.

Em publicação oficial, o MME diz que a criação do Fundo de Minerais Estratégicos dá continuidade ao apoio do BNDES ao setor de mineração, que nos últimos dez anos soma R$ 8,3 bilhões em financiamentos para cerca de 1.800 empresas. Como explica Mercadante, o "FIP busca estimular um novo ciclo de fomento à produção de minerais estratégicos, com foco em inovação e sustentabilidade, que são pilares da Nova Indústria Brasil e do Plano Mais Produção".

O FIP Minerais Estratégicos terá como meta também induzir as empresas investidas a adotarem melhores práticas ESG, que possam gerar impacto positivo para comunidades locais e minimizar os impactos ambientais dos projetos. Para isso, serão incentivadas ações de capacitação de mão de obra e de fornecedores locais, de regularização do cadastro ambiental rural (CAR) e recuperação de vegetação nas áreas afetadas, e de gestão eficiente de água e resíduos, além de práticas de transparência e comunicação adequada com as comunidades locais.

DINHEIRO A RODO

Governo deve anunciar em março 'mais ajuda' a setores do agro

CAIO SPECHOTO
E SOFIA AGUIAR/AE

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse ontem, depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o governo deverá anunciar em março medidas de auxílio a setores do agro. Citou com possíveis beneficiados a pecuária de corte e os produtores de soja e milho.

"Hoje estamos com a safra brasileira de verão praticamente 40% colhida. A ideia é, antes do final da colheita, para aqueles que tiveram problemas climáticos, problemas de falta de renda, aqueles setores, tenham já medidas anunciadas. Está sendo estruturado com o Ministério da Fazenda, com o BNDES também", declarou o ministro.

"A ideia é que antes do final da colheita as medidas sejam anunciadas. Mês de março, mês de março a gente deve anunciar", afirmou Fávaro.

"Estamos estratificando isso para que a gente possa atender e lançar programas e também estudar a prorrogação dos vencimentos dos investimentos que vencem em 2024", declarou o ministro. "A ideia é ter uma linha de crédito para capital de giro, que dê alguma carência, dois anos de carência, talvez, e mais três anos para amortizar", disse Fávaro.

Segundo ele, Lula o orientou a construir alternativas para evitar recuperações judiciais e inadimplência na agropecuária por causa da baixa de preços de alguns produtos.

Apesar disso, Fávaro disse que não há crise. Seriam ações preventivas, organizadas em um pacote estruturado. O ministro também disse que o presidente pretende visitar estados onde a agropecuária é forte para lançar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nota

COM VOTO DE DINO, STF MANTÉM DECISÃO QUE REVERTEU CONDENAÇÃO BILIONÁRIA DA PETROBRAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para manter decisão que anulou uma condenação trabalhista bilionária contra a Petrobras - de R$ 37,8 bilhões, segundo relatório de demonstrações financeiras do 2º trimestre de 2023 da estatal. O julgamento de recursos de petroleiros contra a decisão foi realizado na 1ª Turma, composta por cinco ministros. O ministro recém-empossado Flávio Dino seguiu o voto do relator, Alexandre de Moraes, junto com a ministra Cármen Lúcia. A estatal havia sido condenada em 2018 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) a corrigir as remunerações de 51 mil servidores ativos e inativos.

EXPORTAÇÃO

China extingue sobretaxa para carne de frango brasileira

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A China extinguiu a tarifa antidumping sobre o frango brasileiro, informaram os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Em nota conjunta, as pastas explicaram que a sobretaxação deixou de vigorar no último dia 17, mas que o governo brasileiro só foi informado ontem.

Desde 2019, o governo chinês aplicava tarifas antidumping de 17,8% a 34,2% sobre o frango brasileiro, dependendo da empresa exportadora. Além disso, 14 frigoríficos brasileiros tinham celebrado um "compromisso de preços" em que eram obrigados a cobrar preço acima do mínimo preestabelecido, o que resultava em perda de competitividade para as empresas nacionais.

Em nota conjunta, os dois ministérios informaram que a decisão favorável decorre de articulações ativas com autoridades chinesas em diversos foros e da realização de mecanismos bilaterais de cooperação em 2023.

Mesmo com o antidumping, as vendas de carnes de aves ao país asiático vinham crescendo. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, em 2023, o Brasil exportou US$ 1,61 bilhão em carnes de aves para a China. Isso representa crescimento de 19,7% em relação a 2022.

Permitido pela Organização Mundial do Comércio, o direito antidumping é aplicado quando um país alega que um concorrente produz uma mercadoria abaixo do preço de custo, o que cria competição desleal com o produto nacional. Para revogar a sobretaxa, o país que sofreu a sanção precisa provar que as empresas não exportam as mercadorias abaixo do custo.

COOPERATIVADOS TRABALHADORES EM REFLORESTAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA BABILÔNIA LTDA - COOPBABILÔNIA
CNPJ 04.030.307/0001-96
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA-AGO
Ficam convocados os cooperados, para a AGO, a se realizar no dia 13 de Março de 2024, onde o presidente da **COOPBABILÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os sócios-cooperados da cooperativa em pleno gozo de seus direitos sociais a reunirem-se na Ladeira Ary Barroso, 164-Anexo-Leme-RJ-CEP 22.010-06, em **1º** convocação às 9:00hs, com a presença mínima de 2/3 dos cooperados, em 2º convocação às 10:00hs, com presença mínima de metade mais um, e em 3º e última convocação às 11:00hs com presença mínima de 10 cooperados, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I -** Apreciação das Contas do Exercício de 2023; **II-** Leitura do Parecer do Conselho Fiscal; III-Destinação dos Resultados; **IV-** Outros Assuntos;
Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.
CARLOS ANTÔNIO PEREIRA - PRESIDENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, TERCEIRIZADOS EM GERAL, SERVIÇOS GERAIS,ASSEMELHADOS E AFINS DO RIO DE JANEIRO
Rua Barão 776 – Praça Seca - Jacarepaguá – Rio de Janeiro - CEP: 21.321.-622
-Telefones: 2569-2311 / 2569-3397 CNPJ: 33.788.829/0001-50 -
E MAIL: stibebidasrj@gmail.com
Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores das empresas filiadas ao **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL** para aprovação ou não da proposta Patronal para Convenção Coletiva de trabalho 2024, a realizar se no dia 01 de março de 2024, com qualquer quórum.
Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.
Washington Luiz Marcelino dos Santos
Presidente

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 30º 21º 85% 06:00 18:35

OPORTUNIDADES

Estado de SP tem mais de 16 mil vagas de emprego abertas

O estado de São Paulo tem atualmente 16.176 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador – os PATs, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 6.750 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 8.911 postos disponíveis, e no litoral, 515. Além da região metropolitana de São Paulo, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 3.492 oportunidades de emprego; e a de Sorocaba, com 1.621.

Elas são seguidas pelas regiões de Araçatuba, que tem 693 vagas disponíveis; pela de Araraquara, com 669; e São José do Rio Preto, com 533 oportunidades abertas.

Ao todo, são 500 profissões com vagas disponíveis. As ocupações com o maior número de postos abertos são as de Auxiliar de Logística, Atendente de Lanchonete, Alimentador de Linha de Produção, Motorista de Caminhão e Operador de Telemarketing Receptivo.

Os números de vagas de emprego são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, você pode acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

JANEIRO

São Paulo registra aumento de estupros e latrocínios

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Os registros de estupros aumentaram 3,4% no mês de janeiro, no estado de São Paulo, em relação ao mesmo mês do ano passado. Foram 1.196 casos este ano, ante 1.157 no ano anterior. No mesmo período, houve aumento também no número de latrocínios, passando de 12 para 16 registros.

Os casos de homicídios dolosos totalizaram 215 registros no primeiro mês deste ano, queda de 14% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registradas 250 ocorrências. O número é o menor patamar da série histórica, iniciada em 2001.

Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP).

Crimes contra o patrimônio contabilizados pela SSP - roubos e furtos - tiveram queda. Os registros de roubos em geral passaram de 20.782 casos, em janeiro de 2023, para 17.661 no primeiro mês do ano, uma redução de 15%. Os roubos de veículo caíram 29%, passando de 3.172 para 2.251 casos.

Já os roubos de carga passaram de 509 ocorrências para 400, redução de 21,4%, considerando o mesmo período. Os roubos a banco permaneceram zerados em ambos os comparativos.

Registros de furtos em geral tiveram queda de 2,4%, passando de 47.688, no ano passado, para 46.541 em janeiro deste ano. Os furtos de veículos caíram de 7.716 casos para 7.665.

CRIMES

Diferentemente da queda no número de homicídios, especialistas têm apontado crescimento das taxas de crimes cujas vítimas são mulheres.

Em novembro de 2023, levantamento divulgado pelo Fórum de Segurança Pública (FBSP) apontou que as ocorrências de feminicídios e homicídios femininos estavam na contramão da tendência nacional de redução dos crimes contra a vida.

O Monitor da Violência, publicação do G1 com o FBSP e o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, mostrou que os crimes contra a vida caíram 3,4% no país no primeiro semestre do ano passado. Já os dados compilados pelo fórum apontaram que os feminicídios e homicídios femininos cresceram 2,6%, considerando o mesmo período.

Em entrevista à *Agência Brasil*, na ocasião, Isabela Sobral, a supervisora do núcleo de dados do FBSP, avaliou que a Lei Maria da Penha é um mecanismo importante para prevenir o assassinato de mulheres.

"A lei coloca o instrumento da medida protetiva de urgência, que é fundamental para prevenir a violência contra a mulher e o feminicídio. É importante que essa ferramenta seja de fato utilizada. Em diversos estados, existem estudos que mostram que as mulheres que são vítimas de feminicídio, em sua maioria, não possuíam medida protetiva de urgência contra o seu agressor", disse.

Na tarde de segunda-feira passada, um homem de 49 anos foi preso em flagrante por feminicídio, no município de Tupã, em São Paulo. Segundo o boletim de ocorrência, a vítima havia solicitado uma medida protetiva contra o autor horas antes do crime. Segundo a secretaria, o homem invadiu a residência e matou a mulher a facadas. Ele tentou fugir, mas foi preso, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do estado.

BMX REALIZAÇÕES IMOBILIARIAS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 11.408.707/0001-58 - NIRE: 35.300.383.958

Balanços Patrimoniais - Exercicios findo em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em R$ Mil)

Ativo	2022	2021
Circulante	**58.265**	**93.900**
Caixa e equivalentes de Caixa	180	433
Contas a receber de clientes	37.702	41.963
Tributos a recuperar	2	2
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	125	30.225
Despesas antecipadas e outros ativos	20.256	21.277
Não circulante	**275.325**	**243.172**
Contas a receber de clientes	4.659	-
Sociedades ligadas	270.519	242.995
Depósitos judiciais	147	177
Total do ativo	**333.590**	**337.072**

Passivo e passivo descoberto	2022	2021
Circulante	**93.948**	**96.330**
Empréstimos e financiamentos	17.111	15.116
Fornecedores e subempreiteiros	30.494	29.309
Adiantamentos recebidos de clientes	10	2.010
Tributos, taxas e salários a pagar	17.873	18.904
Dividendos a pagar	19.399	19.399
Outros passivos	9.061	10.592
Não circulante	**337.099**	**331.382**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	3.465	63
Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento	329.146	329.146
Provisão para contingências	4.488	2.173
Outros passivos	-	-
Passivo descoberto	**(97.457)**	**(89.640)**
Capital social	87.940	87.940
Prejuízos Acumulados	(185.397)	(177.580)
Total do passivo e passivo descoberto	**333.590**	**337.072**

Demonstrações dos Resultados em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em R$ Mil)

	2022	2021
Operações continuadas		
Receitas líquidas	29.061	16.041
Custos de incorporação e venda de imóveis	(30.114)	(1.008)
Lucro/Prejuízo bruto	(1.053)	15.033
Despesas com unidades concluídas	(1.330)	(14.530)
Despesas gerais e administrativas	(466)	(4.747)
Provisões	(1.147)	1.785
Prejuízo bruto operacional	(3.996)	(3.133)
Resultado financeiro, líquido	(3.959)	(4.182)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.955)	(7.315)
Imposto de renda e contribuição social	138	(517)
Prejuízo do exercício	(7.817)	(7.832)
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	(0,09)	(0,09)

Demonstração das mutações do passivo descoberto (Em R$ Mil)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	87.940	(169.747)	(81.807)
Resultado do exercício	-	(7.832)	(7.832)
Em 31 de dezembro de 2021	87.940	(177.579)	(89.639)
Resultado do exercício	-	(7.817)	(7.817)
Em 31 de dezembro de 2022	87.940	(185.396)	(97.456)

Luiz Henrique Gonçalves de Carvalho Filho - Diretor

Juliana de Brito Bergamini Silva - Contadora - CRC 1 SP 315.707/O-8

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2022 e 31/12/2021 (Em R$ Mil)

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.955)	(7.315)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício	25.475	(20.136)
Ajuste societários de PoC	29.045	(15.587)
Depreciação e amortização	-	4
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	2.083	2.623
Valor residual do ativo permanente baixado	-	673
Outras receitas (despesas)	2.302	(534)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	876	41.389
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	30	(69)
Imóveis a comercializar, terrenos a incorporar e outros estoques	-	(30.000)
Outros ativos	1.051	(2.885)
Fornecedores e subempreiteiros	1.590	477
Obrigações trabalhistas	42	(181)
Obrigações tributárias	(954)	13.896
Adiantamentos recebidos de clientes	(2.000)	2.000
Outros passivos	(1.934)	3.742
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações	24.176	8.233
Juros pagos	(2)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	24.174	8.233
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.402	10
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	(305)	-
Sociedades Ligadas	(27.524)	(8.054)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(24.427)	(8.044)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(253)	189
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	433	244
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	180	433

BMX REALIZAÇÕES IMOBILIARIAS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 11.408.707/0001-58 - NIRE: 35.300.383.958

Balanços Patrimoniais - Exercicios findo em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em R$ Mil)

Ativo	2020	2019
Circulante	**60.166**	**61.746**
Caixa e equivalentes de Caixa	244	293
Contas a receber de clientes	40.158	32.214
Adiantamentos a fornecedores	-	894
Tributos a recuperar	2	2
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	1.232	9.331
Despesas antecipadas e outros ativos	18.530	19.012
Não circulante	**269.733**	**289.326**
Contas a receber de clientes	34.741	50.653
Sociedades ligadas	234.941	238.500
Depósitos judiciais	51	172
Imobilizado	677	683
	677	683
Total do ativo	**330.576**	**351.754**

Passivo e passivo descoberto	2020	2019
Circulante	**80.126**	**91.713**
Empréstimos e financiamentos	20.634	28.501
Fornecedores e subempreiteiros	29.064	28.268
Adiantamentos recebidos de clientes	10	10
Tributos, taxas e salários a pagar	4.389	4.495
Dividendos a pagar	19.399	19.399
Outros passivos	6.630	11.040
Não circulante	**332.257**	**332.210**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	53	-
Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento	329.146	329.146
Provisão para contingências	3.058	3.064
Passivo descoberto	**(81.807)**	**(72.169)**
Capital social	87.940	87.940
Prejuízos Acumulados	(169.747)	(160.109)
Total do passivo e passivo descoberto	**330.576**	**351.754**

Demonstrações dos Resultados em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em R$ Mil)

	2020	2019
Operações continuadas		
Receitas líquidas	4.912	23.492
Custos de incorporação e venda de imóveis	(9.063)	(4.534)
Lucro/Prejuízo bruto	(4.151)	18.958
Despesas comerciais	-	(27)
Despesas com unidades concluídas	(297)	(163)
Despesas gerais e administrativas	(2.939)	(1.549)
Provisões	28	826
Lucro/Prejuízo bruto operacional	(7.359)	18.045
Resultado financeiro, líquido	(2.341)	(3.344)
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.700)	14.701
Imposto de renda e contribuição social	63	(441)
Lucro/Prejuízo bruto operacionaldo exercício	(9.637)	14.260
Lucro/Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	0,11)	0,16

Demonstração das mutações do passivo descoberto (Em R$ Mil)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	87.940	(174.369)	(86.429)
Resultado do exercício	-	14.260	14.260
Em 31 de dezembro de 2019	87.940	160.109	(72.169)
Resultado do exercício	-	(9.637)	(9.637)
Em 31 de dezembro de 2020	87.940	(169.746)	(81.806)

Luiz Henrique Gonçalves de Carvalho Filho - Diretor

Juliana de Brito Bergamini Silva - Contadora - CRC 1 SP 315.707/O-8

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Em R$ Mil)

	2020	2019
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.700)	14.701
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício	(3.052)	(2.897)
Ajuste societários de PoC	5.656	(19.102)
Depreciação e amortização	6	6
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	1.826	2.694
Outras receitas (despesas)	(840)	(1.196)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	8.017	6.375
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	(4)	(612)
Imóveis a comercializar, terrenos a incorporar e outros estoques	-	(11.898)
Tributos diferidos	-	356
Outros ativos	346	11.820
Fornecedores e subempreiteiros	1.509	(1.612)
Obrigações trabalhistas	-	(453)
Obrigações tributárias	54	(471)
Outros passivos	(975)	4.316
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações	5.895	4.924
Juros pagos	(59)	(18)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	5.836	4.906
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	53	-
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	(9.497)	(3.226)
Ingressos de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	-	7.001
Sociedades Ligadas	3.559	(9.137)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(5.885)	(5.362)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(49)	(456)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	293	749
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	244	293

BMX REALIZAÇÕES IMOBILIARIAS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 11.408.707/0001-58 - NIRE: 35.300.383.958

Balanços Patrimoniais - Exercicios findo em 31/12/2021 e 31/12/2020 (Em R$ Mil)

Ativo	2021	2020
Circulante	**93.900**	**60.166**
Caixa e equivalentes de Caixa	433	244
Contas a receber de clientes	41.963	40.158
Tributos a recuperar	2	2
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	30.225	1.232
Despesas antecipadas e outros ativos	21.277	18.530
Não circulante	**243.172**	**269.733**
Contas a receber de clientes	-	34.741
Sociedades ligadas	242.995	234.941
Depósitos judiciais	177	51
Imobilizado	-	677
	-	677
Total do ativo	**337.072**	**330.576**

Passivo e passivo descoberto	2021	2020
Circulante	**95.330**	**80.126**
Empréstimos e financiamentos	15.116	20.634
Fornecedores e subempreiteiros	29.309	29.064
Adiantamentos recebidos de clientes	2.010	10
Tributos, taxas e salários a pagar	18.904	4.389
Dividendos a pagar	19.399	19.399
Outros passivos	10.592	6.630
Não circulante	**331.382**	**332.257**
Adiantamentos para futuro aumento de capital	63	53
Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento	329.146	329.146
Provisão para contingências	2.173	3.058
Passivo descoberto	**(89.640)**	**(81.807)**
Capital social	87.940	87.940
Prejuízos Acumulados	(177.580)	(169.747)
Total do passivo e passivo descoberto	**337.072**	**330.576**

Demonstrações dos Resultados em 31/12/2021 e 31/12/2020 (Em R$ Mil)

	2021	2020
Operações continuadas		
Receitas líquidas	16.041	4.912
Custos de incorporação e venda de imóveis	(1.008)	(9.063)
Lucro/Prejuízo bruto	**15.033**	**(4.151)**
Despesas comerciais	(1)	-
Despesas com unidades concluídas	(14.530)	(297)
Despesas gerais e administrativas	(4.747)	(2.939)
Provisões	1.785	28
Outras receitas/(despesas), líquidas	(673)	-
Prejuízo bruto operacional	**(3.133)**	**(7.359)**
Resultado financeiro, líquido	(4.182)	(2.341)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(7.315)**	**(9.700)**
Imposto de renda e contribuição social	(517)	63
Prejuízo do exercício	**(7.832)**	**(9.637)**
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	**(0,09)**	**(0,11)**

Demonstração das mutações do passivo descoberto (Em R$ Mil)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	87.940	160.109	(72.169)
Resultado do exercício	-	(9.637)	(9.637)
Em 31 de dezembro de 2020	87.940	(169.746)	(81.806)
Resultado do exercício	-	(7.832)	(7.832)
Em 31 de dezembro de 2021	87.940	(177.578)	(89.638)

Luiz Henrique Gonçalves de Carvalho Filho - Diretor

Juliana de Brito Bergamini Silva - Contadora - CRC 1 SP 315.707/O-8

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2021 e 31/12/2020 (Em R$ Mil)

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(7.315)	(9.700)
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício	(20.136)	(3.052)
Ajuste societários de PoC	(15.587)	5.656
Depreciação e amortização	4	6
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	2.623	1.826
Valor residual do ativo permanente baixado	673	-
Outras receitas (despesas)	(534)	(840)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	41.389	8.017
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	(69)	(4)
Imóveis a comercializar, terrenos a incorporar e outros estoques	(30.000)	-
Outros ativos	(2.885)	346
Fornecedores e subempreiteiros	477	1.509
Obrigações trabalhistas	(181)	-
Obrigações tributárias	13.896	54
Adiantamentos recebidos de clientes	2.000	-
Outros passivos	3.742	(975)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações	8.233	5.895
Juros pagos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	8.233	5.836
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	53
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	-	(9.497)
Sociedades Ligadas	(8.054)	3.559
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(8.044)	(5.885)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	189	(49)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	244	293
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	433	244

BMX REALIZAÇÕES IMOBILIARIAS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 11.408.707/0001-58 - NIRE: 35.300.383.958

Balanços Patrimoniais - Exercicios findo em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em R$ Mil)

Ativo	2019	2018
Circulante	**61.746**	**60.588**
Caixa e equivalentes de Caixa	293	749
Contas a receber de clientes	32.214	17.803
Adiantamentos a fornecedores	894	282
Tributos a recuperar	2	42
Imóveis a comercializar e terrenos a incorporar	9.331	10.743
Estoque de materiais	-	408
Despesas antecipadas e outros ativos	19.012	30.561
Não circulante	**289.326**	**270.786**
Contas a receber de clientes	50.653	41.250
Sociedades ligadas	238.500	229.362
Depósitos judiciais	172	174
Imobilizado	683	688
	683	688
Total do ativo	**351.754**	**332.062**

Passivo e passivo descoberto	2019	2018
Circulante	**91.713**	**80.498**
Empréstimos e financiamentos	28.501	21.749
Fornecedores e subempreiteiros	28.268	29.880
Adiantamentos recebidos de clientes	10	10
Tributos, taxas e salários a pagar	4.495	3.009
Dividendos a pagar	19.399	19.399
Outros passivos	11.040	6.451
Não circulante	**332.210**	**337.994**
Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento	329.146	329.146
Tributos diferidos	-	1.061
Provisão para contingências	3.064	3.968
Outros passivos	-	3.819
Passivo descoberto	**(72.169)**	**(86.430)**
Capital social	87.940	87.940
Prejuízos Acumulados	(160.109)	(174.370)
Total do passivo e passivo descoberto	**351.754**	**332.062**

Demonstrações dos Resultados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em R$ Mil)

	2019	2018
Operações continuadas		
Receitas líquidas	23.492	434.443
Custos de incorporação e venda de imóveis	(4.534)	(395.965)
Lucro bruto	18.958	38.478
Despesas comerciais	(27)	(34)
Despesas com unidades concluídas	(163)	(490)
Despesas gerais e administrativas	(1.549)	(5.499)
Provisões	826	(1.711)
Outras receitas/(despesas), líquidas	-	57
Lucro bruto operacional	18.045	30.801
Resultado financeiro, líquido	(3.344)	(2.900)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.701	27.901
Imposto de renda e contribuição social	(441)	(9.104)
Lucro do exercício	14.260	18.797
Lucro por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	0,16	0,21

Demonstração das mutações do passivo descoberto (Em R$ Mil)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	87.940	19.141	(193.166)	(124.367)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	19.141	-	19.141
Resultado do exercício	-	-	18.797	18.797
Em 31 de dezembro de 2018	87.940	-	(174.369)	(86.429)
Resultado do exercício	-	-	14.260	14.260
Em 31 de dezembro de 2019	87.940	-	160.109	(72.169)

Luiz Henrique Gonçalves de Carvalho Filho - Diretor

Juliana de Brito Bergamini Silva - Contadora - CRC 1 SP 315.707/O-8

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em R$ Mil)

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.701	27.901
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício		
Ajuste a valor presente	-	4.163
Ajuste societários de PoC	(19.102)	(48.256)
Depreciação e amortização	6	12
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	2.694	13.597
Outras receitas (despesas)	(1.196)	2.407
	(2.897)	(176)
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	6.375	195.824
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	(612)	(711)
Imóveis a comercializar, terrenos a incorporar e outros estoques	(11.898)	(26.169)
Tributos diferidos	356	1.120
Contas interdepartamentais	-	1
Outros ativos	11.820	15.966
Fornecedores e subempreiteiros	(1.612)	(1.698)
Obrigações trabalhistas	(453)	(757)
Obrigações tributárias	(471)	(8.065)
Adiantamentos recebidos de clientes	-	(20.653)
Outros passivos	4.316	21.520
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações	4.924	176.202
Juros pagos	(18)	(231)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	4.906	175.971
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	(3.226)	(13.464)
Ingressos de empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais	7.001	304
Sociedades Ligadas	(9.137)	(175.198)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(5.362)	(188.358)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(456)	(12.387)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	749	13.136
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	293	749

capelia

DESEMPENHO QUE GERA CONFIANÇA, RESULTADOS QUE COMPROVAM A SOLIDEZ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

essor.com.br
/company/essor-seguros
/essorseguros
/essorseguros

essor
Seguradora do Grupo SCOR

essor Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Em atendimento às disposições regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

A Seguradora

No Brasil desde 2011, iniciou suas operações no mercado local ao longo de 2012, sendo especializada em produtos diferenciados e inovadores. Capaz de prover efetivo valor aos seus clientes e parceiros, atualmente a Seguradora comercializa 37 seguros distintos ao mercado.
Oriunda de uma parceria ("joint-venture") entre duas sociedades do mercado segurador europeu, completou em 2023, doze anos de existência no Brasil, buscando a soma de suas experiências globais e empresariais com um mercado em vasta expansão. Em 2 de janeiro de 2018, foi aprovada por meio da Portaria SUSEP nº 7045 a transferência do controle acionário indireto e da ingerência efetiva nos negócios da Seguradora para Scor Global P&C SE, sociedade existente e organizada de acordo com as leis da República Francesa, sendo esta a única acionista desde então. Em 31 de março de 2019, houve a sucessão da Scor Global P&C SE pela Scor SE, sociedade existente e organizada de acordo com as leis da República Francesa.
Com sede no Rio de Janeiro e sucursal em São Paulo e em Porto Alegre, a ESSOR, foi desenvolvida para ser uma Seguradora com atuação nacional e investimentos focados no mercado brasileiro.

Resultado do exercício

Durante o exercício de 2023, a Seguradora apresentou uma redução de 7% no volume de prêmios emitidos, quando comparado ao exercício de 2022, atingindo o montante de R$ 1,3 bilhões. O desempenho pode ser atribuído ao resultado de uma contínua e acertada estratégia comercial na venda do Seguro Rural, ao desenvolvimento de produtos inovadores no mercado, aliados ao reconhecimento da credibilidade e capacidade técnica da Seguradora nos demais produtos.
A sinistralidade encerrou o exercício com uma redução de 42 pontos percentuais quando comparada ao exercício de 2022. O maior impacto foi observado no Seguro Rural ocasionado principalmente pela redução da ocorrência de sinistros na região Sul do país.
A Seguradora apresentou lucro líquido de R$ 58 milhões, um aumento de 79% em comparação com o ano de 2022 e um retorno sobre o patrimônio líquido de 29%. Isto demonstra que além da melhora comparada, a Companhia continua apresentando lucro, confirmando a posição sólida e eficiente de suas operações no Brasil.

Estrutura organizacional

Com o intuito de atender os requerimentos legais e societários, a ESSOR possui um corpo de administradores e diretores que atuam no mercado segurador há muitos anos. A ESSOR possui a certeza de que seu time atenderá todas as elevadas expectativas dos parceiros e clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

Investimento no Brasil

A política de investimento tem como principal objetivo a preservação do capital e de um fluxo estável de receitas financeiras, por meio de investimentos em carteira de títulos de renda fixa.

Política de reinvestimentos e de distribuição de dividendos

Os acionistas da Seguradora, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, 5% do lucro ajustado na forma prevista no artigo nº 202 da Lei 6.404/76. O lucro líquido após as deduções legais será destinado a Reserva Estatutária visando a manutenção de margem operacional compatível ao desenvolvimento das operações ativas da Seguradora.

Perspectivas

O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, foco na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam o Grupo em sua atividade global.

Outras informações - Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Scor SE (França).

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos corretores de seguros, parceiros comerciais e operacionais, assim como as resseguradoras, pela confiança e parceria criada, e aos nossos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e as demais autoridades deste segmento, pelo apoio e orientações.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024.
A Diretoria

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Circulante	1.812.647	1.851.963
Disponível	25.261	5.504
Caixa e bancos (Nota 7)	25.261	5.504
Aplicações (Nota 8)	514.319	594.240
Créditos das operações com seguros e resseguros	491.012	541.981
Prêmios a receber (Nota 9)	341.624	323.198
Operações com Seguradoras	1.438	1.388
Operações com resseguradoras (Nota 10)	147.867	217.312
Outros créditos operacionais	83	83
Ativos de resseguro (Nota 11)	653.377	593.592
Títulos e créditos a receber (Nota 12)	4.621	5.615
Outros valores e bens (Nota 14)	19.533	3.352
Despesas antecipadas	163	155
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	104.361	107.524
Seguros	104.361	107.524
Não circulante	188.740	59.829
Realizável a longo prazo	183.247	56.620
Aplicações (Nota 8)	155.390	27.674
Ativos de resseguro (Nota 11)	979	8.325
Títulos e créditos a receber (Nota 12)	**13.143**	**12.642**
Créditos tributários e previdenciários	2.383	5.021
Depósitos judiciais	10.760	7.621
Outros valores e bens (Nota 14)	3.962	1.711
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	9.773	6.268
Seguros	9.773	6.268
Imobilizado	4.312	2.732
Bens móveis	3.376	2.126
Outras imobilizações	1.236	606
Intangível	1.181	477
Outros intangíveis	1.181	477
Total do ativo	**2.001.687**	**1.911.792**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante	1.725.484	1.726.847
Contas a pagar	71.982	30.701
Obrigações a pagar	29.085	3.882
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 16)	31.030	22.230
Encargos trabalhistas (Nota 16)	4.403	1.357
Impostos e contribuições (Nota 17)	7.464	3.232
Débitos de operações com seguros e resseguros	575.016	720.662
Prêmios a restituir	16.982	13.728
Operações com resseguradoras (Nota 18.i)	494.501	642.702
Corretores de seguros e resseguros (Nota 18.ii)	58.052	57.613
Outros débitos operacionais	5.481	6.619
Depósitos de terceiros (Nota 19)	8.337	11.580
Provisões técnicas - seguros (Nota 20)	1.068.094	963.243
Danos	1.068.094	963.243
Outros débitos	2.055	661
Passivo de arrendamento (Nota 15)	2.055	661
Não circulante	74.052	31.649
Obrigações a pagar	14.403	12.646
Provisões técnicas - seguros (Nota 20)	56.901	17.211
Danos	56.901	17.211
Outros débitos	**2.748**	**1.792**
Provisões cíveis	335	471
Passivo de arrendamento (Nota 15)	2.413	1.321
Patrimônio líquido	202.151	153.296
Capital social (Nota 23.i)	66.841	66.841
Aumento de capital em aprovação (Nota 23.i)	20.525	-
Ajustes de avaliação patrimonial	904	(3.812)
Reservas de lucros	113.881	90.267
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.001.687**	**1.911.792**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos	1.286.629	1.380.798
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	(8.061)	(151.067)
(=) Prêmios ganhos (Nota 24.i)	1.278.568	1.229.731
(-) Sinistros ocorridos (Nota 24.ii)	(947.066)	(1.600.160)
(-) Custo de aquisição (Nota 24.iii)	(279.680)	(270.235)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais (Nota 24.iv)	9.005	(26.979)
Resultado com resseguro (Nota 24.v)	45.434	754.385
(+) Receita com resseguro	766.614	1.461.052
(-) Despesa com resseguro	(695.193)	(705.833)
(+/-) Outros resultados com resseguros	(25.987)	(834)
(-) Despesas administrativas (Nota 24.vi)	(47.927)	(43.947)
(-) Despesas com tributos (Nota 24.vii)	(21.121)	(15.723)
(+) Resultado financeiro (Nota 24.viii)	63.413	32.212
(=) Resultado operacional	100.626	59.284
(+/-) Ganhos ou Perdas com Ativos não correntes	27	2
(=) Resultado antes dos impostos	100.653	59.286
(-) Imposto de renda (Nota 17)	(26.717)	(16.497)
(-) Contribuição social (Nota 17)	(16.088)	(10.433)
Lucro líquido do exercício	57.848	32.356
Quantidade de ações no final do exercício	62.683.894	42.458.518
Lucro líquido em reais por ação	0,923	0,762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**57.848**	**32.356**
Outros resultados abrangentes		
Ganho (Perda) não realizado(a) sobre ativos disponíveis para venda	**7.860**	**9.048**
Efeito do imposto de renda e contribuição social	**(3.144)**	**(3.595)**
Total do resultado abrangente do exercício	**62.564**	**37.809**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

			Reservas de Lucro				
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**66.841**	-	**5.000**	**54.447**	**(9.265)**	-	**117.023**
Perda não realizada, líquida sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	5.453	-	5.453
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.356	32.356
Constituição da reserva legal	-	-	1.618	-	-	(1.618)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 23.iv)	-	-	-	-	-	(1.536)	(1.536)
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	29.202	-	(29.202)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**66.841**	-	**6.618**	**83.649**	**(3.812)**	-	**153.296**
Ganho não realizado, líquido sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	4.716	-	4.716
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(23.427)	-	-	(23.427)
Aumento de capital (em aprovação)	-	20.528	-	-	-	-	20.528
Incorporação AgroBrasil	-	-	-	(8.062)	-	-	(8.062)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	57.848	57.848
Constituição da reserva legal	-	-	2.892	-	-	(2.892)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 23.iv)	-	-	-	-	-	(2.748)	(2.748)
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	52.208	-	(52.208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**66.841**	**20.528**	**9.510**	**104.368**	**904**	-	**202.151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	57.848	32.356
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	2.220	1.603
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	(14.371)	(292)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(3.703)	3.249
Constituição (reversão) de provisão técnicas Seguros	983.019	1.761.221
Constituição (reversão) de provisão técnicas Resseguros	(731.799)	(116.133)
Outros Ajustes	(4.002)	-
Juros incorridos sobre passivo de arrendamento	355	360
Despesas antecipadas	7.339	2
(+/-) Correção monetária s/ provisões técnicas	2.129	19.293
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(47.795)	(137.485)
Crédito das operações de seguros e resseguros	63.246	(27.228)
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(59.785)	13.388
Créditos fiscais e previdenciários	2.637	2.739
Depósitos judiciais e fiscais	(3.139)	(3.557)
Custos de aquisição diferidos	(342)	(24.541)
Outros ativos	(22.240)	(34.377)
Impostos e contribuições	56.107	51.672
Outras contas a pagar	36.379	3.306
Débitos de operações com seguros e resseguros	(145.646)	66.737
Depósitos de terceiros	(3.243)	7.835
Provisões técnicas – seguros	(108.808)	(1.616.146)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**66.406**	**4.002**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.073)	(28.594)
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais	**23.333**	**(24.592)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de principal de passivos de Arrendamento	(677)	(871)
Aumento de Capital	20.527	-
Pagamento de dividendos	(23.427)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(3.577)**	**(871)**
Aumento / (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**19.757**	**(25.463)**
Caixa no início do período	5.504	30.967
Caixa no final do período	25.261	5.504
Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**19.757**	**(25.463)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Informações gerais

A Essor Seguros S.A. ("Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da M&S Brazil Participações Ltda. e indireta da Scor SE (sociedade constituída sob as leis da França), com sede na Rua Visconde de Inhaúma, 83 - 18º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
A Seguradora tem por objeto social a operação em seguros de danos e pessoas, podendo aceitar riscos em retrocessão e deter participação em outras sociedades. Os principais ramos de atuação da seguradora são: RC Ônibus, Acidentes Pessoais Passageiros, Aeronáutico, Compreensivo Empresarial/Residencial e Seguro Agrícola sem cobertura do FESR.
A Seguradora foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por meio da Portaria nº 4.622, de 25 de maio de 2012. e deu início às suas operações de seguros em dezembro de 2012, podendo atuar em todas as unidades da federação.
A Seguradora mantém com resseguradoras contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de seguros, contratos esses com vigência anual e pagamentos trimestrais e semestrais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão demonstradas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).
As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Seguradora em 28 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico como base de valor, modificada pela avaliação de ativos financeiros na categoria avaliados ao valor justo por meio do resultado e dos títulos disponíveis para venda avaliados ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Reorganizações societárias

Em 31/12/2023 foi deliberada a incorporação da AgroBrasil Administração e Participações LTDA ("AgroBrasil"), pela Seguradora. A AgroBrasil tinha os seguintes saldos contábeis antes da incorporação:

Ativo	**26.445**
Circulante	**23.686**
Disponível	16.063
Créditos Operacionais	7.623
Não Circulante	**2.759**
Imobilizado	2.510
Intangível	249
Passivo	**5.690**
Circulante	**5.610**
Obrigações a pagar à curto prazo	5.610
Não Circulante	**80**
Passivo Contingente	80
Patrimônio Líquido	**20.755**

Dessa forma a Seguradora reconheceu em suas demonstrações contábeis os ativos líquidos da adquirida em contrapartida do patrimônio líquido.

4. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas".

4.1. Caixa e equivalente de caixa (disponível)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

4.2. Ativos financeiros

(i) Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante independente da data de vencimento.

(iii) Títulos disponíveis para a venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados como mensurados a valor justo por meio de resultado ou como mantidos até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(v) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os títulos disponíveis para venda são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de vencimento. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.
A Seguradora avalia, regularmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (impaired) no entanto, por se tratar de títulos soberanos, não foi identificado nenhum risco no período.

(vi) Impairment de ativos financeiros

A Seguradora avalia semestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.
A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios a receber é constituída com base em estudo técnico desenvolvido pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Seguradora aplicados a percentuais estipulados para todos os ramos que opera com exceção do ramo rural (1101), onde a provisão é realizada com base na circular 648/21, onde são provisionados os prêmios vencidos a mais de 60 dias. Para os créditos a receber com resseguradores, a provisão para redução ao valor recuperável é constituída com base na circular 648/21, onde os créditos vencidos a mais de 180 dias a contar da data do registro são provisionados.

4.3. Ativos e Passivos de resseguro - Provisões técnicas

Um dos objetivos do resseguro é otimizar a necessidade de capital de risco a partir da cessão de parte do risco de subscrição a contrapartes selecionadas, minimizando, assim, o risco de uma eventual perda potencial por meio da pulverização destes. Os passivos de seguros relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Os valores a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios acordados entre as partes sendo deduzido da quantia paga aos resseguradores um percentual referente à compensação de despesas originais com a comercialização do seguro direto.
Os ativos de resseguro representam os valores a receber das contrapartes (resseguradores) e são calculados considerando os seus respectivos contratos de resseguro podendo ser do tipo automático proporcional, não proporcional ou facultativo. Esses ativos são devidamente associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os ativos relacionados a resseguros são atualizados e submetidos a teste de impairment no mínimo a cada data-base, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados.

4.4. Arrendamentos

(i) Definição de arrendamento

A Seguradora determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Seguradora agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.
Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Seguradora escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Seguradora aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

A Seguradora classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.
Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Seguradora aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Seguradora testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Seguradora utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.
A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Seguradora a partir de 1/1/2021. Abaixo apresentamos as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma:

(a) Ativo de direito de uso (outros valores e bens)

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Seguradora em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente:

essor Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

	Saldo em 01/01/2023	Novos contratos / reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Veículos	-	789	-	(93)	696	-	(93)	696
Imóveis	1.711	2.531	-	(976)	3.266		(2.248)	3.266
Total	**1.711**	**3.320**	**-**	**(1.069)**	**3.962**	**-**	**(2.341)**	**3.962**

	Saldo em 01/01/2022	Novos contratos / reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Saldo em 31/12/2022	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imóveis	2.347	-	-	(636)	1.711	-	(1.272)	1.711
Total	**2.347**	**-**	**-**	**(636)**	**1.711**	**-**	**(1.272)**	**1.711**

(b) Passivo de arrendamento (débitos diversos)

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**3.327**	**(834)**	**2.493**
Apropriação de juros transcorridos	-	360	360
Constituições/reavaliações de contratos	-	-	-
Pagamentos	(871)	-	(871)
Outras/Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.456**	**(474)**	**1.982**
Apropriação de juros transcorridos	-	355	355
Constituições/reavaliações de contratos	2.807	-	2.807
Pagamentos	(676)	-	(676)
Outras/Baixas			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.587**	**(119)**	**4.468**
Circulante	2.136	(81)	2.055
Não circulante	2.621	(208)	2.413

4.5. Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio corresponde a equipamentos e móveis e utensílios, utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

Ativo Imobilizado	% Depreciação 31/12/2023	% Depreciação 31/12/2022
Informática	20%	20%
Móveis, máquina e utensílios	10%	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros		Prazo do contrato

4.6. Intangível

Os gastos diretamente associáveis a softwares identificáveis, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou manutenção de softwares são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

4.7. Contratos de seguro

O contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado), afetar adversamente o segurado. Os contratos dos produtos comercializado pela Seguradora na presente data são classificados como contrato de seguro, de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 11, aprovado pela SUSEP, estando, desta forma, sujeitos a teste de adequação dos passivos como determina este mesmo pronunciamento.

4.8. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas de todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com a composição predominante dos negócios da Seguradora que tem vigência anual.

4.9. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos. Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP Nº 1.115, que alterou a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022.

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e resultado e seus valores contábeis, bem como, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

4.10. Provisões técnicas - seguros

As legislações vigentes que instituem procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras são a Resolução CNSP nº 432/2021, em vigor desde 12 de novembro de 2021 e suas alterações, e a Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações. Face ao atual estágio de operações da Seguradora e as recentes alterações nos normativos supracitados, são utilizadas metodologias próprias com base nos dados internos da Seguradora ou nos dados históricos do mercado, que podem ser observados no Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES). As metodologias mencionadas estão detalhadas em notas técnicas atuariais e serão resumidas abaixo:

(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério pro rata dia para todos os ramos de seguros.

(ii) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) sobre operações de seguro direto é constituída em consonância com as definições apresentadas em Nota Técnica Atuarial. São utilizados critérios específicos para cada ramo, sendo o método de Chain Ladder aplicado para os ramos Casco Ônibus (0531), Riscos Especiais (118A, 351A e 141), Embarcações de Recreio (1433), Bike (171B, 351B, 622 e 1381) e Paineis Solares (171PS).

Para os ramos Agrícola (1101), Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário (520, 623 e 628), Aviation (1535, 1528, 1537 e 1597), Penhor e Benfeitorias (1162, 1130, 351, 351P, 1162ASAS, 1130ASAS, 351ASAS e 351PASAS), Riscos Diversos – Equipamentos (171E e 351E), Garantia (775 e 776), Cargo Marine (654, 655, 621 e 622ALB) e Caminhões (553, 531API e 520API), considera-se um *mix* de métodos efetuados em três etapas: utiliza-se o Chain Ladder (CL), método Bornhuetter Ferguson (BF) e sinistros totais calculados com base em sinistralidade esperada (target loss ratio).

Para os ramos Riscos de Engenharia (167), Pastagens (1101PTG), Eventos (982EV, 171EV e 351EV), Obras de Artes (171FA e 621FA), Casualty (378 e 310), Riscos Diversos (171) e Habitacional (114I), aplica-se um fator de target loss ratio sobre o prêmio ganho e reduz-se o valor do saldo de sinistro avisado no mês de referência.

Para os demais ramos são utilizados dados históricos do mercado segurador, extraídos do Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES) para obtenção de fatores que são aplicados nos montantes de prêmio ou sinistro observados em 12 meses na Seguradora.

(iii) Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada em consonância com as definições apresentadas em Nota Técnica Atuarial. São utilizados critérios específicos para cada ramo, entre eles triângulo de desenvolvimento, e relatório de acompanhamento de emissões das propostas cadastradas no sistema da Seguradora.

(iv) Provisão de Sinistros a Liquidar administrativo e judicial (PSL) e Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade assumida pela Seguradora. O cálculo da PSL judicial leva em consideração a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo de seguro envolvido, sempre que aplicável. A partir de maio de 2017 a Seguradora, com base em dados históricos, passou a registrar um percentual dos valores de risco das causas, levando em consideração a estimativa de perda e os valores inicialmente estimados em comparação aos valores efetivamente liquidados para cada processo. Anualmente a Seguradora reavalia se os percentuais aplicados de acordo com a classificação de risco continuam válidos. Em caso negativo, os percentuais são ajustados.

Para o cálculo do IBNR, calcula-se a diferença entre a estimativa global de sinistros ocorridos e não avisados e a estimativa de sinistros não suficientemente avisados, isto é, IBNR Total - IBNeR.

4.11. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

4.12. Provisão de Excedentes Técnicos (PET)

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em contrato.

4.13. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte:

• Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão do risco, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

• As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros e correspondem, substancialmente, às receitas de juros sobre as aplicações financeiras. Inclui também as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Os impostos são apurados em base de competências, de acordo com as normas tributárias aplicáveis.

4.14. Principais normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora

O IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 será aplicável a partir de 1° janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A norma será adotada pela Seguradora quando for referendada pelo regulador SUSEP. CIRCULAR SUSEP Nº 678/22- Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG, Provisão de Prêmios não Ganhos para Riscos Vigentes mas não Emitidos - PPNG-RVNE, Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR, Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados – IBNER, Provisão de Despesas Relacionadas – PDR e Provisão de Excedentes Técnicos - PET.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Seguradora é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

(ii) Provisão para recuperação de ativos de seguros e resseguros

Essas provisões são registradas de acordo com estudo próprio, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros e resseguros, levando em consideração eventuais recebimentos subsequentes até a data de emissão da demonstração financeira.

(iii) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis, fiscais e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

(iv) Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas data-base de junho e dezembro de cada ano. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil de todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para esse teste, a Seguradora elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas, sendo brutas de resseguro. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme grupamentos de ramos estabelecidos na circular SUSEP nº 535/2016 e suas alterações, e os fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela Anbima (CupomPré-Fixado).

Para o teste foram consideradas as seguintes projeções de sinistralidades:

Ramo	Nome	Sinistralidade Projetada (%)
0520 / 0623 / 0628	Seguro Ônibus	50,03%
0531	Seguro Automóvel - Casco	14,05%
0141 / 0118 / 0351	Seguro Compreensivo - Riscos Especiais	90,91%
0171	Seguro de Qualidade Estrutural	0,00%
0351 / 1162 / 1130	Seguros Penhor Rural e Benfeitorias	52,69%
1065	Seguro Habitacional - DFI	6,68%
1101	Seguro Agrícola sem cobertura do FESR	85,72%
1433	Seguro Náutico	43,73%
1528/1535/1537/1597	Seguro Aeronáutico	34,23%
0114	Seguro Residencial	9,41%
0118	Seguro Garagem	3,31%
0171 / 0351 / 0622	Seguro Riscos Diversos – Bicicleta (Bike)	47,05%
0171 / 0351	Seguro de Equipamentos	11,13%
0171	Seguro Painéis Fotovoltaicos	64,46%
0775 / 0776	Seguro Garantia	75,74%
0167	Seguro Riscos de Engenharia	44,26%
0621/0622/0654/0655	Seguro Cargo Marine	57,67%
0531 / 0553	Seguro Caminhões	78,08%
0118 / 0351 / 0141	Seguro Empresarial	174,30%
0171 / 0351 / 0982	Seguro Eventos	19,93%
0171 / 0621	Seguro Obras de Arte	34,63%
0310 / 0378	Seguro RC Profissional	55,00%

Através da comparação do valor constituído para arcar com os compromissos futuros dos contratos de seguro (net carrying amount) e das estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro, verificamos que as provisões estão adequadas e que nenhuma provisão complementar se fez necessária.

6. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos da Essor possibilita a identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos da Seguradora. O Gestor de Riscos da Seguradora é responsável por supervisionar continuamente a Estrutura de Gestão de Riscos. A Diretoria e o Conselho de Administração, por sua vez, são responsáveis por zelar pela sua adequação.

A eficiente gestão de riscos da Seguradora permite aumentar significativamente o alcance de seus objetivos e diminuir a probabilidade de situações causadoras de danos e anômalas ocorrerem. A Estrutura de Gestão de Riscos não tem por finalidade eliminar os riscos, mas sim maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos adversos.

A Estrutura de Gestão de Riscos alinha-se ao Sistema de Controles Internos da Seguradora, de forma a garantir o adequado tratamento e monitoramento dos riscos que podem afetar suas operações, incluindo mecanismos para prevenção a fraudes e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A área de Compliance e Controles Internos da Seguradora realiza a revisão periódica dos processos e seus controles-chave, assim como monitora o cumprimento das normas e procedimentos vigentes. Suas recomendações são implementadas pelas diversas áreas da Seguradora, incluindo a adequação a novas normas e exigências legais.

A Essor Seguros conta com um Sistema Integrado de Gestão (Enterprise Resource Planning - ERP) para apoiar o gerenciamento dos riscos a que está sujeita. O sistema ERP é uma plataforma de software especialista na automação de processos de seguros, com forte investimento em pesquisa e desenvolvimento de produtos que serão operados. Ele permite a integração dos diversos processos da seguradora, garante a integridade e segurança dos dados armazenados, possibilita a automação de atividades e otimiza o fluxo de informações, dentre outras facilidades. Atualmente, o sistema atende a todos os ramos em que a Essor Seguros atua e tem grande importância dentro da Seguradora, uma vez que permite o monitoramento eficaz de seus processos e maior rapidez na tomada de decisões.

6.1. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de um ativo financeiro não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Seguradoras avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

(i) Exposições ao risco de crédito

Os ativos e os contratos de resseguro, nas tabelas abaixo, são analisados usando o rating da Standard & Poors (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível. Os valores são expressos em moeda local.

(a) Ativos financeiros

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	BB	brAAA	Sem rating	Saldos em 31/12/2023
Caixa e bancos	1.454	23.804	-	25.258
Fundos de investimento de renda fixa	52.413	-	-	52.413
Títulos disponíveis para venda	617.296	-	-	617.296
Prêmios a receber	-	-	341.624	341.624
Exposição máxima ao risco de crédito	**671.163**	**23.804**	**341.624**	**1.036.591**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	BB-	brAAA	Sem rating	Saldos em 31/12/2022
Caixa e bancos	5.471	32	1	5.504
Fundos de investimento de renda fixa	161	-	-	161
Títulos disponíveis para venda	621.753	-	-	621.753
Prêmios a receber	-	-	323.198	323.198
Exposição máxima ao risco de crédito	627.385	32	323.199	950.616

(b) Contratos de resseguros

Tipo de ressegurador	Categoria de risco (*)	Exposição em 31/12/2023	%
Admitida	AA-	433	0,07%
Admitida	AA-	5.082	0,87%
Local	AA-	13.353	2,28%
Local	AA-	8.996	1,54%
Eventual	AA-	26.720	4,57%
Admitida	A+	840	0,14%
Admitida	A+	561	0,10%
Admitida	A+	18.743	3,21%
Admitida	A+	4.055	0,69%
Local	A+	345.035	59,01%
Eventual	A+	4.157	0,71%
Local	BrAA+	1.920	0,33%
Local	brAAA	66.730	11,41%
Admitida	A	5.432	0,93%
Eventual	A	6.216	1,06%
Eventual	A	28.212	4,83%
Eventual	A	42.872	7,33%
Eventual	A	210	0,04%
Local	A	5.104	0,87%
		584.671	**100%**

Tipo de ressegurador	Categoria de risco (*)	Exposição em 31/12/2022	%
Admitida	AA-	409	0,07%
Admitida	A+	642	0,10%
Local	A+	496.371	79,82%
Admitida	A+	350	0,06%
Local	BrAA+	5.552	0,89%
Local	brAAA	47.461	7,63%
Admitida	A	2.456	0,39%
Admitida	A+	196	0,03%
Eventual	A	29.656	4,77%
Local	AA-	7.941	1,28%
Eventual	A+	707	0,11%
Eventual	A	12.679	2,04%
Local	A	46	0,01%
Admitida	A+	5.832	0,94%
Eventual	AA	11.591	1,86%
		621.889	**100%**

(*) Ratings conforme Standard & Poors/FITCH.

6.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A política de liquidez da Seguradora possui diretrizes para o adequado planejamento e gerenciamento do risco de liquidez, de forma a garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

(i) Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. Este departamento monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobra de caixa é investida em aplicações com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 100% da carteira da Seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez.

Apresentamos a seguir a composição dos ativos e passivos financeiros por vencimento:

(ii) Recebíveis e disponibilidades

	31/12/2023 Sem Vencimento	De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Caixa e bancos	25.261	-	-	-	-	**25.261**
Títulos e créditos a receber	-	-	4.621	-	-	**4.621**
Outros créditos operacionais	-	83	-	-	-	**83**
Prêmios a receber e operações com resseguradoras (i)	37.337	45.418	336.550	67.481	2.705	**489.491**
	62.598	**45.501**	**341.171**	**67.481**	**2.705**	**519.456**

	31/12/2022 Sem Vencimento	De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Caixa e bancos	5.504	-	-	-	-	5.504
Títulos e créditos a receber	-	-	5.615	-	-	5.615
Outros créditos operacionais	-	83	-	-	-	83
Prêmios a receber e operações com resseguradoras (i)	6.332	156.352	236.646	140.536	644	540.510
	11.835	**156.435**	**242.261**	**140.536**	**644**	**551.712**

(i) Os prêmios de RVNE estão sendo classificados na faixa sem vencimento.

(iii) Títulos de renda fixa

Correspondem a fundos de investimento não exclusivos, cuja carteira é composta por títulos públicos mensurados a valor justo e aos títulos públicos de renda fixa, classificados como disponíveis para venda. A carteira de títulos de renda fixa com liquidez imediata, é composta pelos seguintes papéis:

	31/12/2023 De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
I – Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	**52.413**	-	-	-	**52.413**
Quotas de fundos de investimentos:					
II - Títulos disponíveis para venda					
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	-	61.402	-	16.288	77.690
LTN - Letras do Tesouro Nacional	46.173	-	354.331	109.116	509.620
NTN-F - Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	29.986	29.986
	46.173	**61.402**	**354.331**	**155.390**	**617.296**
Total	**73.110**	**61.402**	**354.331**	**180.866**	**669.709**

	31/12/2022 De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
I – Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado					
Quotas de fundos de investimentos:	-	161	-	-	161
II - Títulos disponíveis para venda					
LTN - Letras do Tesouro Nacional		326.066			326.066
NTN-F - Notas do Tesouro Nacional	268.013	-	-	27.674	295.687
Total	**268.013**	**326.227**	**-**	**27.674**	**621.914**

(iv) Passivos financeiros e de seguros

	31/12/2023 De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações a pagar	-	3.369	-	7.015	**10.384**
Operações com resseguradores	-	584.748	-	-	**584.748**
Corretores de seguros e resseguro		40.712	-	-	**40.712**
Provisões técnicas (líquidas de resseguro)	**25.846**	**166.462**	**222.902**	**56.901**	**472.111**
Outros débitos operacionais	-	3.683	-	-	**3.683**
	25.846	**798.974**	**222.902**	**63.916**	**1.111.638**

	31/12/2022 De 1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações a pagar	-	4.977	-	11.853	**16.830**
Operações com resseguradores	-	603.785	-	-	**603.785**
Corretores de seguros e resseguro	-	57.613	-	-	**57.613**
Provisões técnicas (líquidas de resseguro)	**27.224**	**140.478**	**209.169**	**17.211**	**394.082**
Outros débitos operacionais	-	45.536	-	-	**45.536**
	27.224	**852.389**	**209.169**	**29.064**	**1.117.846**

6.3. Risco de mercado

(i) Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Segue abaixo fator de risco para a exposição desta Seguradora.

(ii) Controle de risco de mercado

Teste de sensibilidade (risco de mercado)

As aplicações financeiras estão custodiadas no Banco Itaú.

O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado.

A Seguradora analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração o cenário macroeconômico e as projeções divulgadas pelos bancos. Com base nesses cenários a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Estes testes são monitorados regularmente para avaliar se o potencial máximo de prejuízo está dentro dos limites determinados pela Administração.

Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 25% de aumento/redução no custo de oportunidade dos ativos financeiros - taxa de juros do mercado. Seguem os efeitos:

Impacto na receita financeira e no patrimônio líquido bruto de impostos

essor Seguradora do Grupo SCOR CNPJ: 14.525.684/0001-50

Premissas	31/12/2023 Receita financeira após aumento/redução	31/12/2023 Impacto no patrimônio líquido %	31/12/2022 Receita financeira após aumento/redução	31/12/2022 Impacto no patrimônio líquido %
Receita financeira	66.752	-	43.893	-
Aumento 25% CDI	76.088	5,04%	50.793	4,45%
Redução 25% CDI	59.729	2,94%	39.872	2,59%

6.4. Risco de seguro/subscrição

A Seguradora possui em sua política de subscrição, critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos.

O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes. A teoria de probabilidade e suas distribuições são aplicadas para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. A Seguradora desenvolve modelos e políticas de precificação, além de monitorar a adequação de preços dos produtos, que permitem a sua diferenciação, de forma mais justa, dos preços cobrados aos seus clientes. Adicionalmente, a Seguradora busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos de resseguro e considerando a posição dos resseguradores na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais.

O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para o contrato de seguro de danos, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esse contrato.

(i) Estratégia de subscrição

A Seguradora tem sua política de subscrição geral, além de guidelines de subscrição específicos por linha de negócios. Nestes são estabelecidos os critérios de subscrição, precificação, alçadas de aceitação, enquadramento e classificação dos riscos.

Uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes para análise e classificação do risco não são atendidos, o risco poderá ser recusado.

A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e o cumprimento de todos os seus compromissos com os segurados. Entretanto, a Seguradora entende que a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia de sua saúde financeira. Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação dentro do processo de subscrição, não são menos importantes.

(ii) Estratégia de resseguro

Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados e riscos catastróficos conforme distribuição das responsabilidades assumidas, potencial de perda e sua distribuição regional. Em situações específicas existe a cessão facultativa.

(iii) Casamento de ativos e passivos (ALM)

A Seguradora realiza periodicamente análise dos fluxos de ativos e passivos (ALM), para os produtos que estão em comercialização e para aqueles em fase de espera de aprovação pela SUSEP. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do fluxo de ativos em relação ao fluxo de passivos, bem como do Retorno sobre Patrimônio (ROE) e ainda da suficiência de Patrimônio Líquido frente às necessidades de Capital Mínimo Requerido para os próximos anos. O estudo é baseado nas projeções dos riscos assumidos e daqueles que a Seguradora ainda irá assumir, utilizando diversas variáveis especificadas por linha de negócio, como por exemplo, sinistralidade, custos de aquisição, despesas com sinistros, despesas administrativas e estratégias de resseguro.

Este estudo é monitorado pela Administração da Seguradora, a qual reporta ao Conselho de Administração da Seguradora.

(iv) Gerenciamento de riscos por segmento de negócio

O monitoramento da carteira de seguros compreende o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também como ferramentas de monitoramento: a análise de sensibilidade e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM). Além disso, o LAT (Liability Adequacy Test) é realizado semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas adequadas à realidade dos negócios em vigor.

(v) Teste de sensibilidade

O teste de sensibilidade realizado pela Seguradora constituiu em demonstrar o efeito da mudança em uma premissa importante enquanto outras premissas permanecem inalteradas. Foram utilizadas sinistralidade e despesas administrativas como premissas para efeito nos testes de sensibilidade. A sinistralidade foi aplicada sobre os novos avisos, sobre o estoque da PSL e sobre a provisão de IBNR. A Seguradora não possui produtos que sejam afetados pela taxa de juros, inflação e riscos cambiais.

Seguem resultados dos testes de sensibilidade:

• Impacto no resultado e no patrimônio líquido bruto de impostos

Premissas	31/12/2023 Bruto de resseguro	31/12/2023 Líquido de resseguro
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(63.929)	(19.372)
Aumento de 10 pontos percentuais nas despesas administrativas	(4.793)	(4.793)

Premissas	31/12/2022 Bruto de resseguro	31/12/2022 Líquido de resseguro
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(61.487)	(15.178)
Aumento de 10 pontos percentuais nas despesas administrativas	(4.333)	(4.333)

7. Ativos financeiros

	31/12/2023	% participação	31/12/2022	% participação
Caixa e bancos	25.261	2,12%	5.504	0,46%
Recebíveis (i)	495.633	41,63%	563.141	47,30%
Aplicações financeiras	669.709	56,25%	621.914	52,24%
	1.190.603	100,00%	1.190.559	100,00%

(i) O saldo apresentado refere-se às rubricas prêmios a receber, operações com seguradoras, operações com resseguradoras, outros créditos operacionais e títulos e créditos a receber.

8. Aplicações financeiras

	31/12/2023 Custo atualizado	31/12/2023 Valor de mercado	31/12/2023 Taxa Média	31/12/2022 Custo atualizado	31/12/2022 Valor de Mercado	31/12/2022 Taxa Média
Títulos mensurados a valor justo por meio de resultado (a)	52.413	52.413	10%	161	161	12%
Títulos disponíveis para venda (b)	615.790	617.296	11%	628.106	621.753	13%
	668.203	669.709		628.267	621.914	

(a) Correspondem a quotas de fundo de investimento não exclusivo valorizadas pelo valor da quota informada por seu administrador Banco Itaú Unibanco S.A. na data de encerramento do balanço.

(b) Títulos públicos conforme demonstrado.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	514.319	594.240
Não circulante	155.390	27.674
	669.709	621.914

Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 01/01/2023	Aplicação	Resgates	Ajuste de mercado no PL	Rendimentos	Saldo em 31/12/2023
Mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	161	188.440	(140.801)	-	4.613	52.413
Títulos disponíveis para venda						
Títulos públicos	621.753	1.186.183	(1.260.540)	7.860	62.040	617.296
	621.914	1.374.623	(1.401.341)	7.860	66.653	669.709

	Saldo em 01/01/2022	Aplicação	Resgates	Ajuste de mercado no PL	Rendimentos	Saldo em 31/12/2022
Mensurados a valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	5.028	5.465	(10.728)	-	396	161
Títulos disponíveis para venda						
Títulos públicos	479.400	1.809.564	(1.719.756)	9.048	43.497	621.753
	484.428	1.815.029	(1.730.484)	9.048	43.893	621.914

Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. O valor de referência foi definido como se segue:

• **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
• **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
• **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2023 Nível 1	31/12/2023 Nível 2	31/12/2022 Nível 1	31/12/2022 Nível 2
Quotas de fundo de investimento de renda fixa	-	52.413	-	161
Títulos públicos	617.296	-	621.753	-
	617.296	52.413	621.753	161

9. Prêmios a receber

(i) Prêmios a receber por ramos de seguros

	31/12/2023	31/12/2022
Seguro Rural	35.876	77.134
RCFV – Ônibus	63.907	62.713
RC - Ônibus	49.626	43.609
Automóvel - R.C. Facultativa Veículos - RCFV	52.817	37.847
Marítimo - Casco	20.723	14.582
Cascos Aeronáuticos	14.188	12.730
Automóvel - Cascos	13.222	10.463
Transporte Internacional	8.824	9.058
DFI Imobiliário - Empresarial	12.815	8.611
Penhor Rural	8.903	8.093
Benfeitorias	10.694	7.979
APP - Acidentes pessoais	4.279	7.951
Riscos diversos	7.152	5.295
R. C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	10.873	3.576
R. C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	9.894	3.295
Transporte Nacional	3.577	3.219
Garantia setor publico	5.139	2.713
R C Facul Para Aeronave - RCF	1.456	1.259
RC Geral	1.933	1.187
Garantia setor privado	1.682	772
R.C. Hangar	289	382
Lucros Cessantes	634	345
Reta	335	214
Acidentes pessoais passageiros	118	63
R. C. Profissional	435	48
R.C. Administradores e Diretores - D&O	175	22
Riscos de Engenharia	1.989	19
Pessoas Individual - Acidentes Pessoais	23	15
Compreensivo Residencial	3	4
Cargo Marine Albatroz – RCA-C	43	-
	341.624	323.198

(ii) Aging de prêmios a receber

31/12/2023	Sem vencimento	De 1 a 60	De 61 a 120	De 121 a 180	De 181 a 365	Acima de 365	Total
A vencer							
Prêmios a receber	-	122.597	75.008	49.120	40.270	52	287.047
Vencidos							
Prêmios a receber	-	11.831	1.476	1.099	2.358	2.423	19.187
(-) Redução ao valor recuperável	-	-	(853)	(635)	(1.361)	(1.399)	(4.248)
Sem vencimento							
Prêmios de RVNE	39.416	-	-	-	-	-	39.416
Juros a apropriar	222	-	-	-	-	-	222
(=) Prêmios a receber circulante	39.638	77.852	98.365	61.358	61.943	2.468	341.624

31/12/2022	Sem vencimento	De 1 a 60	De 61 a 120	De 121 a 180	De 181 a 365	Acima de 365	Total
A vencer							
Prêmios a receber	-	167.388	65.745	40.448	32.524	1	306.106
Vencidos							
Prêmios a receber	-	6.616	1.536	784	1.464	360	10.760
(-) Redução ao valor recuperável	-	(10.860)	(4.199)	(2.573)	(2.121)	(23)	(19.776)
Sem vencimento							
Prêmios de RVNE	26.078	-	-	-	-	-	26.078
Juros a apropriar	30	-	-	-	-	-	30
(=) Prêmios a receber circulante	26.108	163.144	63.082	38.659	31.867	336	323.198

Segue abaixo movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	19.776	2.515
Constituição	10.716	17.454
Reversão	(26.244)	(193)
Saldo final	4.248	19.776

(iii) Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	323.197	191.377
(+) Prêmios emitidos	1.555.054	1.636.586
(-) Prêmios cancelados	(216.901)	(224.304)
(-) Redução ao valor recuperável	(15.528)	17.261
(+) Adicional de fracionamento	114	683
(+) IOF	16.790	31.223
RVNE	4.248	17.817
(-) Recebimentos	(1.325.350)	(1.347.445)
Saldo final	341.624	323.198

Os produtos da Essor Seguros são geralmente oferecidos com parcelamento médio de até 10 parcelas.

10. Operações com resseguradoras

Os ativos de resseguro abaixo referem-se a parcela de sinistro a recuperar junto ao ressegurador.

	31/12/2023	31/12/2022
Seguro Rural	59.700	189.056
Automóvel – Cascos	6.760	5.928
Automóvel - R.C. Facultativa Veículos - RCFV	35.455	5.834
R. C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	3.028	4.258
RCFV – Ônibus	4.880	2.749
RC – Ônibus	4.775	2.291
Benfeitorias	1.533	1.604
R. C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	15.556	1.118
Marítimo – Casco	1.947	1.069
DFI Imobiliário – Empresarial	2.288	954
TRANSPORTE NACIONAL	241	834
Penhor Rural	3.599	680
R.C. Hangar	21	-
Riscos de Engenharia	21	-
R.C GERAL ASAS	6	-
Seguro Garantia - Setor Publico	1.541	-
Cascos Aeronáuticos	2.754	511
Outros	3.761	425
	147.867	217.312
Aging de valores a receber	147.867	217.312
De 1 a 180 dias	142.738	134.831
De 181 a 365 dias	5.100	82.217
De 366 a 730 dias	2	182
Superior a 730 dias	27	82

Os montantes demonstrados vencidos há mais de 180 dias que não possuem provisão para perda, referem-se a saldos entre partes relacionadas onde entendemos que não há risco de crédito, bem como, a Seguradora recebeu de seus resseguradores valores a título de adiantamento para liquidação destes sinistros, observado na rubrica de operações com resseguradoras em débitos de operações com seguros e resseguros.

11. Ativos de resseguro - circulante e não circulante

Os ativos de resseguro referem-se aos prêmios e comissões de resseguros diferidos constituídos com base no valor dos prêmios cedidos em resseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, sinistros e despesas a recuperar com resseguradores pendentes de regulação e as provisões de IBNR e IBNeR de resseguros.

(i) Movimentação dos ativos de resseguros

	PPNG	PPNG (RVNE)	PPNG (excesso de danos)	PSL	PDR	IBNR	IBNeR	Comissão diferida RCD (*)	Total provisões técnicas
Saldo em 1º de janeiro de 2023	357.995	8.678	7.979	243.719	617	28.894	13.216	(74.726)	586.372
Constituições	252.164	203.884	8.244	-	30.799	76.342	80.109	59.613	711.155
Diferimento / reversões	(296.105)	(198.953)	(11.958)	-	(27.438)	(68.608)	(65.983)	(52.134)	(721.179)
Variação Cambial	(350)	-	-	-	-	-	-	71	(347)
Aviso de Sinistros	-	-	-	741.823	-	-	-	-	741.823
Atualização monetária	-	-	-	1.805	-	-	-	-	1.805
Pagamentos de sinistros	-	-	-	(666.812)	-	-	-	-	(666.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	313.704	13.609	4.265	320.535	3.978	36.628	27.342	(67.176)	652.885

	PPNG	PPNG (RVNE)	PPNG (excesso de danos)	PSL	PDR	IBNR	IBNeR	Comissão diferida RCD (*)	Total provisões técnicas
Saldo em 1° de janeiro de 2022	259.050	2.121	-	229.354	421	50.150	10.090	(67.560)	483.626
Constituições	431.988	174.096	12.900	-	5.101	100.667	315.272	80.988	1.121.012
Diferimento / reversões	(333.098)	(167.539)	(4.921)	-	(4.905)	(121.923)	(312.146)	(88.141)	(1.032.673)
Variação Cambial	55	-	-	(68)	-	-	-	(13)	42
Aviso de Sinistros	-	-	-	1.478.986	-	-	-	-	1.465.557
Atualização monetária	-	-	-	6.042	-	-	-	-	5.974
Pagamentos de sinistros	-	-	-	(1.470.595)	-	-	-	-	(1.457.166)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	357.995	8.678	7.979	243.719	617	28.894	13.216	(74.726)	586.372

Ramo	PPNG e PPNG RVNE	PPNG (ED)	RCD (*)	PSL	IBNR	IBNER	PDR (**)	31/12/2023
Imobiliário - Empresarial	15.711	-	(1.140)	37.960	530	(286)	747	53.522
Lucros Cessantes	791	-	(57)	-	27	-	39	800
Riscos de Engenharia	1.255	-	(440)	189	22	-	4	1.030
Riscos diversos	5.119	-	(640)	472	496	34	86	5.567
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	181	-	(14)	-	112	-	-	279
RG Geral	1.003	-	(105)	119	154	-	33	1.204
R. C. Profissional	442	-	(46)	-	276	-	-	672
APP - Acidentes pessoais	660	-	(244)	622	66	136	35	1.275
Automóvel - Cascos	13.064	-	(3.332)	5.229	551	539	131	16.182
Automóvel - R.C. Facultativa Veículos - RCFV	48.197	-	(11.533)	21.099	1.793	2.319	383	62.258
Transporte Nacional	1.590	1.064	(555)	1.470	131	229	187	4.119
Transporte Internacional	3.414	640	(1.191)	1.492	218	182	630	5.385
RC - Ônibus	6.036	-	(2.201)	20.284	352	4.420	189	29.080
RCFV – Ônibus	8.148	-	(2.979)	16.311	532	3.554	207	25.773
Resp. Civil do Transportador de Carga	-	43	-	-	-	-	-	43
em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	-	43	-	-	-	-	-	43
Resp. Civil do Transportador Ferroviário Carga – RCTF-C	-	-	-	-	-	-	-	-
Resp. Civil do Transp. Aéreo Carga - RCTA-C	-	43	-	-	-	-	-	43
R. C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	1.055	1.280	(364)	11.984	543	1.871	474	16.843
R. C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	1.011	1.067	(349)	2.371	217	370	263	4.950
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga – RCA-C	-	85	-	-	-	-	-	85
Garantia setor publico	1.069	-	(380)	-	32	-	1	722
Seguro Garantia Setor privado	209	-	(74)	-	14	4	-	153
Acidentes pessoais passageiros	3	-	(1)	6	12	-	-	20
Seguro Habitacional - Prestamista	-	-	-	21	-	-	-	21
Seguro Habitacional - Demais coberturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguro Rural	164.304	-	(32.802)	187.208	29.076	10.987	7	358.780
Benfeitorias	14.356	-	(2.193)	3.548	551	324	248	16.834
Penhor Rural	7.806	-	(2.091)	3.362	388	302	135	9.902
Acidentes Pessoais	1	-	-	-	-	-	-	1
Marítimo (casco)	9.096	-	(2.535)	1.785	183	320	114	8.963
R C Facul Para Aeronave - RCF	1.933	-	(162)	-	32	-	-	1.803
Aeronáutico (casco)	18.955	-	(1.589)	4.394	289	1.789	51	23.889
RC Hangar	312	-	(26)	103	6	42	-	437
Reta	1.589	-	(133)	506	25	206	14	2.207
	327.310	4.265	(67.176)	320.535	36.628	27.342	3.978	652.885

Ramo	PPNG e PPNG RVNE	PPNG (ED)	RCD (*)	PSL	IBNR	IBNER	PDR (**)	31/12/2022
Imobiliário - Empresarial	10.426	-	(799)	18.422	574	-	1	28.624
Lucros Cessantes	426	-	(33)	-	-	-	-	393
Riscos de Engenharia	6	8	(2)	-	-	-	-	12
Riscos diversos	3.278	134	(369)	268	148	-	6	3.465
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	66	-	(20)	-	9	-	-	55
RG Geral	822	-	(87)	306	16	-	-	1.057
R. C. Profissional	79	-	(24)	-	26	-	-	81
APP - Acidentes pessoais	1.050	242	(406)	1.035	150	-	22	2.093
Automóvel - Cascos	11.624	74	(2.904)	6.846	348	-	3	15.991
Automóvel - R.C. Facultativa Veículos - RCFV	37.288	-	(8.658)	11.785	661	-	1	41.077
Transporte Nacional	2.944	29	(772)	91	536	-	-	2.828
Transporte Internacional	7.382	72	(2.586)	859	334	-	6	6.067
RC - Ônibus	5.186	1.209	(2.003)	20.112	699	4.066	231	29.500
RCFV – Ônibus	7.780	1.572	(2.991)	16.474	816	1.877	203	25.731
Resp. Civil do Transportador de Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	-	1	-	-	-	-	-	1
Resp. Civil do Transportador Ferroviário Carga – RCTF	-	3	-	-	-	-	-	3
Resp. Civil do Transp. Aéreo Carga - RCTA-C	-	4	-	-	-	-	-	4
R. C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	1.379	17	(436)	1.116	747	-	26	2.849
R. C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	1.295	13	(408)	1.267	2.001	-	3	4.171
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga – RCA	-	4	-	-	-	-	-	4
Garantia setor publico	-	307	-	-	-	-	-	307
Seguro Garantia Setor privado	-	131	-	-	-	-	-	131
Seguro Rural	226.070	3.400	(44.465)	154.484	19.389	7.040	4	365.922
Benfeitorias	14.143	182	(2.048)	2.962	174	-	24	15.437
Penhor Rural	8.485	265	(2.137)	2.616	103	-	13	9.345
Marítimo (casco)	6.925	312	(1.669)	706	123	233	24	6.654
R C Facul Para Aeronave - RCF	1.731	-	(165)	-	178	-	-	1.744
Aeronáutico (casco)	16.786	-	(1.601)	3.878	1.703	-	39	20.805
RC Hangar	412	-	(39)	150	41	-	-	564
Reta	1.090	-	(104)	342	118	-	11	1.457
	366.673	7.979	(74.726)	243.719	28.894	13.216	617	586.372

(*) Receita de comissão diferida.
(**) Provisão de despesas relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	651.906	578.047
Não circulante	979	8.325
	652.885	586.372

essor essor.com.br /essorseguros /company/essor-seguros /essorseguros /essorseguros

essor Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

12. Títulos e créditos a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e créditos a receber	2.669	3.180
Créditos dos impostos a compensar no ano	41.286	2.306
Créditos Tributários e Previdenciários	2.383	5.021
Depósitos Judiciais	10.760	7.621
Adiantamentos diversos	926	129
Saldo no final do exercício	**58.024**	**18.257**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	44.880	5.615
Não circulante	13.144	12.642
	58.024	**18.257**

	Saldo em 01/01/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Créditos Tributários e Previdenciários	5.021	1.279	(3.917)	2.383
Depósitos Judiciais	**7.621**	**3.139**	**-**	**10.760**
	12.642	**4.418**	**(3.917)**	**13.143**

	Saldo em 01/01/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Créditos Tributários e Previdenciários	7.760	10.000	(8.572)	9.188
Depósitos Judiciais	4.064	3.558	(4.167)	3.455
	11.824	**13.558**	**(12.739)**	**12.642**

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2023. Com base nestas projeções, a Seguradora possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	31/12/2023
	743
Total	**743**

A Seguradora com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de suas diferenças temporárias.

13. Custos de aquisição diferidos

O prazo para o diferimento do custo de aquisição acompanha o prazo de vigência da apólice emitida que é geralmente de 12 meses, sendo demonstrado em sua composição comissão de seguros, comissão de seguros RVNE e custo de aquisição para os ramos rural e transporte.

	31/12/2023	31/12/2022
Imobiliário demais coberturas	-	9
Imobiliário - Empresarial	3.839	2.283
Lucros Cessantes	224	102
Riscos de Engenharia	916	37
Riscos diversos	4.358	3.090
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	43	16
RG Geral	449	341
R. C. Profissional	116	20
APP - Acidentes pessoais	1.557	2.098
Automóvel - Cascos	3.352	2.861
Automóvel - R.C. Facultativa Veículos - RCFV	11.880	6.756
Transporte Nacional	628	676
Transporte Internacional	1.947	1.843
RC - Ônibus	14.822	13.600
RCFV – Ônibus	20.301	19.856
dResp. Civil do Transp. Aéreo Carga - RCTA-C	1.076	-
R. C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	1.056	346
R. C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	-	327
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga – RCA-C	13.937	-
Garantia setor publico	2.303	7.332
Seguro Garantia Setor privado	19	1.344
Acidentes pessoais passageiros	-	7
Seguro Rural	13.846	35.760
Benfeitorias	4.253	3.768
Penhor Rural	4.755	4.669
Acidentes Pessoais	3	2
Marítimo (casco)	5.497	4.548
R C Facul Para Aeronave - RCF	272	203
Aeronáutico (casco)	2.342	1.671
RC Hangar	29	44
Reta	314	183
	114.134	**113.792**

Abaixo demonstramos a movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	113.792	89.251
Constituição	257.226	258.614
Diferimento/cancelamento	(256.884)	(234.073)
Saldo no final do exercício	**114.134**	**113.792**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	104.361	107.524
Não circulante	9.773	6.268
	114.134	**113.792**

14. Outros valores e bens

O saldo de outros valores e bens em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 corresponde principalmente à operação de salvados.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	3.352	425
Constituição	25.529	6.352
Reversão/Venda	(9.348)	(3.425)
Saldo final	**19.533**	**3.352**

15. Arrendamento

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso	**8.186**	**2.824**
Depreciação acumulada	**(4.224)**	**(1.113)**
	3.962	**1.711**

Passivo de arrendamento	31/12/2023	31/12/2022
Passivo sobre direito de uso	**4.480**	**2.456**
Juros sobre arrendamento a incorrer	**(12)**	**(476)**
	4.468	**1.980**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	6.017	2.846
Não circulante	2.413	845
	8.430	**3.691**

16. Impostos, encargos sociais e trabalhistas a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
IOF	23.065	16.939
Encargos trabalhistas	4.403	1.359
Contribuições previdenciárias	1.729	1.231
Demais impostos	6.236	4.060
	35.433	**23.589**

17. Impostos e contribuições	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	5.995	608
COFINS	1.246	946
PIS	218	154
	7.464	**1.708**

(i) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social: O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	100.956	100.956	60.079	60.079
Alíquota nominal	25%	15%	25%	16%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(25.239)	(15.143)	(15.020)	(9.613)
Outras diferenças permanentes e temporárias	(1.477)	(944)	(2.529)	(1.480)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(26.716)	(16.087)	(17.549)	(11.093)
Imposto de renda e contribuição social diferido	743	460	526	230
Total do imposto	(25.973)	(15.627)	(17.023)	(11.284)
Alíquota efetiva	28%	18%	28%	18%

18. Débitos de operações com seguros e resseguros

(i) Operações com resseguradoras

Ramo	Prêmios de resseguro	Excesso de danos	Prêmios de resseguro RVNE	Comissões de resseguro	Ressarcimento sinistro	31/12/2023
Imobiliário demais coberturas	(15)	-	-	13	-	(2)
Imobiliário - Empresarial	13.349	14	1.654	(1.007)	18	14.028
Lucros Cessantes	716	-	83	(57)	-	742
Riscos de Engenharia	1.507	-	-	(541)	-	966
Riscos diversos	4.337	42	-	(334)	-	4.045
RG Geral	988	7	73	(203)	-	865
APP - Acidentes pessoais	1.380	185	17	(1.487)	3	98
Automóvel - Cascos	21.657	(155)	800	(5.708)	4.147	20.741
Automóvel - R.C. Facultativa	81.863	-	3.420	(19.755)	4.279	69.807
Transporte Nacional	5.376	1.280	-	(2.662)	20	4.014
Transporte Internacional	11.994	768	-	(3.658)	69	9.173
RC - Ônibus	13.224	1.905	903	(7.641)	113	8.504
RCFV – Ônibus	16.825	2.067	289	(10.993)	206	8.394
Outros	42.766	3.119	-	(11.105)	10.131	44.911
Seguro Rural	298.083	(750)	10.828	(67.902)	116	240.375
Benfeitorias	10.322	5	189	(2.953)	25	7.588
Penhor Rural	5.716	(12)	(24)	(2.990)	-	2.690
Marítimo (casco)	11.514	903	1.458	(4.153)	-	9.722
R C Facul Para Aeronave - RCF	644	-	161	(61)	-	744
Aeronáutico (casco)	45.261	-	1.558	(774)	-	46.045
RC Hangar	268	-	25	(53)	-	240
Reta	746	-	138	(73)	-	811
	588.521	**9.378**	**21.572**	**(144.097)**	**19.127**	**494.501**

Ramo	Prêmios de resseguro	Excesso de danos	Prêmios de resseguro RVNE	Comissões de resseguro	Ressarcimento sinistro	31/12/2022
Imobiliário demais coberturas	(15)	-	-	13	-	(2)
Imobiliário – Empresarial	7.881	14	488	(569)	18	7.832
Lucros Cessantes	328	-	20	(26)	-	322
Riscos de Engenharia	8	8	-	(3)	-	13
Riscos diversos	2.636	176	-	33	-	2.845
R.G. Geral	320	7	16	(40)	-	303
APP – Acidentes pessoais	1.386	427	11	(1.203)	-	622
Automóvel – Cascos	17.072	(81)	615	(4.139)	1.816	15.283
Automóvel – R.C. Facultativa	46.285	-	2.146	(11.353)	993	38.071
Transporte Nacional	5.631	29	1.163	(1.763)	-	5.061
Transporte Internacional	12.354	72	2.255	(4.861)	9	9.829
R.C. – Ônibus	9.600	3.114	726	(4.730)	659	9.369
R.C.F.V. – Ônibus	12.355	3.639	122	(5.829)	130	10.418
Outros	11.022	528	704	(3.975)	77	8.356
Seguro Rural	569.264	2.650	2.641	(69.773)	109	504.891
Benfeitorias	5.661	187	351	(1.785)	1	4.414
Penhor Rural	6.273	253	234	(1.847)	-	4.913
Marítimo (casco)	6.264	1.215	1.488	(2.291)	-	6.676
R. C. Facultativa Para Aeronave – R.C.F.	335	-	90	(45)	-	380
Aeronáutico (casco)	13.147	-	860	(1.376)	-	12.632
RC Hangar	234	-	21	(53)	-	201
Reta	237	-	59	(24)	-	273
	728.278	**12.238**	**14.010**	**(115.639)**	**3.812**	**642.702**

(ii) Corretores de seguros e resseguros e comissões e juros sobre prêmios emitidos

Ramo	31/12/2023	31/12/2022
Penhor Rural	566	1.693
Seguro Rural	1.469	8.460
R.C. Hangar	(169)	(160)
Riscos de Engenharia	442	46
Riscos diversos	673	480
Imobiliário - Empresarial	787	743
Benfeitorias	1.700	1.040
Imobiliário demais coberturas	2	4
Automóvel - R.C. Facultativa Veículos - RCFV	32.892	11.462
Transporte Nacional	814	278
Automóvel – Cascos	(23.927)	(3.470)
Seguro Habitacional – Prestamista	(143)	(203)
Transporte Internacional	1.992	1.570
R. C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	3.411	612
R. C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	2.829	565
Garantia setor publico	1.597	821
Seguro Garantia Setor privado	500	258
Acidentes pessoais passageiros	458	143

Ramo	31/12/2023	31/12/2022
Lucros Cessantes	870	485
APP - Acidentes pessoais	27.859	24.978
Seguro Habitacional - Demais coberturas	(270)	(269)
Aeronáutico (casco)	741	846
RC – Ônibus	5.936	6.400
RCFV – Ônibus	(8.066)	(3.748)
R C Facul Para Aeronave - RCF	1.097	598
Marítimo	2.888	3.007
RG Geral	951	939
Reta	118	23
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga – RCA-C	12	-
R. C. Profissional	81	5
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	33	5
Acidentes Pessoais	(91)	2
	58.052	**57.613**

19. Depósitos de terceiros

(i) Discriminação de depósito de terceiros

	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança antecipada de prêmios	**6.980**	**8.778**
Prêmios e emolumentos	**1.357**	**2.802**
	8.337	**11.580**

(ii) Aging depósitos de terceiros

31/12/2023	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	1.331	359	427	813	4.050	-	6.980
Prêmios e emolumentos	373	528	456	-	-	-	1.357
	1.704	**887**	**883**	**813**	**4.050**	**-**	**8.337**

31/12/2022	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	2.104	62	1.233	2.631	1.209	840	8.079
Prêmios e emolumentos	37	445	524	1.609	872	14	3.501
	2.141	**507**	**1.757**	**4.240**	**2.081**	**854**	**11.580**

20. Provisões técnicas - seguros

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	546.836	542.808
Provisão de prêmios não ganhos RVNE (PPNG RVNE)	22.576	17.963
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)	51.278	29.761
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	50.535	45.119
Provisão de sinistros a liquidar Administrativo (PSL)	377.311	269.366
Provisão de sinistros a liquidar Judicial (PSLJ)	64.057	70.821
Provisão despesas relacionadas (PDR)	8.502	2.414
Provisão de Excedente Técnico (PET)	3.900	2.202
	1.124.995	**980.454**

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.068.094	963.243
Não circulante	56.901	17.211
	1.124.995	**980.454**

(a) Movimentação das provisões técnicas

	PPNG	PPNG (RVNE)	PSL	IBNR	PDR	IBNeR	PET	Total provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**542.808**	**17.963**	**340.187**	**45.119**	**2.414**	**29.761**	**2.202**	**980.454**
Constituições	1.050.406	158.912	-	150.529	85.866	124.602	49.870	1.620.185
Diferimentos	(1.046.380)	(154.928)	-	(145.113)	(79.778)	(103.084)	(48.173)	(1.577.456)
Aviso de sinistros	-	-	940.291	-	-	-	-	940.291
(+/-) Atualização monetária	-	-	3.934	-	-	-	-	3.934
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(842.413)	-	-	-	-	(842.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**546.836**	**21.947**	**441.999**	**50.535**	**8.502**	**51.279**	**3.899**	**1.124.995**

	PPNG	PPNG (RVNE)	PSL	IBNR	PDR	IBNeR	PET	Total provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2021	402.293	6.462	314.488	60.661	5.193	26.990	-	816.087
Constituições	1.362.982	17.816	-	105.428	13.585	189.390	2.202	1.691.403
Diferimentos	(1.222.467)	(6.315)	-	(120.970)	(16.364)	(186.619)	-	(1.552.735)
Aviso de sinistros	-	-	1.622.554	-	-	-	-	1.622.554
(+/-) Atualização monetária	-	-	13.319	-	-	-	-	13.319
(-) Pagamento de sinistros	-	-	(1.610.174)	-	-	-	-	(1.610.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**542.808**	**17.963**	**340.187**	**45.119**	**2.414**	**29.761**	**2.202**	**980.454**

(i) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstrava a variação da provisão no decorrer dos anos. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros Incorridos - Bruto de Resseguro

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	31.486	106.397	137.493	113.823	107.676	207.386	188.437	328.138	775.660	1.241.260	835.572
1 ano após a ocorrência	33.509	117.746	140.609	118.601	110.836	210.772	203.885	334.330	986.107	1.264.026	-
2 anos após a ocorrência	33.704	117.770	140.649	118.762	110.988	210.843	203.992	334.372	986.225	-	-
3 anos após a ocorrência	33.704	117.824	140.655	118.854	111.019	210.895	203.996	334.405	-	-	-
4 anos após a ocorrência	33.704	117.828	140.730	118.854	111.042	210.935	204.039	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	118.854	111.042	210.935	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	118.854	111.052	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	118.858	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	33.704	117.838	140.730	118.858	111.052	210.935	204.039	334.405	986.225	1.264.026	835.572
Pagamentos efetuados [b]	33.704	117.838	140.730	118.628	110.830	210.872	203.468	333.343	976.816	1.227.968	536.862
Atualização monetária [c]	-	-	-	-	-	-	-	7	-	48	820
Sinistros pendentes [d] = [a] - [b] + [c]	-	-	-	230	221	62	572	1.069	9.409	36.106	299.530
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	293	8.625	13.318	14.104	25.419	14.972	17.139	9.410	11.787	11.302	4.786
1 ano após a ocorrência	293	8.985	15.606	15.510	27.637	16.672	18.308	10.689	12.969	14.064	-
2 anos após a ocorrência	299	9.284	15.904	15.789	28.373	17.351	19.163	11.242	13.468	-	-
3 anos após a ocorrência	299	9.415	15.999	15.931	29.342	17.815	19.603	11.342	-	-	-
4 anos após a ocorrência	299	9.451	16.102	16.058	29.720	18.026	19.667	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	299	9.526	16.109	16.078	29.903	18.047	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	299	9.609	16.123	16.750	29.917	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	299	9.609	16.147	16.750	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	299	9.609	16.171	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	299	9.609	16.171	16.750	29.917	18.047	19.667	11.342	13.468	14.064	4.786
Pagamentos efetuados [b]	265	8.056	14.103	12.927	19.764	10.412	10.028	4.120	5.000	3.194	867
Atualização monetária [c]30	1.502	2.215	2.114	6.760	5.164	4.954	2.280	1.840	1.589	210	
Sinistros pendentes [d] = [a] - [b] + [c]	64	3.054	4.283	5.938	16.913	12.798	14.593	9.502	10.307	12.459	4.129
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	31.779	115.023	150.811	127.927	133.095	222.358	205.577	337.549	787.447	1.252.561	840.358
1 ano após a ocorrência	33.802	126.731	156.215	134.110	138.473	227.444	222.192	345.019	999.076	1.278.089	-
2 anos após a ocorrência	34.003	127.054	156.553	134.550	139.361	228.193	223.155	345.614	999.692	-	-
3 anos após a ocorrência	34.003	127.239	156.654	134.786	140.361	228.710	223.599	345.747	-	-	-
4 anos após a ocorrência	34.003	127.280	156.831	134.912	140.761	228.961	223.706	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	34.003	127.363	156.838	134.932	140.945	228.982	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	34.003	127.446	156.852	135.604	140.968	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	34.003	127.446	156.876	135.608	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	34.003	127.446	156.900	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	34.003	127.446	156.900	135.608	140.968	228.982	223.706	345.747	999.692	1.278.089	840.358
Pagamentos efetuados [b]	33.970	125.894	154.832	131.555	130.594	221.285	213.496	337.463	981.816	1.231.162	537.729
Atualização monetária [c]	30	1.502	2.215	2.114	6.760	5.164	4.954	2.288	1.840	1.637	1.030
Sinistros pendentes [d] = [a] - [b] + [c]	64	3.054	4.283	6.168	17.134	12.861	15.165	10.571	19.716	48.565	303.659
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros.Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 462/2013.

Sinistros Incorridos - Líquidos de Resseguro

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	185	6.386	11.672	1 5.561	27.228	24.999	41.856	41.139	120.401	181.648	160.603
1 ano após a ocorrência	620	7.203	12.301	17.047	28.252	26.209	43.739	42.491	143.149	191.446	-
2 anos após a ocorrência	796	7.221	12.321	16.917	28.328	26.244	43.802	42.518	143.249	-	-
3 anos após a ocorrência	796	7.248	12.324	16.963	28.344	26.270	43.804	42.543	-	-	-
4 anos após a ocorrência	796	7.250	12.361	16.963	28.355	26.290	43.831	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	796	7.255	12.361	16.963	28.355	26.290	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	796	7.255	12.361	16.963	28.360	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	796	7.255	12.361	16.965	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	796	7.255	12.361	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	796	7.255	12.361	16.965	28.360	26.290	43.831	42.543	143.249	191.446	160.603
Pagamentos efetuados [b]	796	7.255	12.361	16.850	28.249	26.259	43.649	42.371	140.931	182.978	105.443
Atualização monetária [c]	-	-	-	-	-	-	-	6	-	2	(28)
Sinistros pendentes [d] = [a] - [b] + [c]	-	-	-	115	111	31	182	178	2.318	8.470	55.132
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	-	4.245	4.527	5.561	12.065	6.859	9.552	7.008	8.260	8.011	3.574
1 ano após a ocorrência	-	4.330	4.690	6.285	13.179	7.724	10.212	7.646	9.237	9.781	-
2 anos após a ocorrência	-	4.369	4.858	6.434	13.559	8.075	10.530	8.036	9.389	-	-
3 anos após a ocorrência	-	4.434	4.910	6.504	14.043	8.288	10.825	8.101	-	-	-
4 anos após a ocorrência	-	4.451	4.961	6.556	14.219	8.390	10.852	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	-	4.493	4.965	6.566	14.322	8.173	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	-	4.535	4.967	6.902	4.329	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	-	4.535	4.979	6.902	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	-	4.535	5.001	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	-	4.535	5.001	6.902	14.329	8.173	10.852	8.101	9.389	9.781	3.574
Pagamentos efetuados [b]	-	3.677	4.901	5.045	9.322	4.681	5.521	2.755	3.361	2.032	611
Atualização monetária [c]	-	755	896	1.057	3.338	2.298	2.624	1.711	1.336	1.134	165
Sinistros pendentes [d] = [a] - [b] + [c]	-	1.612	996	2.914	8.345	5.790	7.955	7.056	7.364	8.883	3.129
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

essor Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	185	10.631	16.198	21.122	39.293	31.858	51.407	48.147	128.661	189.659	164.177
1 ano após a ocorrência	620	11.533	16.991	23.332	41.431	33.933	53.952	50.137	152.385	201.227	-
2 anos após a ocorrência	796	11.590	17.179	23.351	41.888	34.319	54.333	50.554	152.638	-	-
3 anos após a ocorrência	796	11.682	17.233	23.467	42.387	34.558	54.630	50.643	-	-	-
4 anos após a ocorrência	796	11.701	17.322	23.519	42.574	34.680	54.683	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	796	11.748	17.326	23.529	42.677	34.463	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	796	11.790	17.328	23.865	42.689	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	796	11.790	17.340	23.867	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	796	11.790	17.362	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	796	11.790	17.362	23.867	42.689	34.463	54.683	50.643	152.638	201.227	164.177
Pagamentos efetuados [b]	796	10.932	17.262	21.894	37.571	30.940	49.170	45.127	144.292	185.010	106.055
Atualização monetária [c]	-	755	896	1.057	3.338	2.298	2.624	1.717	1.336	1.136	138
Sinistros pendentes [d] = [a] - [b] + [c]	-	1.612	996	3.029	8.456	5.821	8.137	7.234	9.682	17.353	58.260
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros. Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 462/2013.

Sinistros Pagos - Brutos de Resseguro

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	31.486	106.397	137.493	113.596	107.455	207.324	187.928	327.100	766.906	1.207.685	536.862
1 ano após a ocorrência	33.509	117.746	140.609	118.374	110.615	210.710	203.336	333.275	976.754	1.227.968	-
2 anos após a ocorrência	33.704	117.770	140.649	118.535	110.767	210.780	203.442	333.316	976.816	-	-
3 anos após a ocorrência	33.704	117.824	140.655	118.628	110.798	210.832	203.445	333.343	-	-	-
4 anos após a ocorrência	33.704	117.828	140.730	118.628	110.820	210.872	203.468	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	118.628	110.820	210.872	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	118.628	110.830	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	118.628	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	33.704	117.838	140.730	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	33.704	117.838	140.730	118.628	110.830	210.872	203.468	333.343	976.816	1.227.968	536.862

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	260	7.277	11.635	10.803	17.058	8.897	8.988	3.161	4.713	2.360	867
1 ano após a ocorrência	260	7.545	13.660	11.875	18.265	9.789	9.647	3.966	4.888	3.194	-
2 anos após a ocorrência	265	7.844	13.892	12.057	18.647	10.085	9.969	4.020	5.000	-	-
3 anos após a ocorrência	265	7.975	13.964	12.144	19.460	10.311	10.017	4.120	-	-	-
4 anos após a ocorrência	265	7.997	14.058	12.237	19.712	10.412	10.028	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	265	8.056	14.065	12.257	19.764	10.412	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	2 65	8.056	14.079	12.927	19.764	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	265	8.056	14.103	12.927	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	265	8.056	14.103	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	265	8.056	14.103	12.927	19.764	10.412	10.028	4.120	5.000	3.194	867

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	31.746	113.674	149.128	124.400	124.513	216.221	196.916	330.261	771.619	1.210.045	537.729
1 ano após a ocorrência	33.769	125.291	154.268	130.249	128.880	220.499	212.983	337.241	981.642	1.231.162	-
2 anos após a ocorrência	33.970	125.614	154.541	130.592	129.414	220.865	213.411	337.337	981.816	-	-
3 anos após a ocorrência	33.970	125.799	154.619	130.772	130.258	221.143	213.462	337.463	-	-	-
4 anos após a ocorrência	33.970	125.825	154.788	130.865	130.532	221.285	213.496	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	33.970	125.894	154.795	130.885	130.584	221.285	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	33.970	125.894	154.809	131.555	130.594	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	33.970	125.894	154.832	131.555	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	33.970	125.894	154.832	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	33.970	125.894	154.832	131.555	130.594	221.285	213.496	337.463	981.816	1.231.162	537.729

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros.

Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 462/2013.

Sinistros pagos - líquidos de resseguro

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	-	3.398	4.519	3.990	7.969	3.923	4.936	2.362	3.116	1.648	611
1 ano após a ocorrência	-	3.532	4.677	4.516	8.572	4.370	5.292	2.646	3.266	2.032	-
2 anos após a ocorrência	-	3.571	4.796	4.609	8.763	4.517	5.485	2.690	3.361	-	-
3 anos após a ocorrência	-	3.636	4.832	4.653	9.170	4.631	5.514	2.755	-	-	-
4 anos após a ocorrência	-	3.647	4.879	4.700	9.295	4.681	5.521	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	-	3.677	4.882	4.710	9.322	4.681	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	-	3.677	4.889	5.045	9.322	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	-	3.677	4.901	5.045	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	-	3.677	4.901	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	-	3.677	4.901	5.045	9.322	4.681	5.521	2.755	3.361	2.032	611

DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
No ano da ocorrência	185	9.784	16.191	19.439	35.086	28.891	46.624	43.339	121.380	176.594	106.055
1 ano após a ocorrência	620	10.735	16.978	21.450	36.714	30.547	48.863	44.969	144.145	185.010	-
2 anos após a ocorrência	796	10.792	17.117	21.413	36.980	30.730	49.118	45.041	144.292	-	-
3 anos após a ocorrência	796	10.884	17.156	21.503	37.403	30.870	49.148	45.127	-	-	-
4 anos após a ocorrência	796	10.898	17.240	21.549	37.540	30.940	49.170	-	-	-	-
5 anos após a ocorrência	796	10.932	17.243	21.559	37.566	30.940	-	-	-	-	-
6 anos após a ocorrência	796	10.932	17.250	21.894	37.571	-	-	-	-	-	-
7 anos após a ocorrência	796	10.932	17.262	21.894	-	-	-	-	-	-	-
8 anos após a ocorrência	796	10.932	17.262	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa na data base (2023) [a]	796	10.932	17.262	21.894	37.571	30.940	49.170	45.127	144.292	185.010	106.055

Informamos que os valores constantes no quadro de desenvolvimento consideram, além de eventuais reavaliações de estimativa e recusas, a atualização monetária acumulada dos sinistros.

Ressaltamos, ainda, que a Companhia complementa a PSL/PBaR, por meio de ajuste de IBNER, de forma que os valores constituídos representem a melhor estimativa dos valores de sinistro a serem pagos, conforme determina a Circular SUSEP 462/2013.

21. Garantia das provisões técnicas

Os valores contábeis das aplicações vinculadas a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas de Seguros		
PPNG - Riscos vigentes já emitidos	(546.836)	(542.808)
PPNG – RVNE	(22.576)	(17.963)
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	(441.368)	(340.187)
Provisão despesas relacionadas (PDR)	(8.502)	(2.414)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	(50.535)	(45.119)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)	(51.279)	(29.761)
Provisão de Excedentes Técnicos (PET)	(3.899)	(2.201)
Total das provisões técnicas (A)	**(1.124.995)**	**(980.453)**
Direitos creditórios (B)	**257.613**	**276.989**
Provisões técnicas de resseguros		
PPNG - Riscos vigentes já emitidos (*)	48.004	115.829
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	320.535	243.719
IBNR	36.628	28.894
IBNeR	27.342	13.216
PDR	3.978	617
Total das provisões de resseguro (C)	**436.486**	**402.275**
Outros bens oferecidos em garantia		
Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas	669.709	621.914
Total de outros bens oferecidos em garantia (D)	669.709	621.914
Cobertura excedente (A+B+C+D)	**238.942**	**320.725**

(*) PPNG redutora da necessidade do ativo garantidor.

22. Provisões judiciais

Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora possui processos e depósitos judiciais referentes a causas cíveis originadas, por questionamentos quanto aos valores e às recusas técnicas de indenizações de sinistros de seguros de transportes e seguro habitacional.

A premissa para classificação dos depósitos e das provisões judiciais cíveis entre passivo circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da Administração em relação aos prazos para finalização dos processos nos tribunais.

(a) Movimentação das provisões cíveis relacionadas a sinistros – PSL Judicial

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos / Baixas	Reavaliação	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	70.821	23.884	(22.924)	18.933	3.326	94.040
Total	70.821	23.884	(22.924)	18.933	3.326	94.040

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos / Baixas	Reavaliação	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Cíveis	50.562	8.657	(17.062)	15.516	13.148	70.821
Total	50.562	8.657	(17.062)	15.516	13.148	70.821

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco de perda

	31/12/2023			31/12/2022		
Cíveis	Valor estimado	Valor contabilizado	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado	Quantidade
Provável	43.846	43.846	1.036	**47.763**	**47.763**	**812**
Possível	123.434	43.202	885	**65.894**	**23.063**	**848**
Remota	70.985	6.992	1.779	**67.254**	**-**	**1.662**
	238.265	**94.040**	**3.700**	**180.911**	**70.826**	**3.322**

A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações ajuizadas pela Seguradora é realizada exclusivamente pelos advogados que patrocinam as causas, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora é parte de 1 processo administrativo envolvendo questões trabalhistas. Esse processo apresenta possibilidade de perda avaliada como possível.

23. Patrimônio líquido

(i) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 seguem representados por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Acionistas domiciliados no país	62.683.894	100	42.458.516	99,99
Acionistas domiciliados no exterior	-	-	2	0,01
	62.683.894	100,00	42.458.518	100,00

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R$20.525, sem emissões de novas ações, elevando-se o capital social de R$66.841 para R$87.367, mediante a emissão de 20.525.376 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

(ii) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ganhos e perdas não realizados com títulos classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

(iii) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Seguradora, após absorção dos prejuízos acumulados, e o restante é destinado para reserva estatutária conforme previsto no Estatuto Social da Seguradora.

(iv) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Seguradora estabelece um dividendo mínimo de 5%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo no 202 da Lei no 6.404/76.

(v) Dividendos pagos

Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva de lucros ultrapassou o valor do capital social da seguradora. Em respeito ao Art. 199 da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/2017, a Assembleia de acionistas conforme mencionado no item a desta nota, o aumento de capital social.

24. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

(i) Prêmios ganhos

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios emitidos líquidos	1.286.629	1.380.798
Variação da PPNG	(4.077)	(139.566)
Variação da PPNG RVNE	(3.984)	(11.501)
	1.278.568	**1.229.731**

(ii) Sinistros ocorridos

	31/12/2023	31/12/2022
Sinistros ocorridos indenização avisadas	(902.901)	(1.610.110)
Despesas com sinistros	(39.650)	(13.585)
Variação de IBNR	(5.416)	15.542
Variação de IBNER	(21.518)	(2.771)
Variação da PDR	(5.082)	2.915
Outros	27.501	7.849
	(947.066)	**(1.600.160)**

(iii) Custo de aquisição

	31/12/2023	31/12/2022
Comissão sobre prêmios emitidos	(280.022)	(294.777)
Variação dos custos de aquisição diferidos	342	24.542
	(279.680)	**(270.235)**

(iv) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais	11	118
Redução ao valor recuperável	15.528	(17.261)
Provisões cíveis	(4.933)	(3.120)
Outras despesas	(1.601)	(6.716)
	9.005	**(26.979)**

(v) Resultado com operações de resseguros

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com resseguro		
Recuperação de sinistro	741.823	1.478.986
PDR	3.361	196
IBNR	7.733	(21.256)
IBNER	14.126	3.126
	766.614	**1.461.052**
Despesas com resseguro		
Prêmios de resseguro cedido	(631.743)	(797.629)
Prêmios de resseguro RVNE	(7.733)	(10.394)
Variações das receitas de comercialização diferidas	7.479	(7.153)
Variação das PPNG de resseguro	(42.724)	113.426
Salvados	(18.866)	(4.083)
	(693.587)	(705.833)
Outras operações com Resseguro	(26.022)	(834)
	47.434	**754.385**

(vi) Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal próprio	(33.302)	(30.097)
Despesas com serviços de terceiros	(10.015)	(9.031)
Despesas com localização e funcionamento	(4.153)	(3.986)
Despesas com publicidade e propaganda	(170)	(488)
Despesas com donativos e contribuições	(161)	(80)
Outras despesas administrativas	(126)	(265)
	(47.927)	**(43.947)**

(vii) Despesas com tributos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos municipais e federais	(123)	(76)
PIS	(2.548)	(1.921)
COFINS	(15.532)	(11.824)
Taxa de fiscalização	(2.321)	(1.723)
Contribuição sindical	(573)	(139)
Outros tributos	(24)	(40)
	(21.121)	**(15.723)**

(viii) Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Com títulos mensurados a valor justo por meio de resultado	65.752	43.893
Com títulos disponíveis para venda	3.713	1.485
Outras receitas financeiras	1.737	5.974
Atualização monetária de sinistros de resseguro	10	230
	71.212	**51.352**
Despesas financeiras		
Com operação de Seguros	(3.865)	(5.821)
Atualização monetária de sinistros diretos	(3.934)	(13.319)
	(7.799)	**(19.140)**
Resultado Financeiro	**63.413**	**32.212**

25. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e posteriores alterações, o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras será equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) pode ser assim demonstrado:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	**202.151**	**153.296**
Despesas antecipadas	**(163)**	**(155)**
Ativos Intangível	**(1181)**	**(477)**
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	**(6.758)**	**(8.025)**
PLA – Nível I (*)	**191.664**	**139.618**
PLA – Nível II	**3.638**	
PLA – Nível III	**2.384**	**5.021**
Subtotal PLA – nível	**197.686**	**144.639**
Limitador CMR - PLA nível I	**49.645**	**46.065**
Limitador CMR - PLA nível II	**14.894**	**13.820**
Limitador CMR - PLA nível III	**49.645**	**46.065**
1. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3	**-**	
2. PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3	**197.686**	**144.639**
Capital base - CB (1)	**15.000**	**8.100**
Capital de risco operacional	**8.563**	**10.700**
Capital risco de subscrição	**80.102**	**72.693**
Capital risco de crédito	**14.908**	**13.524**
Capital de risco de mercado	**7.279**	**3.878**
Correlação entre os riscos	**11.562**	**8.655**
Capital mínimo requerido	**99.291**	**92.140**
Suficiência de capital	**98.395**	**52.499**
Suficiência de capital	**99%**	**57%**
Índice de solvência	**199%**	**157%**

(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP 432.

26. Partes relacionadas

O saldo de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 corresponde principalmente aos direitos e obrigações oriundos do contrato de resseguro firmado com a Scor Brasil Resseguros S.A. As condições dessas transações são determinadas em contrato.

	Scor			
	Ativo		Receitas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Scor Reinsurance Company	**808**	**617**	**303**	**150**
Scor Global Life	**-**	**-**	**-**	**-**
Scor Global P&C SE	**-**	**2.256**	**-**	**-**
Scor Brasil S.A.	**462.026**	**607.456**	**602.972**	**1.356.449**
	462.834	**610.329**	**603.275**	**1.356.599**

	Scor			
	Passivo		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Scor Reinsurance Company	-	-	-	-
Scor Global Life	-	-	-	-
Scor Global P&C SE	-	-	-	(1.197)
Scor Brasil S.A.	(243.873)	(397.717)	(537.413)	(664.781)
	(243.873)	**(397.717)**	**(537.413)**	**(665.978)**

Abaixo demonstramos os saldos decorrentes da operação de seguros rural (junto a AgroBrasil) e valores a liquidar de dividendos a nossa controladora (M&S Brazil Participações).

	Outras Partes Relacionadas			
	Passivo		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
M&S Brazil Participações Ltda.	(27.027)	(3.691)	-	-
	(27.027)	(3.691)	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Foram pagas as seguintes remunerações, as quais foram registradas como despesas administrativas:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	**8.634**	**6.971**

27. Ramos de atuação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e o índice de comissionamento sobre o prêmio emitido líquido estão assim demonstrados:

		Índices - %	
31 de dezembro de 2023	**Prêmios Ganhos**	**Sinistralidade**	**Comissionamento (sobre prêmio emitido líquido)**
Automóvel – Casco	34.144	**45**	**18**
Transportes – RCO	128.566	**51**	**30**
Responsabilidade civil - RCO	85.173	**65**	**30**
APP - Acidentes pessoais	15.947	**16**	**25**
Imobiliário demais cobertura	25.981	**111**	**44**
Seguro Rural	567.017	**95**	**18**
Garantia Segurado - Setor Privado	6.979	**90**	**38**
Riscos Diversos - Decenal	26.010	**49**	**25**
Lucros Cessantes	1.342	**12**	**20**
R.C. Geral	12.380	**11**	**28**
Benfeitorias	41.191	**46**	**19**
Penhor Rural	40.462	**65**	**23**
Marítimos	46.843	**48**	**20**
Aeronáuticos RETA	33.677	**34**	**10**
Aeronáuticos Casco	735	**9**	**11**
Aeronáuticos - RC Hangar	2.624	**49**	**15**
Transportes Internacionais	16.532	**55**	**44**
Garantia - Público	16.469	**78**	**38**
Riscos de Engenharia	1.684	**45**	**22**
Aeronáuticos RCF	3.737	**645**	**11**
Transporte Nacional	9.664	**31**	**33**
RCTransporte Rodoviário de Carga	45.718	**69**	**34**
RC Transporte Desvio de Carga	20.207	**38**	**33**
RC Transporte Aquaviário de Carga	28	**-**	**32**
RCFV - Caminhões	93.595	**81**	**17**
Acidentes Pessoais	1.170	**56**	**55**
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	198	**55**	**22**
E&O	495	**55**	**22**
Total	**1.278.568**		

		Índices - %	
31 de dezembro de 2022	**Prêmios ganhos**	**Sinistralidade**	**Comissionamento (sobre prêmio emitido líquido)**
Automóvel – Casco	26.780	68	20
Transportes – RCO	112.437	49	32
Responsabilidade civil - RCO	75.054	54	31
APP - Acidentes pessoais	15.738	19	25
Imobiliário demais cobertura	17.301	86	(76)
Seguro Rural	767.703	177	22
Garantia Segurado - Setor Privado	4.154	59	38
Riscos Diversos - Decenal	18.189	31	22
Lucros Cessantes	735	-	20
R.C. Geral	7.800	24	19
Benfeitorias	26.106	48	21
Penhor Rural	25.530	45	23
Marítimos	33.249	44	22
Aeronáuticos RETA	28.277	44	10
Aeronáuticos Casco	1.374	18	13
Aeronáuticos - RC Hangar	2.165	16	16
Transportes Internacionais	11.112	15	20
Garantia - Público	7.555	73	38
Riscos de Engenharia	176	38	56
Aeronáuticos RCF	2.986	(5)	11
Transporte Nacional	5.299	51	18
RCTransporte Rodoviário de Carga	7.370	54	21
RC Transporte Desvio de Carga	6.066	153	21
RCFV - Caminhões	25.993	85	18
Acidentes Pessoais	514	3	53
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	17	55	23
	51	55	23
Total	**1.229.731**		

A Seguradora possui operações em todo território nacional, entretanto as linhas de produtos estão concentradas na região sudeste. A tabela abaixo mostra a concentração dos prêmios diretos por região e por classe de negócio.

essor Seguradora do Grupo SCOR

CNPJ: 14.525.684/0001-50

	31/12/2023				
	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Sul	Total
Automóvel - Casco	22.380	5.967	396	7.538	36.281
Transportes - RCO	86.350	13.994	95	30.073	130.512
Responsabilidade civil - RCO	62.935	6.894	521	20.634	90.984
APP - Acidentes pessoais	7.278	538	30	4.814	12.660
Imobiliário demais cobertura	20.419	544	274	9.974	31.211
Seguro Rural	219.379	8	(1.052)	275.709	494.044
Garantia Segurado - Setor Privado	7.689	545	1	1.238	9.473
Riscos Diversos - Decenal	22.404	1.532	89	6.366	30.391
Lucros Cessantes	1.118	8	2	614	1.742
R.C. Geral	11.274	443	14	962	12.693
Benfeitorias	29.651	549	704	11.360	42.264
Penhor Rural	25.153	1.435	809	12.566	39.963
Marítimos	42.594	4.421	29	7.083	54.127
Aeronáuticos RETA	28.269	1.954	1.472	4.139	35.834
Aeronáuticos Casco	494	76	-	63	633
Aeronáuticos - RC Hangar	2.589	183	34	349	3.155
Transportes Internacionais	16.744	1.800	56	992	19.592
Garantia - Público	25.520	4.038	71	4.053	33.682
Riscos de Engenharia	4.448	336	(11)	588	5.361
Aeronáuticos RCF	3.023	254	119	551	3.947
Transporte Nacional	8.616	900	1	(96)	9.421
RC Transporte Rodoviário de Carga	41.897	3.217	132	1.660	46.906
RC Transporte Desvio de Carga	17.799	664	67	1.011	19.541
RCFV - Caminhões	77.109	3.379	234	29.710	110.432
Acidentes Pessoais	1.031	21	-	50	1.102
R.C. Transporte Aquaviário Carga	42	-	-	-	42
R.C. Profissional	770	30	-	178	978
Acidentes Pessoais	89	17	-	8	114
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	329	10	-	21	360

	31/12/2022			
	Sudeste	Nordeste	Sul	Total
Automóvel - Casco	23.614	6.523	5.760	35.897
Transportes - RCO	79.499	13.726	26.679	119.904
Responsabilidade civil - RCO	55.071	4.895	17.685	77.651
APP - Acidentes pessoais	9.306	1.125	6.222	16.653
Imobiliário demais cobertura	16.098	(500)	5.513	21.111
Seguro Rural	262.091	8	519.594	781.693
Garantia Segurado - Setor Privado	5.277	362	1.139	6.778
Riscos Diversos - Decenal	17.270	1.194	5.775	24.239
Lucros Cessantes	639	8	271	918
R.C. Geral	7.499	277	825	8.601
Benfeitorias	30.075	106	9.454	39.635
Penhor Rural	23.915	773	12.188	36.876
Marítimos	29.654	2.975	4.748	37.377
Aeronáuticos RETA	24.070	1.966	3.325	29.360
Aeronáuticos Casco	755	82	53	890
Aeronáuticos - RC Hangar	1.783	344	229	2.356
Transportes Internacionais	22.680	1.659	543	24.882
Garantia - Público	16.330	2.845	3.051	22.226
Riscos de Engenharia	230	3	10	243
Aeronáuticos RCF	2.820	65	491	3.377
Transporte Nacional	6.225	812	294	7.331
RCTransporte Rodoviário de Carga	6.549	398	484	7.432
RC Transporte Desvio de Carga	5.650	232	388	6.270
RCFV - Caminhões	40.457	2.507	18.236	61.200
R.C. Profissional	120	-	14	134
Acidentes Pessoais	494	13	39	546
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	82	5	-	87

Conselho de Administração
Romain Louis Jean Marcel Launay
Presidente do Conselho de Administração
Eric Laurent Jenck — **Conselheiro**
Fabio Henrique Ferreira de Pinho — **Conselheiro**

Diretoria
Filipe Bonetti Alves
Presidente – Diretor Executivo
Vanessa Arteaga – **Diretora Financeira**
Leandro Evagenlista Poli – **Diretor Técnico**

Contador
Fernando Tiago Lucas Alves – CRC-RJ 129006/O-7
Atuário
Nayara Mycaelle Senter – MIBA 2721

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos
Membros do Conselho Consultivo da SCOR Brasil Participações Ltda.
e aos Conselheiros de Administração da Essor Seguros S.A.

O Comitê de Auditoria Único ("Comitê") da SCOR Brasil Participações Ltda. ("SBP"), instituído na reunião do Conselho Consultivo realizada em 4 de março de 2020, possui caráter permanente e atuação única para todas as suas controladas, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, em atendimento à Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e é composto por três membros independentes.

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da SCOR Brasil Participações Ltda. e de suas controladas, pelo cumprimento das exigências legais e regulatórias, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Conglomerado. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Em relação a Essor Seguros S.A., no ano de 2023, o Comitê de Auditoria desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades relevantes, tais como (a) acompanhamento e análise das atividades da Auditoria Interna e Auditoria Independente, bem como dos Controles internos e Gestão de Riscos; (b) reunião com Diretorias e outras áreas da SCOR Brasil Participações Ltda. e de suas controladas; (c) avaliação da qualidade dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente; (d) análise do cumprimento das normas aplicáveis aos seus segmentos de atuação.

Controles internos
O Comitê avaliou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos e, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, considera como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos.

Auditoria interna
O Comitê avaliou positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, cujos resultados mostraram que o ambiente de controles internos é compatível com a natureza, complexidade, risco da operação e apetite de risco adotado pela Seguradora, não havendo evidência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade dos negócios.

Auditores independentes
O Comitê avaliou como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e independência dos auditores externos.

Relatório financeiro
O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras e das notas explicativas. A respeito, debateu com os auditores da KPMG Auditores Independentes e com executivos da Essor Seguros S.A.. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que, de fato, estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como aplicáveis pela Superintendência de Seguros Privados.

Conclusão
O Comitê não teve conhecimento de nenhum evento relevante envolvendo o relato de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão de administração que indique a existência ou indício de fraude, erros ou falhas que pudessem comprometer a continuidade dos negócios.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras individuais da Essor Seguros S.A. para a data-base de 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2023.
Comitê de Auditoria
Catherine Estelle Fassi - Presidente
Rodolphe Hervé
Maria Pilar Santamaria Cases

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Essor Seguros S.A.** Rio de Janeiro – RJ.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Essor Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Essor Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

–A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

–Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

–A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

–Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

–Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

–Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

–Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

–Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da **ESSOR Seguros S.A.**
São Paulo – SP

Escopo da Auditoria Atuarial
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da ESSOR Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da ESSOR Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da ESSOR Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da ESSOR Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.
Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo – SP – Brasil

Anexo I
ESSOR Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradoras	**31/12/2023**
Total de provisões técnicas auditadas	**1.124.995**
Total de ativos de resseguro	**652.885**
Total de créditos com resseguradoras relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**147.867**

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2023**
Provisões Técnicas auditadas (a)	**1.124.995**
Valores redutores auditados (b)	694.099
Total a ser coberto (a-b)	**430.896**

3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2023**
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	99.291
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**99.291**

4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2023**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	200.434
Ajustes Econômicos do PLA	3.638
Exigência de Capital (CMR) (b)	99.291
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**101.143**
Ativos Garantidores (d)	669.709
Total a ser Coberto (e)	430.896
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**238.813**

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	**31/12/2023**
0141	600
0310	1.000
0114	1.200
0118; 0351; 0621; 0622; 0632; 0638; 0652	2.000
0378; 0531; 0553	3.000
0167	3.700
0171	4.000
0520; 0623; 0628	7.000

essor
Seguradora do Grupo SCOR

/company/essor-seguros
/essorseguros
/essorseguros
/essorseguros

essor.com.br

REAÇÃO DO GOVERNO

Retaliação ao impeachment afeta 49 deputados da 'base'

LEVY TELES/AE

A reação do governo aos deputados de partidos que compõem a sua base na Câmara e assinaram pedido de impeachment contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode afetar 49 deputados. Entre as possíveis sanções estão a perda de indicações a cargos regionais, falta de atendimento nos ministérios e menor repasse de emendas parlamentares.

Seriam afetados parlamentares de PP, União Brasil, Republicanos, PSD e MDB, siglas que têm ministérios ou fizeram indicações à Esplanada dos Ministérios, e também garantiram indicações em estatais e autarquias.

O pedido de impeachment é de autoria da bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP) e tem como motivação declaração de Lula comparando os ataques israelenses na Faixa de Gaza ao Holocausto. O requerimento tem 139 assinaturas, com mais cinco adesões após o documento ser protocolado.

O União Brasil teve o maior número de assinantes. 17 dos 59 deputados concordam com o pedido de impeachment de Lula, mesmo com a legenda tendo feito indicações para a diretoria de estatais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O partido ainda tem dois ministérios, com Juscelino Filho (Comunicações) e Celso Sabino (Turismo), além de ter indicado mais um ministro, Waldez Góes (Integração Regional).

O PP é o segundo do ranking. 14 de seus 50 deputados assinaram o requerimento, ainda que a sigla tenha o controle do ministério do Esporte, com André Fufuca, e tenha feito indicações para a presidência e outras vice-presidências da Caixa.

Na terceira posição está o Republicanos, que também fez indicações para vice-presidências da Caixa e para a Esplanada. O partido tem oito adesões ao pedido de impeachment em sua bancada de 40 deputados. O partido indicou Silvio Costa Filho como ministro de Portos e Aeroportos, o que levou Lula e criar mais um ministério para manter Márcio França, do PSB, na Esplanada. Nenhum partido mais à esquerda da base assinou o pedido do impeachment.

PSD e MDB também aderiram ao impeachment. Foram cinco dos 43 parlamentares, no caso do PSD, e também cinco dos 44 congressistas, no caso do MDB.

Ambas as siglas têm três ministérios. Carlos Fávaro (Agricultura), Alexandre Silveira (Minas e Energia) e André de Paula (Pesca) representam o PSD. Do lado do MDB estão Simone Tebet (Planejamento), Jader Filho (Cidades) e Renan Filho (Transporte).

Em sua grande maioria, esses deputados, ainda que sejam de partidos do Centrão que estão com Lula, têm um alinhamento com as pautas do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Agora, como sinalizou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), podem ser punidos. "Formou-se um consenso entre nós de que é incompatível o parlamentar ser da base do governo, ter relação com o governo e assinar pedido de impeachment", escreveu Guimarães no X (antigo Twitter). "Isso não é razoável e a minha posição é encaminhar a lista desses parlamentares para que o governo tome providências."

CRIME INAFIANÇÁVEL

Bolsonaro depõe na PF sobre caso de importunação de baleia

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O ex-presidente da República Jair Bolsonaro prestou depoimento, ontem à tarde, na Polícia Federal, em São Paulo, sobre um caso de suposta importunação de animal marinho, ocorrido em junho de 2023, em São Sebastião, no litoral paulista.

Na época, vídeos publicados nas redes sociais mostraram que, de jet ski, com o motor ligado, Bolsonaro se aproximou de uma baleia jubarte no momento em que ela aparecia na superfície da água. O ex-presidente chegou a ficar a menos de 15 metros de distância do animal. Uma portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no entanto, proíbe embarcações com motor ligado a menos de 100 metros de qualquer baleia.

O advogado de Bolsonaro, Daniel Tesser, que acompanhou o depoimento, disse que o ex-presidente se reconheceu nos vídeos, mas declarou que não houve importunação do animal.

O Ministério Público Federal abriu o processo de investigação em novembro do ano passado. A apuração vai definir se Bolsonaro desrespeitou a lei que proíbe "qualquer forma de molestamento intencional", ou a importunação de baleias. A punição prevista é de dois a cinco anos de reclusão e multa.

LAVA JATO

Segunda Turma do Supremo arquiva inquérito contra Aécio Neves

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, arquivar um inquérito que tramitava na Corte contra o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG). A investigação apurava a citação do nome do político na delação premiada do empresário Leo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira OAS, assinada com a Operação Lava Jato.

De acordo com as acusações, Aécio teria recebido valores indevidos entre 2010 e 2012, quando era governador de Minas, para favorecer a empreiteira no estado por meio do programa Luz para Todos.

Por 4 votos a 1, o colegiado acatou pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da defesa do parlamentar para arquivar o inquérito por falta de "elementos mínimos" de provas para a continuidade da investigação.

Votaram a favor do arquivamento os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, André Mendonça e Nunes Marques. Edson Fachin ficou vencido.

Em nota, a assessoria de Aécio Neves declarou que mais um inquérito com "acusações falsas" contra o ex-governador foi arquivado.

"Essas falsas acusações são resquícios de uma época em que o Estado Democrático do Direito Brasileiro foi atacado e ameaçado pelo projeto pessoal de poder de alguns membros de algumas instituições, que lançaram denúncias indevidas contra as lideranças de diversos partidos políticos do país. A verdade, mais uma vez, prevaleceu", diz a nota.

DOENÇA

Fiocruz dobra capacidade de produção da vacina contra a febre amarela

ALANA GANDRA/A BRASIL

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz) aumentou a capacidade produtiva da vacina contra a febre amarela de 60 milhões de frascos por ano para cerca de 120 milhões de frascos/ano. A nova capacidade vem a partir da autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), concedida este mês, para a retirada dos antibióticos da fórmula do imunizante e da otimização do processo produtivo do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA).

A vice-diretora de Qualidade de Bio-Manguinhos, Rosane Cuber, informou ontem à *Agência Brasil* que a instituição vem fornecendo essa vacina não só para o Brasil, mas também exportando para mais de 70 países, através de agências da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre 2016 e 2017, com o surto de febre amarela ocorrido no Brasil, Bio-Manguinhos precisou dedicar todos os estoques para o país, visando reverter esse surto. "A gente teve que priorizar o Brasil, em detrimento da exportação. As agências ficaram muito preocupadas e enviaram alguns consultores numa tentativa de a gente conseguir, com a matéria que tinha, aumentar nossa produtividade para que, com os mesmos recursos, conseguíssemos aumentar o rendimento da nossa vacina".

A vacina viral é medida por uma concentração de vírus no seu ingrediente. "Nossa ideia era, com o mesmo quantitativo de ovos, ter uma maior quantidade de vírus. A gente introduziu aqui um estudo realizado pela equipe da inovação para não aumentar a quantidade de ovos usados para a produção da vacina, mas conseguir um aumento maior na concentração de partículas virais. A gente conseguiu isso através de um estudo onde mudou os percentuais de diluição da vacina. Aí, através de vários estudos, mudando os parâmetros de diluição e avaliando concentração viral, chegou-se a um balanço ótimo, onde a gente, com a mesma quantidade de ovos, mas mudando o fator de diluição, conseguiu um rendimento, isto é, uma produção viral maior", informou Rosane.

ANTIBIÓTICOS

Junto com a mudança de concentração de vírus, outra melhoria introduzida por Bio-Manguinhos foi a retirada dos antibióticos da vacina, que já era solicitação da própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Se os antibióticos não tivessem nenhum papel de estabilização do vírus, eles poderiam ser removidos. "A gente demonstrou isso também". Rosane Cuber explicou que tiveram que ser feitos vários estudos de estabilidade em tempo real, porque a vacina, depois da mudança, precisa ser acompanhada pelo prazo de sua validade, que é de 36 meses. "Fizemos todas essas mudanças, acompanhamos o prazo e submetemos as mudanças para a Anvisa que as aprovou neste mês de fevereiro".

Por isso, a partir de agora, Bio-Manguinhos pode começar a produzir os novos lotes do IFA já com as duas melhorias: retirada dos antibióticos na formulação e mudança na diluição, para que seja alcançado maior rendimento de vacina com o mesmo quantitativo de ovos. "Por isso, aumenta a nossa capacidade de produção de IFA", apontou a vice-diretora.

A partir deste ano, será iniciada a produção desse novo ingrediente farmacêutico viral, que poderá estar disponível a partir de 2025. Rosane esclareceu que ainda existe estoque de IFAs produzidos com a formulação anterior, mas os próximos lotes já vão ser produzidos com a nova formulação.

IMPOSTOS

Comissão aprova proposta que amplia isenção para igrejas

GIORDANNA NEVES E IANDER PORCELLA/AE

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou ontem, parecer de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia a imunidade tributária de entidades religiosas. De acordo com o relator, deputado Dr. Fernando Máximo (União-RO), o texto final foi acordado com o governo. A matéria segue agora para apreciação no plenário da Casa, onde precisa de três quintos dos votos, ou seja, 308 votos para ser aprovada, em cada um dos dois turnos de votação.

A PEC é de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), pastor licenciado e ex-prefeito do Rio de Janeiro. A Constituição já prevê isenção ao patrimônio, à renda e aos serviços "relacionados às finalidades essenciais" de templos religiosos. A proposta de Crivella estende o benefício à aquisição de bens e serviços "necessários à formação" de patrimônio, renda e serviços dos templos.

Na prática, o texto permite que a isenção, hoje garantida nas tributações diretas, passe a valer também para as tributações indiretas, como na compra de cimento para obras nas igrejas. Neste caso, seriam abrangidos o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

De acordo com o relator, o impacto fiscal da proposta nas contas da União, por meio da redução no IPI, seria em torno de R$ 1 bilhão hoje, mas será zerado com a aprovação da reforma tributária. Isso porque, segundo ele, o IPI será extinto e o imposto seletivo que será criado, apelidado de "imposto do pecado", usado para sobretaxar produtos que fazem mal à saúde, como cigarros e bebidas alcoólicas, não atinge igrejas.

"Pela própria natureza deste novo imposto, é pouco provável que ele venha a incidir sobre as aquisições de que trata a Proposta de Emenda Constitucional ora em análise", diz o relatório.

A PEC, originalmente, previa que os benefícios fossem estendidos a partidos políticos, entidades sindicais e instituições de educação e assistência fiscal sem fins lucrativos. Em acordo com o governo, no entanto, a isenção fica estendida apenas às igrejas. A proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em setembro de 2023, sob relatoria de Daniela do Waguinho (União Brasil-RJ), ex-ministra do Turismo.

"Essa PEC já tem apoio do governo. O governo é favorável ao relatório. Tivemos reunião com Casa Civil, (Ministério da) Fazenda, (Ministério do) Planejamento", disse Crivella.

De acordo com o deputado, a dúvida colocada pelo Poder Executivo era sobre como seriam controlados os benefícios. Pelo texto, segundo ele, as igrejas vão receber a restituição dos impostos depois de já terem sido pagos, diante da comprovação fiscal.

Apesar do acordo feito com governo no texto da PEC, o ex-prefeito esclareceu que a aprovação da matéria não resolve a discussão em torno da decisão tomada ainda em janeiro pela Receita Federal de acabar com uma medida do governo Bolsonaro que isentava de contribuição previdenciária as chamadas prebendas, remuneração recebida por pastores pelos serviços prestados a igrejas.

Apesar de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter anunciado a suspensão do ato após uma reação negativa entre lideranças religiosas, Crivella disse esperar ainda uma resolução definitiva por parte da Advocacia Geral da União (AGU), que ficou encarregada de elaborar um novo parecer sobre o tema. "Queremos ter uma nova reunião para fazer a leitura do parecer e esperamos que transforme o parecer em decreto", disse o deputado.

STF

União não é obrigada a pagar escola para filhos de diplomatas

RAFAELA FERREIRA/AE

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, por unanimidade, pedido da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) para que a União assegurasse o pagamento de verba para custeio de escolas para dependentes de diplomatas. Para a ministra Cármen Lúcia, relatora do processo, atender ao pedido seria "inverter os objetivos da República".

Atualmente, já há uma legislação vigente que contempla o pagamento de um auxílio familiar dos servidores, com a finalidade de indenizar as despesas quando diplomata está em exercício no exterior. "O Auxílio-Familiar é o quantitativo mensal devido ao servidor, em serviço no exterior, a título de indenização para atender, em parte, à manutenção e às despesas de educação e assistência, no exterior, a seus dependentes", diz o texto da lei.

À Corte, a ADB, porém, alegou que a carreira tem peculiaridades relacionadas à movimentação de seus servidores, que devem passar longos períodos no exterior com sucessivas mudanças entre postos diplomáticos. Argumentou ainda que cada país adota uma metodologia própria de ensino, que "resulta em graves e reiteradas rupturas do processo de aprendizado". Desta forma, para a associação, uma alternativa seria a matrícula em escolas internacionais, que possuem padrão metodológico direcionado à transnacionalidade, mesmo com custo substancialmente superior.

Para a ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, o pedido não encontra amparo na Constituição Federal, já que não há obrigação estatal de destinar verba para custear educação particular para dependentes de diplomatas. Com isso, a garantia constitucional de acesso à educação, em especial educação básica, é para todos os cidadãos e "não há direito fundamental ao custeio de escolas internacionais para uma determinada classe de servidores".

"Imaginar que o sistema garanta, prioritariamente, a servidores super qualificados e remunerados condignamente, como os da nobre diplomacia brasileira, ajuda suplementar para condições superiormente distintas destinadas a seus dependentes, seria inverter os objetivos da República, expressa, no art. 3.º da Constituição do Brasil", destacou a ministra em texto de relatoria.

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Chuva à tarde. Noite de tempo aberto. Manhã Tarde Noite 34º 24º 85% 05:45 18:22

ISP

Uso de câmera corporal reduz violência policial no estado do RJ

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

As mortes por intervenção de policiais caíram 45% em janeiro no estado do Rio de Janeiro em comparação com o mesmo mês de 2023, segundo dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Para o pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Robson Rodrigues, essa queda está relacionada ao início do uso de câmeras corporais por policiais militares e civis no estado. Os dados foram divulgados ontem.

Em janeiro, policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar e da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil passaram a usar câmeras operacionais portáteis em seus uniformes. A Secretaria de Estado da Polícia Militar informou que já implantou 12.719 aparelhos para o uso dos agentes em serviço.

"Isso é um fator que tem que ser considerado. São unidades que realizam as operações mais letais, então a utilização da câmera trouxe uma certa contenção de condutas tanto dos policiais individualmente falando quanto da própria instituição. Pode-se verificar uma troca de operações com mais qualidade em detrimento de uma quantidade maior. Há um sinal de que esse possa ser um ponto de inflexão em que as instituições estão repensando, em virtude da utilização dessas câmeras, seus protocolos, sua maneira de agir, se readequar aos parâmetros legais e se aperfeiçoar dentro do que se espera de uma instituição policial num Estado democrático de Direito. É um bom sinal, mas é preciso ver como vai se comportar ao longo dos meses que vêm por aí", disse o pesquisador.

O coordenador de defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, André Castro, alerta que tão importante quanto a implementação das câmeras é que a supervisão do programa seja eficaz para dar o resultado esperado.

"É um investimento caro, importante para a segurança pública, mas é importante também que esse investimento corresponda a um modelo de gestão e de supervisão que seja bastante adequado. Do que adianta ter um enorme volume de imagens se na hora que precisa das imagens elas não estiverem disponíveis porque não foram gravadas, porque a câmera não tinha bateria, porque o sistema perdeu a imagem, porque a imagem foi apagada antes do prazo determinado", ponderou o defensor público.

Ainda segundo os dados do ISP, em janeiro, o índice de letalidade violenta no estado do Rio caiu 15% em relação ao mesmo mês de 2023. O indicador, que engloba homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte e morte por intervenção de agentes do Estado, apresentou o menor número de vítimas desde 1991, quando teve início a série.

O professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do grupo de trabalho sobre Redução da Letalidade Policial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Daniel Hirata, lembra que o ano passado foi marcado por guerras de disputa territorial de milicianos e traficantes de drogas.

"Ano passado estávamos com nível de conflito bastante elevado por causa das disputas pelo controle territorial armado entre grupos de milicianos entre si e contra o tráfico de drogas. Não é que essa situação se apaziguou, mas temos ações mais cirúrgicas e pontuais neste momento [por parte das forças policiais]. Isso talvez ajude a explicar uma diminuição das mortes violentas", disse Hirata.

GENOCÍDIO EM GAZA

Embaixador pede à mídia do Brasil que mostre a verdade

LUCAS PORDEUS LEON/ABRASIL

O embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Alzeben, pediu ontem aos jornalistas brasileiros presentes na embaixada, em Brasília, que mostrem a verdade sobre o que acontece na Faixa de Gaza.

"Apelamos a vocês, amigos jornalistas, para que nos ajudem a mostrar a situação verdadeira, dramática e triste na Palestina à opinião pública brasileira. É um ato de solidariedade por vossa parte e um ato corajoso de profissionalismo", afirmou o diplomata.

Alzeben convocou a imprensa para uma conversa sobre o conflito no Oriente Médio e em sinal de apoio à Palestina, compareceram ao encontro embaixadores no Brasil do Iraque, da Líbia, do Marrocos, do Líbano, da Síria e da Liga dos Estados Árabes, que representa os 22 países da região.

Após a coletiva com a imprensa, o embaixador palestino afirmou à *Agência Brasil* e à *Rádio Nacional* que a "grande mídia" brasileira ainda não mostra exatamente o que acontece em Gaza e argumentou que "cada palavra a mais sobre a verdade do que acontece em Gaza é uma bala a menos".

Ibrahim argumentou que Gaza está ameaçada de extinção e que o "fantasma da morte" paira sobre o minúsculo pedaço de terra.

"Três quartos (de Gaza) estão destruídos. O último quarto que sobra está lotado com 1,6 milhão de cidadãos condenados a um destino desconhecido. O resto de seus habitantes são refugiados, expulsos ou possivelmente morrendo de fome. Os hospitais em Gaza não estão funcionando. As padarias não têm farinha, nenhum combustível", relatou.

Para o diplomata, todos os atos praticados por Israel mostram que se trata de um genocídio. "Todos os elementos dos atos no terreno mostram a existência de genocídio, atos premeditados e praticados em série", acrescentou Alzeben, que ainda elogiou a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de denunciar as ações de Israel em Gaza.

Israel nega que esteja havendo genocídio em Gaza. Durante sessão sobre o tema na Corte Internacional de Justiça (CIJ) decorrente da denúncia da África do Sul, o governo de Tel Aviv afirmou que a acusação é uma distorção da situação em Gaza e que o país apenas estaria exercendo seu direito à autodefesa.

CRÍTICAS À MÍDIA

No último domingo, um ato convocado pela Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal) em frente à TV Globo, no Rio de Janeiro (RJ), acusou a emissora de não escutar os palestinos em suas reportagens, sendo recorrentes as reclamações da comunidade palestina no Brasil sobre a cobertura da mídia brasileira em relação ao conflito.

O embaixador palestino Ibrahim Alzeben ainda chamou a atenção para os assassinatos de jornalistas em Gaza. Desde o dia 7 de outubro, 96 profissionais de imprensa foram mortos, segundo a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ). Dados do Sindicato dos Jornalistas Palestinos, por sua vez, afirmam que o número de profissionais de mídia assassinados chegou a 126 nos quase 5 meses de guerra.

"Muitas verdades foram soterradas com eles (jornalistas palestinos). A imprensa está proibida de estar presente e de atuar para realizar seu trabalho na Faixa de Gaza e, em muitas partes, também da Cisjordânia e de Jerusalém. Em quatro meses foram assassinados mais jornalistas do que nos sete anos da 2ª Guerra Mundial. Na 2º Guerra Mundial foram assassinados 67 jornalistas", destacou o embaixador.

Em entrevista exclusiva à *Agência Brasil*, o jornalista que perdeu família em Gaza, Wael Al-Doudouh, da TV Al-Jazeera, contou que o trabalho jornalístico em Gaza se tornou "quase impossível", que os jornalistas viraram "alvo" no enclave e apelou para que os veículos de imprensa denunciem com mais firmeza o que ocorre na região.

Por outro lado, Israel tem afirmado que, em alguns casos, os jornalistas assassinados tinham relação com atividades terroristas. Porém, o Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ) rebate que "nenhuma prova credível jamais foi produzida" para sustentar essas acusações.

ESPERANÇA

Além de pedir ajudar à mídia brasileira, o embaixador Ibrahim Alzeben revelou que está com esperanças de que um cessar-fogo ponha fim às hostilidades nos próximos dias. Ele espera que um acordo impeça a invasão da cidade de Rafah, próximo à fronteira com Egito, que hoje abriga cerca de 1,6 milhão de palestinos refugiados.

Para Alzeben, a economia de Israel e dos países da região não aguentam mais a guerra. "Esta guerra desgastou toda a região e a economia de toda a região. Além das grandes quantidades de vítimas mortais, de destruição, a região não aguenta mais. Tanto palestinos como israelenses, nos custa aguentar", afirmou o embaixador em entrevista.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou que Israel estaria pronto para um cessar-fogo que poderia ser assinado na próxima semana, embora ainda não haja confirmação de acordo por parte do Hamas.

MAIS RESTRIÇÕES

China aprova revisão de lei sobre segredos de Estado

LAÍS ADRIANA/AE

A China aprovou ontem, uma revisão da "Lei sobre guardar segredos de Estado", ampliando as restrições para informações sensíveis que antes não estavam em seu escopo e marcando a primeira mudança na legislação desde 2010.

As alterações serão efetivas a partir de 1º de maio de 2024, contudo, o detalhamento das novas regras e do processo de implementação será divulgado separadamente. Analistas apontam que o movimento reflete um aumento na vigilância de Pequim sobre ameaças à segurança nacional. "Agora, a China está com mais de 20 leis estaduais de segurança que foram aprovadas ou revisadas nos últimos anos - essa é a mais recente nesse fluxo e provavelmente não será a última", disse o diretor executivo do Georgetown Center for Asian Law, Thomas Kellogg.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE coleta dados biométricos na Central do Brasil

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) montou seis guichês na Central do Brasil para a coleta de dados biométricos dos eleitores até amanhã. Os guichês, instalados especialmente para a ação, funcionam das 11h às 17h.

Atualmente, cerca de 66% dos votantes do estado têm a biometria cadastrada. Ainda faltam 4 milhões de eleitores para atingir a meta de 100% do eleitorado com cadastro biométrico. A meta do TRE é alcançar a totalidade até maio.

A diretora-geral do TRE-RJ, Eline Íris, informou que o eleitor pode procurar qualquer zona eleitoral entre as 11h e as 17h para cadastrar a biometria. "Um eleitor que mora e vota em São Gonçalo, mas trabalha no centro do Rio, pode passar pela Central do Brasil para verificar se já teve a biometria coletada ou coletar a biometria ali na hora."

Para ter os dados biométricos coletados, os interessados devem apresentar documento oficial com foto e comprovante de residência. Durante o atendimento, serão coletadas a assinatura eletrônica, foto e impressões digitais do eleitor. No site do TRE-RJ, a pessoa pode consultar sua situação, ou seja, se precisa coletar a biometria.

SEGURANÇA

O sistema biométrico proporciona maior segurança ao processo eleitoral. Na hora da votação, o cidadão será identificado pela urna eletrônica por meio do reconhecimento da impressão digital. As digitais coletadas garantem que cada pessoa seja única no Cadastro Eleitoral, afastando a possibilidade de um eleitor se passar por outro na hora de votar.

Além das ações da Justiça Eleitoral Itinerante, o cadastramento biométrico pode ser feito em qualquer zona eleitoral, sem agendamento, ou a pessoa pode entrar em contato com a Central de Atendimento ao Eleitor, pelo telefone (21) 3436-9000, nos dias úteis, das 11h às 17h, até o dia 8 de maio – data do fechamento do Cadastro Eleitoral.

IDEIA AMERICANA

Yellen quer usar ativos russos para 'alimentar' guerra da Ucrânia

LAÍS ADRIANA E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, defendeu ontem, em São Paulo, que os governos devem encontrar formas de redirecionar ativos russos que estão congelados para apoiar a Ucrânia.

Yellen disse que o G7, o grupo dos sete países mais ricos do mundo, precisa trabalhar em conjunto para pensar soluções. "Precisamos encontrar uma solução para os ativos russos que passe pelo direito internacional."

Uma das possíveis soluções seria usar ativos russos congelados como colaterais em empréstimos, disse Yellen. É preciso destravar valor desses ativos, afirmou.

Yellen disse a jornalistas ontem que se a guerra de Israel com Hamas se expandir para um conflito regional, haveria um risco para a perspectiva global. Até o momento, porém, ela afirmou que não tem havido impactos na economia mundial, com efeitos limitados às economias de Israel e da Palestina.

A secretária do Tesouro americano disse que não há ameaças ao euro ou ao dólar e a economia global tem estado mais forte do que se esperava, com perspectiva bem positiva em meio à queda da inflação. "Mas há riscos", afirmou.

AIEA

Irã conta com materiais suficientes para fabricar várias bombas atômicas

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), encarregada de supervisionar o programa nuclear do Irã, declarou em um relatório suas "preocupações crescentes" com a escala do desenvolvimento nuclear do país.

O Irã, de acordo com a agência, tem material suficiente para fabricar diversas bombas atômicas e continua enriquecendo seu programa nuclear. Uma semana antes da reunião do Conselho de Governadores da AIEA em Viena, onde está a sede da agência, seu diretor-geral, Rafael Grossi, instou Teerã a "cooperar plenamente" com os inspetores da ONU.

A relação entre as duas partes piorou nos últimos meses. Em documentos ainda confidenciais, mas consultados pela agência *AFP*, Grossi faz referência a "declarações públicas no Irã sobre suas capacidades técnicas de produção de armas nucleares, o que reforça as preocupações" com relação às informações de Teerã.

A República Islâmica nega que quer desenvolver a bomba, mas alguns membros da classe política iraniana têm feito declarações alarmantes, segundo fontes diplomáticas.

URÂNIO

Em paralelo, o Irã continua com sua escalada nuclear e conta com material suficiente para fabricar várias bombas atômicas. Segundo outro documento, de 10 de fevereiro, as reservas eram de 5.525,5 quilos, em comparação com os 4.486,8 quilos no final de outubro. Isso é 27 vezes mais do que o limite autorizado pelo acordo internacional de 2015, que delimita as atividades nucleares de Teerã em troca da suspensão das sanções internacionais.

O Irã deixou de respeitar progressivamente os compromissos assumidos no âmbito desse acordo que, em 2018, foi denunciado unilateralmente pelos Estados Unidos, sob iniciativa do presidente Donald Trump. As negociações empreendidas para tentar revitalizar o acordo fracassaram em 2022.

O Irã rebaixou consideravelmente o limite de enriquecimento de urânio, fixado em 3,67%, o equivalente ao que se aplica nas centrais nucleares para produzir eletricidade. Agora, o país dispõe de 712,2 kg de material enriquecido em 20% e de 121,5 quilos em 60%. No caso do enriquecimento em 60%, que se aproxima dos 90% necessários para fabricar uma bomba atômica, Teerã desacelerou sua produção, após tê-la intensificado no final do ano passado.

"Decidiram realizar uma operação de diluição no início do ano", garantiu Grossi. "Talvez não queiram aumentar as tensões" com as potências ocidentais, sugeriu.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278